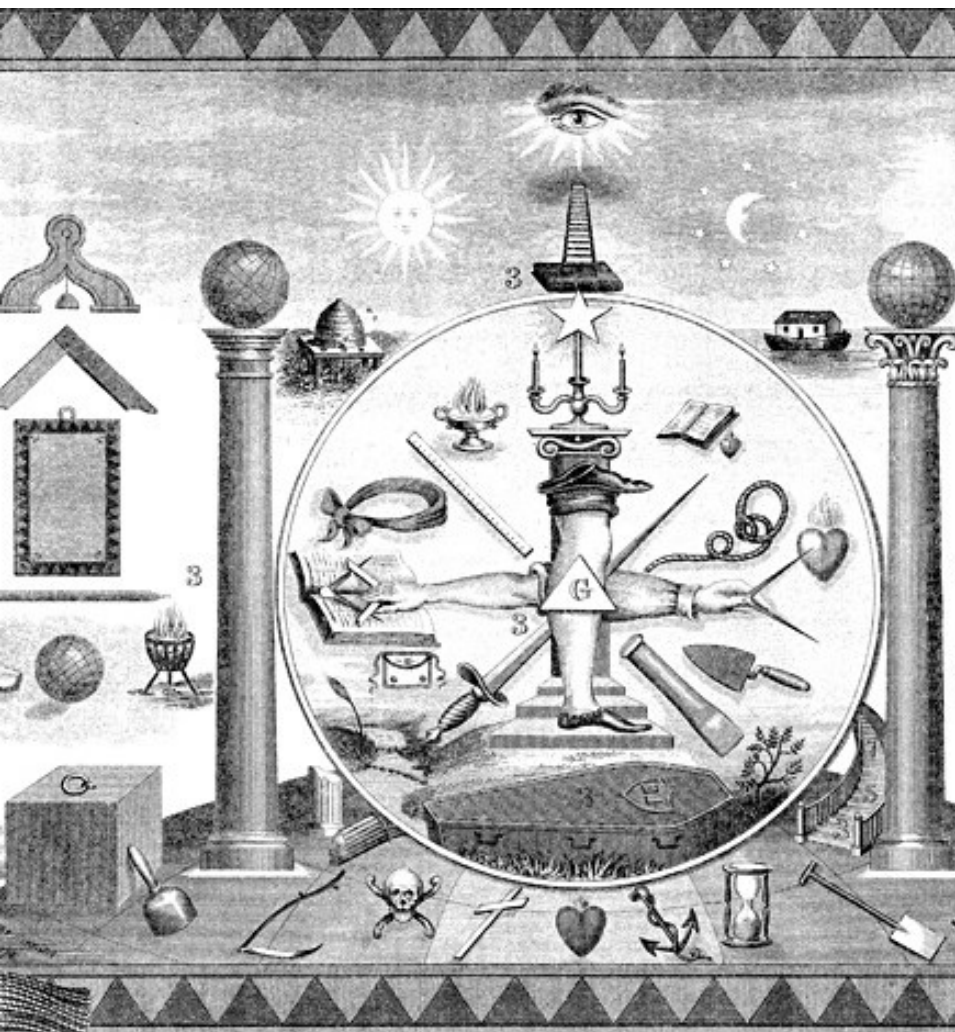




MORAL, ÉTICA E VIRTUDE

Ricardo B. Buchaul

REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS DA INSTRUÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA: A MAÇONARIA NOS LIVROS DIDÁTICOS

Fernando Magalhães

O HOMEM QUE QUERIA SER REI: UMA AVENTURA MAÇÔNICA

Edgard da Costa Freitas Neto

AS LOJAS UNIVERSITÁRIAS E A MODERNIZAÇÃO DA MAÇONARIA: UM ESTUDO NO GOB DA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

Lucas Francisco Galdeano

PAVIMENTO MOSAICO: UMA INCURSÃO SIMBÓLICA PELA CABALA MEDIEVAL

Rodrigo Peñaloza

RITO DE YORK ATUALIZADO: TRABALHO DE EMULAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO (REVIEW)

Antônio Jaimar Gomes

Parceiro:



PKP
PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

C&M



Revista Ciência & Maçonaria

"A primeira revista acadêmico-científica brasileira com foco no estudo da Maçonaria"

Missão:

Democratizar a produção acadêmico-científica sobre Maçonaria e seu acesso.

Dados Catalográficos:

ISSN 2318-0129

Julho a Dezembro de 2013

Volume 01.

Número 02.

Periodicidade:

Semestral

Conselho Editorial:

Gabriel Castelo Branco

Kenny Ismail

Max Stabile Mendes

Nihad Faissal Bassis

Conselho Científico:

Vide in website.

Contatos:

Editor-Chefe: Kenny Ismail

contato@cienciaemaconaria.com.br

Suporte Técnico: Nihad Bassis

nihadbassis@yahoo.com.br

Portal - www.cienciaemaconaria.com.br

Parceiros:

Loja Maçônica "Flor de Lótus Nº38"

PKP – Public Knowledge Project

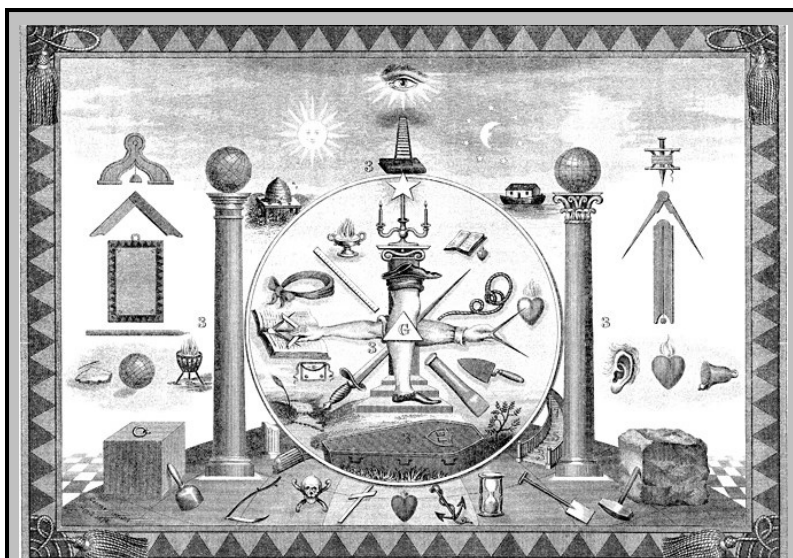


Imagem da Capa:

Nome: "Emblemas Maçônicos", publicado originalmente em inglês: "Masonic Emblems".

Autor: William Garey

Publicado por: George Kenning

Local: Londres, Liverpool & Glasgow, Inglaterra.

Data: Abril de 1874.

A obra foi respeitosamente dedicada (com permissão) a J. Whyte Melville Esq're of Bennoch, o Mui Respeitável Grão Mestre da Grande Loja da Escócia.

Fonte: http://freemasonry.bcy.ca/art/masonic_emblems1874.html

Aviso:

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Revista Ciência & Maçonaria. Não é necessário solicitar prévia autorização para reproduzir parte do conteúdo publicado nesta revista, desde que sejam citados o autor e a fonte.

CRB1-079

C&M: Revista Ciência & Maçonaria / Loja Maçônica Flor de Lótus. – v.1, n. 2 (2013)
Brasília, DF: Loja Maçônica Flor de Lótus, 2013.

Semestral

ISSN 2318-0129

1. Maçonaria – Periódicos. I. Loja Maçônica Flor de Lótus (Brasília)

CDD: 060
CDU: 061.236.61



"A primeira revista acadêmico-científica brasileira com foco no estudo da Maçonaria"

Sumário

<i>Palavra do Editor</i>	93-94
<i>Moral, Ética e Virtude</i> RICARDO B. BUCHAUL	95-101
<i>Representações Identitárias da Instrução Escolar Brasileira: A Maçonaria nos Livros Didáticos</i> FERNANDO MAGALHÃES	103-115
<i>O Homem que Queria Ser Rei: Uma Aventura Maçônica</i> EDGARD DA COSTA FREITAS NETO	117-124
<i>As Lojas Universitárias e a Modernização da Maçonaria: Um Estudo no GOB na Primeira Década do Século XXI</i> LUCAS FRANCISCO GALDEANO	125-136
<i>Pavimento Mosaico: Uma Incursão Simbólica pela Cabala Medieval</i> RODRIGO PEÑALOZA	137-156
<i>Rito de York Atualizado: Trabalho de Emulação e Aperfeiçoamento (resenha)</i> ANTÔNIO JAÍMAR GOMES	157-162
<i>Sobre a Revista "Ciência & Maçonaria"</i>	163-164



Palavra do Editor

Prezados leitores,

Há novidades desde o lançamento de nosso número inaugural e que ficamos felizes em compartilhar nessas páginas preliminares de nosso segundo número. De lá pra cá, a revista Ciência & Maçonaria – C&M passou a constar em importantes diretórios e indexadores internacionais e nacionais: DOAJ – *Directory of Open Access Journals*; *Academic Journals Database*; Latindex – *Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*; Sumarios.org - Sumários de Revistas Brasileiras; e Diadorim - Diretório de Políticas de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras. O reflexo disso foi o grande aumento no volume de visitas e *downloads*, além da revista agora constar nas bibliotecas virtuais de Universidades de renome internacional, como *Harvard University* e *Florida Institute of Technology*.

Tal êxito é graças não somente ao excelente corpo editorial e conselho científico, que trabalham arduamente para oferecer uma revista de qualidade superior em todos os sentidos, mas também aos autores que colaboram com seus estudos e pesquisas, fornecendo artigos com o máximo de rigor e relevância, e, principalmente, a vocês, leitores, objetivo maior da Ciência & Maçonaria. Até a conclusão deste texto, os artigos do número inaugural já foram lidos por mais de dez mil leitores diretamente pelo website da revista, sem contar a leitura dos arquivos em PDF que circulam por e-mails ou impressos de mão em mão, e que não temos como mensurar. Agradecemos a cada um de vocês pelo interesse em literatura maçônica produzida de forma séria e criteriosa por estudiosos e pesquisadores de renome.

Cabe aqui realizar um agradecimento especial ao Irmão Nihad Faissal Bassis, MSc, responsável técnico pelo *website* e o bom funcionamento do sistema aberto adotado pela revista, que atualmente congrega centenas de leitores e autores cadastrados, além de proporcionar todo o processo de submissão, avaliação, edição e publicação. Mesmo residindo no Canadá, o Irmão Nihad tem sido presente em todas as etapas de melhorias pelas quais a C&M passa.

Compreender a razão da existência da C&M não é tarefa difícil. Basta que o leitor vá até uma livraria e procure por um livro de Maçonaria. Muitas vezes não há títulos disponíveis, mas, quando há, estão na prateleira dos... "esotéricos". Isso mesmo, entre os livros de bruxaria e os de tarô! Não que haja algo contra bruxaria ou tarô, mas, convenhamos, a verdadeira Maçonaria não se enquadra nessa seção. E o leitor pode constatar facilmente isso ao realizar o mesmo teste em livrarias de países como Inglaterra, Alemanha, EUA, Canadá e tantos outros. Escrever sobre Maçonaria sempre foi algo levado muito a sério na maioria dos países. Desejamos veementemente que o mesmo ocorra em nosso querido Brasil, segunda maior nação maçônica do mundo, atrás apenas dos EUA e logo acima da Inglaterra.

Nessa importante missão, já sabemos que não estamos sozinhos. Registramos o conhecimento da revista "Fraternitas in Praxis" – FinP, sediada no Rio de Janeiro, cuja proposta é similar à da C&M, no sentido de proporcionar literatura maçônica com rigor normativo e metodológico e, por esse motivo, recomendamos sua leitura. Esperamos que outras publicações maçônicas brasileiras sigam esses exemplos, não necessariamente seguindo a vertente acadêmico-científica,

mas, pelo menos, evitando plágios e exigindo um mínimo de referências bibliográficas dos artigos a serem publicados. Quem sabe assim a Maçonaria brasileira consiga se movimentar de forma mais madura na linha que separa a Escola Hogwarts, de Harry Potter, da Royal Society, de Desaguliers. E quando isso acontecer, os livros maçônicos com certeza migrarão de prateleira.

Neste número, você terá a oportunidade de ler um interessante artigo, de autoria de Ricardo Buchaul, que aborda questões filosóficas relacionadas aos conceitos de ética, moral e virtude, termos largamente presentes nas instruções maçônicas.

Há também uma análise de conteúdo da presença da Maçonaria nos livros didáticos de História, cujos resultados são apresentados no excelente artigo de Fernando Magalhães, que utiliza de recursos teóricos como Foucault em sua análise.

Já Edgard Neto brinda-nos com uma profunda análise da filosofia e simbologia maçônicas presente na obra literária "O homem que queria ser rei", de Rudyard Kipling, um clássico da literatura inglesa que, inclusive, ganhou uma versão cinematográfica na década de 70.

Apresentamos também um estudo de caso realizado por Lucas Galdeano sobre as Lojas Universitárias do Grande Oriente do Brasil na primeira década do século XXI, sugerindo esse modelo de Loja como importante pilar de reerguimento, não somente da Maçonaria brasileira, mas também da sociedade.

Ainda, Rodrigo Peñaloza apresenta em seu artigo, "Pavimento Mosaico: Uma Incursão Simbólica pela Cabala Medieval", reflexiva análise simbólica do emprego do pavimento mosaico no meio maçônico pelas concepções cabalistas medievais sobre a Torá.

Esses artigos concentram-se em ciências como Filosofia, História, Literatura e Teologia, tendo em comum a Maçonaria como campo de estudo, em sintonia com o compromisso institucional da revista "Ciência & Maçonaria", de publi-

car produção científica multidisciplinar relacionada à Maçonaria de forma gratuita.

Desejamos uma excelente leitura a todos!

Sincera e Fraternalmente,

Kenny Ismail
Editor-Chefe

MORAL, ÉTICA E VIRTUDE

(MORALS, ETHICS AND VIRTUE)

Ricardo B. Buchaul ¹

Resumo

Este artigo revê as conceituações para moral, ética e virtude, indicando-as como fundamentos para o exercício da virtude no eterno caminho do aperfeiçoamento do maçom. .

Palavras-chaves: Maçonaria, Moral, Ética, Virtude

Abstract

This article reviews the concepts to morals, ethics and virtue, indicating them as a basis for the exercise of virtue in the eternal path of improvement of Freemason.

Keywords Freemasonry, Morals, Ethics, Virtue

¹ Ricardo B. Buchaul é engenheiro agrônomo, com Especialização em Engenharia Sanitária e Ambiental, e em Direito Constitucional. Mestre Maçom. Autor do livro "Gênese da Maçonaria no Brasil" (São José dos Campos: Clube de Autores, 2011), é membro da Loja Maçônica "Arquitetos da Harmonia" No. 2829 - GOSP/GOB. E-mail: buchaul@yahoo.com

Introdução

Falar de moral, de ética e de virtude nos tempos de hoje pode parecer um contrassenso ou um tema por demais teórico para que ofereça alguma utilidade imediata para nossas vidas. Afinal, vivemos em uma época na qual muitos valores humanos parecem estar tão relegados, tão ausentes na sociedade moderna que, por vezes, poderia, até, parecer um tanto piegas tratar de tema dessa natureza. Nas célebres palavras do “Águia de Haia”, Ruy Barbosa:

De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto.²

Mas, por isso mesmo, esta talvez seja a melhor oportunidade para fazê-lo. E, justamente, por serem tão necessários ao ser humano moderno, seja mesmo adequado o momento para falarmos de valores, para pensarmos em virtudes, sobretudo entre obreiros da Arte Real.

Moral e Ética

O filósofo catalão José Ferrater Mora observa que, às vezes, os termos *moral* e *ética* são utilizados indistintamente, embora o primeiro tenha um significado bem mais amplo que o segundo. Para ele, no entanto, a *moral* é aquilo que se submete a um valor (FERRATER MORA, 1978).

Um entendimento mais aprofundado da palavra *moral*, originária de *mores*, do latim, com o significado de “costumes” e, por sua vez, da palavra *ética*, que tem origem grega, em *ethos*, significando “o modo de ser”, permite avançarmos sobre o real e amplo sentido de cada um desses

termos, de modo a evitarmos costumeiras confusões ocorrentes.

Assim, poderemos pensar a *moral* como referindo-se aos costumes de uma população como, por exemplo, o padrão moral adotado por um determinado grupo, o conjunto das normas que regulam o comportamento dos indivíduos nesse grupo, e que é adquirido através do aprendizado, ou seja, pela educação, pela tradição e pelo cotidiano de cada um.

A moral tem, no entanto, um caráter mais normativo e um traço de obrigatoriedade, e se origina na própria existência do grupamento humano. Por essa razão, é fruto da dinâmica de formação e de desenvolvimento do grupo em questão e pode, dessa forma, ser diferente da moral de outros grupamentos que, por sua vez, possuam valores próprios, diferentes.

A *ética*, por outro lado, é muito mais individual do que grupal. Nair de Souza Motta (1984) assim a define:

o conjunto de valores que orientam o comportamento do homem em relação aos outros homens na sociedade em que vive, garantindo, outrossim, o bem-estar social. (MOTTA, Nair de Souza. *Ética e Vida Profissional*. 1984)

Talvez, um entendimento inicial comparativo poderia ser construído se olhássemos para a *moral* como um *conjunto de normas que regulam* o comportamento de um *grupo*, enquanto, para a *ética*, olharíamos como um *conjunto de valores que orientam* o comportamento do *indivíduo*.

Podemos dizer, da *ética*, resumidamente, que se trata da maneira como o indivíduo deve se comportar em seu ambiente social e em relação às demais pessoas com as quais se relacionar. Podemos, ainda, considerar que, a partir de

² OLIVEIRA, Ruy Barbosa de - *Triunfo das Nulidades*. Trecho do discurso “Requerimento de Informações sobre o Caso do Satélite”, proferido no Senado Federal, no Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1914.

uma ética individual, se constrói um valor social e, deste, se elabora a lei, quando aquele valor já se encontra consolidado na sociedade em pauta.

A ética surgiu no seio do pensamento clássico grego, no século IV a.C., quando o filósofo Sócrates demonstrou que ela seria sempre o juiz individual das normas morais, as quais o homem deve seguir, não somente por educação ou por tradição, mas por convicção e em razão de sua própria reflexão. Podemos, então, perceber, que aqueles filósofos, desde a Grécia Clássica, foram os primeiros a pensar o conceito de ética, associando ao termo as ideias da própria moral e da cidadania.

Nesse sentido, é também importante considerarmos que as cidades-estados gregas³, naquele tempo, encontravam-se em sua fase inicial de desenvolvimento e, portanto, havia uma necessidade implícita de harmonia e de honestidade entre seus cidadãos, o que fazia conceber ideias que, então, fomentassem essas condições entre os moradores da tão propalada *polis* grega (EGG, 2009).

Por outro lado, também não podemos perder de vista que a *polis* grega era, no dizer de Nicole Loraux (2007), uma "estrutura de exclusão", já que apenas os chamados *cidadãos* tomavam todas as decisões da cidade política, mesmo tratando-se de uma sociedade onde também existiam as mulheres, as crianças, os escravos e os estrangeiros.

De qualquer forma, os gregos Sócrates e Platão, assim como o macedônio Aristóteles, situam-se entre aqueles filósofos que, inicialmente, lançaram as bases conceituais da ética, cada um deles com a sua devida importância. Aristóteles, no entanto, foi o que mais influenciou nossa civilização ocidental, como já nos referimos em outro trabalho, no qual abordamos a virtude entre os gregos clássicos.⁴

Posteriormente, além do mundo grego,

Jesus de Nazaré e a sua ética do amor ao próximo introduziu no pensamento de sua época o que, mais tarde, ficou conhecido como a ética cristã, da qual, avidamente, se apoderaram as igrejas subsequentes. Ao instituírem seus próprios dogmas, tais igrejas desfiguraram aquela ética no que tinha de mais original, prática que se mantém ainda hoje em nossas sociedades.

Na esteira daquela ética cristã, mas incorporando o ideal e o pensamento de sua igreja, em seu próprio tempo, surgem, então, grandes pensadores do porte de Agostinho, no século IV e Tomás de Aquino, no século XIII, verdadeiros baluartes das virtudes cristãs.

Até hoje, podemos observar que os princípios intrínsecos à ética aristotélica e à ética cristã influenciam, sobremaneira, a nossa sociedade ocidental e o pensamento dos filósofos que se empenham no seu estudo. A manutenção do conceito grego de *virtutes cardinales* incorporado pelas igrejas reflete, em parte, aquela ética, analisada no Grau de Companheiro, do Rito Escocês Antigo e Aceito.

Um importante filósofo de nossa era atual (1844-1900) foi Friedrich Wilhelm Nietzsche, que dedicou quase toda a sua obra à moral e às concepções éticas tradicionais, mas que, por outro lado, também foi um árduo crítico da tradição filosófica. Ramiro Fernando Lopes Marques comenta, de modo sintético, sobre esse pensador alemão:

Nietzsche foi um filósofo atormentado com a moral e a prova disso é que, foi dos poucos, que lhe dedicou toda a sua obra. E fê-lo com tanta energia, criatividade e mestria que podemos dizer que há uma ética antes de Nietzsche e um ética pósnietschiana. Toda a sua obra, e em particular os ensaios *Para A Genealogia da Moral* e *Para Além do Bem e do*

³ A cidade-Estado constituía o modelo de cidade adotado pelos gregos antigos que a chamavam de *polis*. Tratava-se de uma cidade que era independente, com seu governo e suas leis próprias, embora estivesse inserida em um país. Assim foram, por exemplo, Atenas, Troia e Esparta.

⁴ BUCHAUL, Ricardo B. As Virtudes de Todo Dia. No prelo.

Mal, são um combate enérgico contra as várias tradições éticas que o precederam, nomeadamente a tradição judaico-cristã e a concepção individualista introduzida por Kant. Não é, portanto, por acaso que, ao longo da sua obra, se sinta a presença de dois ódios de estimação: Aristóteles (cuja filosofia foi apropriada pela matriz cristã medieval) e Kant (cuja filosofia abre caminho à moderna concepção de ética).⁵

Existem normas sociais tradicionais (a moral) que, por si, orientam todo o comportamento dos indivíduos, como se o seu cumprimento fosse obrigatório. Assim, por exemplo, mentir é moralmente condenável e, portanto, deve-se dizer a verdade (todos estamos, moralmente, obrigados a dizer a verdade). A ética surge, justamente, como forma de organizar uma norma que pode, por exemplo, não ser a mais apropriada ou digna de ser cumprida, pelo mal que possa causar considerando que, às vezes, não seria adequado dizer a verdade. O que, também, não significa que, de qualquer forma, se autorize a mentira. Mas, é dessa forma, por exemplo, que a ética não permite que uma moral seja absoluta e, por essa razão, insiste em definir quando ela deve mudar. Eis, desse modo, a ética em ação: existe uma norma, uma regra social tradicional que pode ser inadequada e, portanto, deve ser considerada de outra forma. A ética assim o faz, como nas palavras do lusitano poeta: “Cesse tudo o que a Musa antiga canta, que outro valor mais alto se alevanta” (CAMÕES, 2007).

Podemos, também, considerar uma situação hipotética, na qual alguém esteja morrendo, necessitando de um medicamento cujo valor, de imediato, o torna completamente inacessível. É quando um indivíduo decide furtá-lo para salvar aquela vida. A norma (*moral*) é não roubar, mas a *ética* em ação privilegiou o valor representado pela vida, em detrimento da norma.

Como exemplo derradeiro, durante todo o período que se estendeu entre os séculos XVI e XIX, a escravidão humana era considerada moralmente aceitável e não era errado ter escravos. Pelo contrário, algumas sociedades privilegiavam a posse desses escravos e enalteciam o *status* de “senhor de escravos”. Hoje, qualquer pessoa é capaz de reconhecer como absurda aquela posição, dantes tão comum.

Então, podemos dizer que a moral mudou, os costumes mudaram, assim como as regras reformularam-se a partir desses posicionamentos novos onde a ética humanista se manifestou contra o *status quo* da moral que imperava à época.

Virtude

A *virtude*, por seu turno, pode se caracterizar como uma qualidade, um hábito positivo de se insistir na prática do bem, vale dizer, daquilo que é correto, decente, justo, honesto, etc., e que é desenvolvido pelo indivíduo através do próprio exercício e da constância de sua prática.

A virtude, portanto, fomenta a ética na prática constante, tanto das ações moralmente corretas, como também no exercício de outras tais que irão corrigir a moral implantada, estimulando, assim, a evolução moral dos indivíduos e, conseqüentemente, de um povo. Desse modo, aqui, talvez, resida a essência da arte de levantar templos à virtude.

Um pensador moderno, bastante afinado com as visões de Aristóteles sobre a virtude, é o conhecido filósofo escocês Alasdair Chalmers MacIntyre. Trata-se de um crítico radical do projeto iluminista moderno e um defensor inconteste da ética clássica das virtudes – uma posição, como vimos, diferente da adotada por Nietzsche, no que se refere ao platonismo.

O seu pensamento se caracteriza por uma firme e erudita apropriação das teorias morais e

⁵ MARQUES, Ramiro Fernando Lopes. A Ética de Friedrich Nietzsche (1844-1900). Disponível em: <http://www.eses.pt/usr/ramiro/docs/etica_pedagogia/Nietzsche_e_educacao.pdf>. Acesso em: 17 ago 2012.

políticas dos gregos antigos aos nossos dias.⁶ Ele considera que as virtudes são aquelas disposições que, não apenas mantêm as práticas e nos permitem alcançar os bens internos a essas práticas, mas nos conduzem a uma busca do bem, nos auxiliam a vencer os riscos, perigos, tentações e as distrações que encontramos, e a procurar um permanente e crescente autoconhecimento e crescente conhecimento do bem (McINTYRE, 2001).

Para sua concepção de virtude moral, MacIntyre (2001) toma como ponto de partida a teoria das virtudes de Aristóteles e da ética cristã, adotando-as como seus dois principais paradigmas (CARDOSO, 2010).

Uma disposição firme e constante de praticar o bem: eis a virtude, em poucas palavras, assim como a vê o pensamento exarado dos ensinamentos da Maçonaria.⁷ A esse conceito, deve-se agregar a ideia de uma verdadeira inclinação, vale dizer, de uma tendência para a prática do bem. André Comte-Sponville (2009) acrescenta que ela, a virtude, é o próprio bem, em espírito e verdade. E o bem não é para se contemplar, mas para se fazer e, desse modo, a virtude é o esforço para se portar bem que, em última instância, define o bem nesse próprio esforço.

Para o filósofo alemão Josef Pieper, considerado um dos mais conhecidos pensadores cristãos da atualidade, dono de uma vastíssima produção literária, a virtude é a força com a qual o homem é inclinado a fazer o bem. Seguindo o pensamento de Tomás de Aquino, Josef Pieper considera, como elemento mais importante para o conceito de virtude, assim como apontado por Aristóteles, o fato de que a virtude é um hábito.⁸

Esse conceito é insistentemente repetido neste trabalho, como o exercício da prática do bem também o é na formação da virtude.

Por sua vez, Emmanuel Kant considera o valor moral de uma ação como não residente nela própria, mas no motivo que levou o indivíduo a praticá-la. E que tal motivo deve consistir, unicamente, no respeito à lei moral, obtida a partir da razão e livre de quaisquer determinações empíricas, como, por exemplo, as inclinações do indivíduo. O respeito ao dever, somente, é, assim, condição necessária para a atribuição de um valor moral genuíno a uma ação (PETRY, 2007).

Com isso, Kant mostra que as ações que têm presentes as inclinações como seus motivos não poderiam ter valor moral. A possibilidade das virtudes constituírem um aspecto importante da ação no que diz respeito à sua moralidade é eliminada, uma vez que o respeito ao dever é a condição subjetiva para o valor moral da ação (Ibid).

Para o filósofo brasileiro André Luiz Souza Coelho,

Toda virtude é distinção de caráter, quer dizer, é posse de certa qualidade, disposição e motivação específica que falta aos demais (às 'pessoas comuns') e por isso dota a pessoa virtuosa de um brilho próprio, que a torna merecedora ora da admiração, ora da inveja dos demais (aqui, ambos, admiração e inveja, poderiam ser considerados dois pólos do mesmo padrão de reação diante do que lhe é superior).⁹

⁶ ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite. *MacIntyre e a Ética das Virtudes*. Disponível em: <<http://www.pgfil.uerj.br/pdf/publicacoes/araujo/MacIntyre.pdf>>. Acesso em: 24 jun 2012.

⁷ A Maçonaria, como Ordem que almeja uma humanidade melhor a partir da evolução do indivíduo, vê o desenvolvimento das virtudes no homem como um instrumento do qual o indivíduo se utiliza para o seu aprimoramento como ser social.

⁸ ORC COTRIM, Policarpo. *A Ética das Virtudes no Pensamento de Josef Pieper*. Disponível em: <<http://institutumsapientiae.files.wordpress.com/2011/07/sc-2010-05-policarpo.pdf>>. Acesso em: 29 jun 2012.

⁹ COELHO, André Luiz Souza. *Ética: Coragem*. Disponível em: <<http://aquitemfilosofiasim.blogspot.com.br/2007/11/tica-coragem.html>>. Acesso em: 19 jul 2012.

A abordagem ética da virtude na modernidade relaciona-se com o raciocínio intelectual, mas também, e sobretudo, com o caráter e a busca de excelência das práticas conduzidas pelo indivíduo. Assim, responder às questões “Como devo agir?” e “Que tipo de pessoa devo ser?” é o exercício permanente que se coloca diante do homem¹⁰, em geral, e do maçom, em particular.

O pensamento do mundo moderno, no entanto, não pode considerar virtuoso e moralmente válido um ato a partir, tão somente, de seu julgamento interior e dos valores que lhe são implícitos, por mais consensual que possa ser. É mister que se veja, antes, os resultados dele decorrentes, isto é, quais as consequências da ação tomada o que, no dizer de Claudio Mano, pode assim ser entendido: “a virtuosidade da ação não é mais inerente ao ato, mas sim dependente de uma avaliação posterior, efetuada pela sociedade”.¹¹

Conhecer as principais virtudes humanas, absorver o seu entendimento e exercitá-las como modo de vida, como traço de caráter nas ações práticas da vida diária é o que as consolida e, enfim, caracteriza o homem virtuoso, uma vez que o hábito da retidão impele esse homem virtuoso a uma vida reta. Esse é o sentido prático de “polir as arestas” para aperfeiçoar as pedras que constroem o templo interior de cada um de nós. Eis, enfim, como antes nos referimos, a operacionalidade da construção de templos à virtude.

Segundo o professor André Luiz Souza Coelho, pode-se reconhecer qualquer virtude a partir de seus quatro elementos constitutivos, quais sejam, aqueles que se referem à situação, à emoção, à ação e à finalização do ato virtuoso.

O primeiro, o componente situacional da virtude, é o que se refere ao tipo de circuns-

tância ou de situação que requer o exercício daquela virtude, como no caso da coragem, que requer uma situação de risco, por exemplo, para que um ato, naquela circunstância, se reverta de virtuosidade. Diante da situação que se apresenta, deve surgir o segundo elemento constitutivo das virtudes, o que se refere à emoção envolvida com o quadro que se tem diante de si. Trata-se, desse modo, do sentimento que é despertado no indivíduo e o impele à ação. Este é o terceiro dos componentes, o que define que ação é requerida pela situação, a qual é apontada pelo sentimento desperto. E, finalmente, existe um componente de finalização, que remete ao propósito que a virtude requer.¹²

Considerações Finais

A partir de considerações, ainda que singelas, como as que compilamos neste pequeno trabalho, podemos, os obreiros da Ordem Real, laborar mais precisamente na implantação dos hábitos que constituirão as virtudes maçônicas de cada um, já cônscios da moral de nosso tempo, aprimorada esta, no entanto, pela ética maçônica, através da qual nos pautamos, a fim de que, como tais, sejamos reconhecidos.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite. *MacIntyre e a Ética das Virtudes*. UERJ. Disponível em: <<http://www.pgfil.uerj.br/pdf/publicacoes/araujo/MacIntyre.pdf>>. Acesso em: 24 jun 2012.
- BUCHAUL, Ricardo B. *As Virtudes de Todo Dia*. No prelo.
- CAMÕES, Luis Vaz de. *Os Lusíadas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

¹⁰ MARQUES, Ramiro Fernando Lopes - *Ética da virtude e desenvolvimento moral*. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/ramirodotcom/home/os-meus-textos-de-etica/etica-da-virtude-e-desenvolvimento-moral>>. Acesso em: 1º de jul 2012.

¹¹ MANO, Claudio - *Ética, virtudes e ordem social: de Aristóteles ao mundo atual*. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/EVAMA.pdf>>. Acesso em: 1º jul 2012.

¹² COELHO, André Luiz Souza - *Ética: Coragem*. Disponível em: <<http://aquitemfilosofiasim.blogspot.com.br/2007/11/etica-coragem.html>>. Acesso em: 19 jul 2012.

- CARDOSO, Flora Rocha. *A Teoria das Virtudes de Alasdair MacIntyre*. UFMG, 2010.
- COELHO, André Luiz Souza. *Ética: Coragem*. Blog Filósofo Grego. Disponível em: <<http://aquitemfilosofiasim.blogspot.com.br/2007/11/tica-coragem.html>>. Acesso em: 19 jul 2012.
- COMTE-SPONVILLE, André. *Pequeno Tratado das Grandes Virtudes*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- EGG, Rosiane Follador Rocha. *História da Ética*. In Videoaula do Curso "Ética nas Organizações". Curitiba: IESDE, 2009.
- FERRATER MORA, José. *Dicionário de Filosofia*. Lisboa: Dom Quixote, 1978.
- HUGO, Victor. *Os Miseráveis*. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- LORAUX, Nicole. *A Tragédia Grega e o Humano*. In *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- McINTYRE, Alasdair Chalmers. *Depois da Virtude: um estudo em teoria moral*. Bauru: EDUSC, 2001.
- MANO, Claudio. *Ética, virtudes e ordem social: de Aristóteles ao mundo atual*. UFJF. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/EVAMA.pdf>>. Acesso em: 1º jul 2012.
- MARQUES, R. F. L. *A Ética de Friedrich Nietzsche (1844 - 1900)*. Disponível em: <[http://www.eses.pt/usr/ramiro/docs/etica_pedagogia/Nietzsche e aeducacao.pdf](http://www.eses.pt/usr/ramiro/docs/etica_pedagogia/Nietzsche_e_a_educacao.pdf)>. Acesso em: 17 ago 2012.
- MARQUES, R. F. L. *Ética da virtude e desenvolvimento moral*. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/ramirodotcom/home/os-meus-textos-de-etica/etica-da-virtude-e-desenvolvimento-moral>>. Acesso em: 1º de jul 2012.
- MOTTA, Nair de Souza. *Ética e Vida Profissional*. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1984.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A Filosofia na Idade Trágica dos Gregos*. São Paulo: Escala, 2008.
- OLIVEIRA, Ruy Barbosa de. *Triunfo das Nulidades*. Trecho do discurso "Requerimento de Informações sobre o Caso do Satélite", proferido no Senado Federal, no Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1914.
- ORC COTRIM, Policarpo. *A Ética das Virtudes no Pensamento de Josef Pieper*. Disponível em: <<http://institutumsapientiae.files.wordpress.com/2011/07/sc-2010-05-policarpo.pdf>>. Acesso em: 29 jun 2012.
- PETRY, Franciele Bete. *O Papel da Virtude na Ética Kantiana*. In Etich@ - Revista Internacional de Filosofia da Moral, Vol. 6, Nº 1. Florianópolis: UFSC, 2007.

REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS DA INSTRUÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA: A Maçonaria nos Livros Didáticos

(IDENTITY REPRESENTATIONS OF THE BRAZILIAN SCHOOLING: Freemasonry in Schoolbooks)

Fernando Magalhães ¹

Resumo

No momento em que nas escolas públicas o Programa Nacional do Livro Didático, PNLD 2012, ofereceu aos professores a escolha do livro a ser trabalhado no ensino médio, elaboramos a leitura de 12 obras oferecidas para esta seleção na disciplina de História. Analisamos a inserção do tema "Maçonaria" nestas obras, valendo-nos dos recursos teóricos de Barthes (1973), Veyne (1976), Foucault (1996) e Revel (2002), sobre prazer, constantes, sociedade de discurso e tempo social. O tema na História do Brasil é parcamente abordado nas Conjurações Baiana e Mineira, na Independência e na "questão religiosa". Na História Geral, nada foi encontrado. Concluímos que a atuação da maçonaria enquanto locus de sociabilidade e transmissão de ideias deve ser objeto de maiores estudos históricos.

Palavras-chaves: instrução escolar; Maçonaria; livros didáticos.

Abstract

When National Schoolbook Program 2012 - PNLD offered teachers the choice of book to be worked in high school, We elaborated the reading of 12 schoolbooks offered for this selection in the discipline of History. We analyze the inclusion of the topic "Freemasonry" in these schoolbooks, using the theoretical resources of Barthes (1973), Veyne (1976), Foucault (1996) and Revel (2002), about pleasure, constant, time of speech and social society. The theme in the history of Brazil is poorly addressed in Bahia and Minas Gerais Conjurations, Independence and the "religious issue." In general history, nothing was found. We conclude that the role of Freemasonry while locus of sociability and transmission of ideas should be subject to higher historical studies.

Keywords Schooling, Freemasonry, Schoolbooks.

¹ Fernando da Silva Magalhães tem Doutorado em Educação pela UERJ (2013), Mestrado em Educação pela UFRJ (2009), e bacharelado e licenciatura em História pela UFRJ (1990). É o atual Venerável Mestre da Loja Maçônica União e Tranquilidade No. 002 - GOB. E-mail: magallegat@ibest.com.br

Introdução

No século XVIII, com a ascensão da burguesia e a difusão das ideias iluministas, a Maçonaria desenvolveu-se e adquiriu prestígio na Europa. Aliada aos movimentos liberais, marcou presença efetiva nos grandes acontecimentos políticos. As revoluções Gloriosa, Americana e Francesa possuem fortes traços ideológicos e ampla participação de maçons entre suas lideranças (HOBSBAWN, 2012). Na América Latina, teve papel decisivo nas lutas da independência e, no século XIX, nas lutas dos liberais contra os conservadores clericais, sobretudo no México, Colômbia e Chile. Na Itália, maçons participaram do movimento de unificação nacional (*Risorgimento*) (CARVALHO, 2010). Na Suíça, a Grande Loja Alpina defende desde 1847 os cantões protestantes contra a oposição dos cantões católicos (CASTELLANI, 1991). Na Bélgica e na Espanha do século XIX, maçons combateram a influência da Igreja. Foi na França, porém, que a Maçonaria conquistou grande força política e de lá se irradiou para os países latinos (LEPAGE, 1993). Seu período áureo começou depois de 1870, na III República. Infiltrada em todos os partidos políticos de centro, esquerda e direita, a Maçonaria francesa dedicou-se a persistentes lutas contra a Igreja. Conseguiram a abolição do ensino religioso nas escolas, o divórcio, a expulsão das ordens e congregações (1902) e a separação de estado e igreja (1905). Só após a 1ª Guerra Mundial a influência da Maçonaria francesa começou a declinar (COSTA, 2002). Em Portugal, as Lojas Maçônicas difundiram o pensamento liberal, propagaram os princípios da revolução francesa e, como a Maçonaria francesa, combateram as ordens religiosas e o clero.

Há evidências documentadas da presença de maçons no Brasil desde o final do século XVIII.² Aqui o movimento assumiu as mesmas posições libertadoras que manifestara nas demais colônias americanas. A ideologia da inconfi-

dência mineira coincidiu, de modo geral, com a da Maçonaria da época. Quando se iniciou o ciclo das conspirações nordestinas, a rede de sociedades secretas formou a base das comunicações entre os núcleos de intelectuais influenciados pelas novas ideias europeias (ALBUQUERQUE, 1959).

Nas lutas pela independência e abolição da escravatura, a Maçonaria passou a ser o centro mais ativo do trabalho de propaganda emancipadora. Sua proposta libertadora continuou até a República. Eram maçons ativos José Bonifácio, Gonçalves Lêdo, Caxias, os intelectuais abolicionistas, Benjamin Constant, Rui Barbosa, Deodoro da Fonseca e o seu ministério, além de todos os presidentes da República Velha, dentre outros (CASTELLANI & CARVALHO, 2009).

O Grande Oriente do Brasil, organização maçônica mais antiga em funcionamento no território nacional, foi regida por mais de vinte constituições, a última das quais aprovada em 24 de junho de 1990. Há, contudo, uma profunda distinção entre as Lojas que seguem o Rito Escocês Antigo e Aceito, de 33 graus, que enfatiza a existência de um Ser Supremo - o Grande Arquiteto do Universo, com o primado do espírito sobre a matéria, e o Rito Francês ou Moderno, de sete graus; assumidamente laico e materialista. Além desses, há no Grande Oriente do Brasil os Ritos de Emulação, Schroeder, Adoniramita, Brasileiro e Escocês Retificado. Assim sendo, não podemos falar em "Maçonaria", e sim, em "Maçonarias" no Brasil.

Desde a seminal obra de Maurice Agulhon, *Pénitents et Francs-Maçons de l'Ancienne Provence*, (Fayard, Paris, 1984), estabeleceu-se no campo historiográfico de pesquisa acadêmica um conjunto de proposições que se dedicam a reconstruir a pertinência de uma história política como nível de análise; estudando grupos sociais, como neste caso específico, a Maçonaria, através de suas formas de sociabilidade e seu potencial

² Recomendamos, dentre muitas outras obras referentes à gênese da Maçonaria no Brasil, pela sua pertinência e aprofundamento na pesquisa documental relativa ao tema: CASTELLANI, José; CARVALHO, William A. História do Grande Oriente do Brasil. A maçonaria na história do Brasil. São Paulo: Madras, 2009.

para a produção de novas estruturas sociais. Como nos aponta Jacques Revel, certas noções e práticas que, antes, eram aceitas como evidentes, são, na contemporaneidade, objeto de um novo exame, "*que se interroga tanto sobre suas condições de possibilidade como sobre os sentidos com que estão investidos: é o caso da história global e da história nacional (...) reflexionadas sobre a construção e a natureza das identidades sociais, tanto de grupos quanto de indivíduos, sobre a interpretação de suas trajetórias e estratégias*" (REVEL, op.cit. p. 147).

Análise de Conteúdo

A seguir, apresentamos uma análise comparativa das obras didáticas pesquisadas. Como se trata de material extenso, visando a não tornar enfadonha a abordagem a doze obras em sequência, que por vezes se repetem, buscou-se agrupá-las em blocos comparados, de acordo com as suas semelhanças e diferenças de abordagem ao tema "Maçonaria"; aqui compreendida como a *constante* deste nosso *inventário de diferenças* (VEYNE, 1976).

Na obra de Santiago (2010), encontramos a seguinte referência à maçonaria, como na maioria das demais obras pesquisadas, abordada no episódio da História do Brasil conhecido como *questão religiosa*.

Em 1864, o Papa Pio IX promulgou uma bula na qual reafirmava a supremacia da Igreja em todos os âmbitos da sociedade e responsabilizava a maçonaria por práticas que enfraqueciam a fé católica. O objetivo era eliminar o poder que a instituição possuía dentro da Igreja em todo o mundo. Nesse sentido, a situação no Brasil era peculiar: muitos clérigos e o próprio imperador eram maçons (*Obs.: Equívoco do autor. D. Pedro II nunca foi maçom. Seu pai, Pedro I, sim*). A posição papal acabou gerando uma série de

incidentes, sobretudo com o bispo de Olinda, D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira. Em 1872, ele proibiu a participação de clérigos na maçonaria, ameaçando-os de expulsão da hierarquia da Igreja. (SANTIAGO, 2010, p. 179).

O trecho é seguido de um destaque, intitulado "Pare e pense", onde o autor define a Maçonaria:

Ninguém sabe ao certo quando teve início a Maçonaria. Alguns especialistas apostam que suas origens estão na Idade Média, entre membros das corporações de ofício. O certo é que no século XVIII ela funcionava regularmente, chegando ao Brasil algumas décadas depois. Aqui no país seus membros (entre eles ministros, regentes, magistrados, intelectuais e mesmo um imperador) desempenharam papel político importante.

1. Faça uma pesquisa para saber:

- a). O que é a Maçonaria;
- b). A atuação de seus membros durante o século XIX no Brasil;
- c). Os principais acontecimentos em que a instituição esteve envolvida naquele período.

2. Faça um texto com o título: "A Maçonaria no Brasil".

Neste autor, apesar de verificarmos o exíguo espaço dado a análise da participação maçônica nos eventos históricos, observamos uma tentativa de reflexão e aprofundamento, no sentido da elaboração de um questionário de apoio, onde o estudante é instigado a buscar maiores dados a respeito da Maçonaria. De todos

os livros didáticos observados, este é o único que faz uso de tal recurso e, por isso, o apresentamos destacado dos demais que seguem abaixo.

Na sequência, analisamos as obras de Moraes (2010), Vicentino (2010), Campos (2010) e Cotrim (2010). Em todas, a temática maçônica é, também, abordada no tocante ao evento histórico conhecido como "*questão religiosa*". Podemos observar que os trechos em muito se assemelham entre si, no aspecto da construção e elaboração dos eventos. No entanto, em certas construções, podemos observar, como abaixo assinalamos, além de erros básicos de pesquisa historiográfica, como o que afirma ter sido D. Pedro II um maçom, uma maior ou menor tendência a relativizar os prejuízos políticos da Igreja, como instituição, no desenrolar dos eventos em pauta. As abordagens pouco se prendem às análises das estruturas políticas internacionais que ali se apresentam, atendo-se, na maioria dos casos, a tratar unicamente das consequências imediatas do conflito no cenário nacional. No geral, apontam o governo do Império como o que sai mais prejudicado ao final do desenrolar dos acontecimentos, ao, de certa forma, como induz os textos, perder o apoio da instituição eclesiástica. É curioso que, em nenhum dos trechos, parece haver qualquer crítica no sentido de assinalar a ingerência de uma potência estrangeira, no caso o Vaticano, nos assuntos internos do Brasil.

O conflito mais decisivo, denominado Questão Religiosa, ocorreu entre 1872 e 1875, e envolveu o bispo de Olinda, dom Vital de Oliveira, e o bispo do Pará, dom Antônio de Macedo Costa. Os religiosos posicionaram-se contra a maçonaria, proibindo suas manifestações e o ingresso de seus membros nas igrejas católicas. A monarquia não aceitou a atitude rebelde e processou os bispos, que eram funcionários do Estado, condenando-os à prisão. Entre 1874 e 1875, os bispos foram soltos e anistiados, mas o fato gerou um

duplo problema para o governo, o que colaborou para isolá-lo um pouco mais, pois aumentou a impopularidade do Império e, principalmente, impulsionou o desejo de separação entre o Estado e a Igreja. (MORAES, 2010, p. 190).

Observando o trecho acima, perguntamos como o aluno vai compreender a inserção da misteriosa entidade "Maçonaria", sem mais nem menos adentrando as linhas da obra.

Outrossim, o texto peca pela dubiedade ao seu final, parecendo dar a entender que, à Igreja, era interessante separar-se do Estado, desconsiderando assim uma das maiores bandeiras da maçonaria no século XIX e a razão maior de sua luta naquele momento: a laicidade do Estado.

A bula papal que impedia membros da maçonaria de pertencer aos quadros da Igreja foi rejeitada pelo imperador – D. Pedro II, como o pai, era maçom – que acumulava o direito de ratificar ou não o cumprimento das ordens do papa no país. A maior parte dos religiosos permaneceu fiel ao imperador, porém os bispos de Olinda e de Belém preferiram acatar o papa e expulsaram de suas dioceses párocos ligados à maçonaria. O imperador decidiu punir os bispos rebeldes, processando-os e condenando-os à prisão com trabalhos forçados. (VICENTINO, 2010, p.308.)

Mais uma vez, na única referência em toda a obra à Maçonaria (mais de novecentas páginas distribuídas em três volumes), identificamos a repetição do mesmo erro. Farta documentação histórica atesta que D. Pedro II preferiu não iniciar-se na maçonaria, ao contrário do pai. Entre-

tanto, questionamos: Se o autor; não sabemos a partir de quais fontes, acreditava que o próprio imperador fosse um maçom, como deixar de buscar um aprofundamento no entendimento do significado deste fato? Tal dado não teria maior relevância histórica a merecer mais do que um parágrafo de texto?

Em Campos (2010), a menção à chamada *Questão religiosa* é ainda mais superficial. Há menção à instituição do *padroado*, aqui colocado, na visão do autor, como o principal motivo da questão, a partir da recusa de Pedro II em aceitar as regras ditadas pela bula papal de 1864. Os acontecimentos restantes, onde os maçons são mencionados em apenas uma linha, são, ao que parece, meras consequências secundárias deste aspecto principal.

Com a Independência, o padroado manteve-se como atribuição dos monarcas brasileiros. No entanto, em 1864, o papa Pio IX condenou em uma encíclica o que considerava os 80 erros que o mundo praticava contra a Igreja. Entre eles, o poder dos Estados sobre os documentos papais, a subordinação do clero à administração civil, a separação entre Igreja e Estado, e a participação de membros da Igreja em sociedades secretas, especialmente a maçonaria. No Brasil, D. Pedro II negou-se a aprovar a encíclica, o que, pelas regras do padroado, tornava-a sem validade. Os conflitos não tardaram a surgir. Alguns membros do clero, como o bispo de Olinda, resolveram seguir as recomendações papais e expulsaram das confrarias religiosas os representantes maçons. Um recurso à Coroa tornou nula a expulsão ordenada pelo bispo, que acabou preso em 1874. (CAMPOS, 2010, p. 226).

Mais uma vez, a menção à Maçonaria é superficial e não há interesse em explicar ao leitor a sua repentina inserção no contexto da obra.

Em Cotrim (2010), encontramos a mesma esquematização de ideias apresentada pelos autores anteriores. Há que se destacar, no entanto, neste autor, uma preocupação maior de inserir a temática da maçonaria no contexto da obra, a partir da apresentação de uma definição da instituição em um glossário definidor do termo.

Desde o período colonial, a Igreja Católica era uma instituição submetida ao Estado, pelo regime do Padroado. Isso significava, entre outras coisas, que nenhuma ordem do papa poderia vigorar sem antes ter sido aprovada pelo imperador. Em 1872, no entanto, D. Vidal e D. Macedo, bispos de Olinda e de Belém, respectivamente, seguindo ordens do papa Pio IX, puniram religiosos ligados à maçonaria. D. Pedro II, atendendo a pedidos de grupos maçônicos, solicitou aos bispos que suspendessem as punições. Como eles se recusaram a obedecer ao imperador, foram condenados a quatro anos de prisão.

GLOSSÁRIO: Maçonaria. Sociedade antiga e parcialmente secreta que, utilizando-se de conhecimentos dos antigos construtores de templos (os maçons), tem como objetivo principal incentivar a fraternidade e a filantropia entre todos os seres humanos, sem distinção de cor, credo ou origem social." (COTRIM, 2010, P. 287).

Figueira (2010) e Vainfas (2010), ao con-

trário dos autores já mencionados, apresentam de forma um pouco mais ampliada a Maçonaria em duas páginas, relacionadas à *Conjuração Baiana* (Figueira), à *Independência do Brasil* (Vainfas) e à *questão religiosa* (ambos). Apesar de dedicar espaço e relevo ao tema, Vainfas (2010) comete um erro grave em "A Maçonaria no Brasil" (p. 153), ao confundir o Grande Oriente do Brasil, o poder central que reúne todas as Lojas Maçônicas do período com uma única Loja.

Uma Loja Maçônica, denominada *Cavaleiros da Luz*, funcionava em Salvador desde julho de 1797. Ponto de encontro das figuras da elite da cidade, a sociedade era o espaço em que se discutiam as ideias iluministas difundidas pela Revolução Francesa. Entre os frequentadores das reuniões estavam o médico Cipriano Barata e o tenente Hermógenes Pantoja, integrantes do grupo que tramava a Conjuração Baiana. O governante de Lisboa já havia sido alertado, por seu representante na Bahia, sobre a difusão preocupante dos "abomináveis princípios revolucionários franceses" entre a população baiana. (FIGUEIRA, 2010, p. 168).

De acordo com a Constituição de 1824, a Igreja Católica estava subordinada ao Estado, que pagava os padres e nomeava os bispos. Nenhuma determinação do papa podia entrar em vigor no Brasil sem a aprovação do imperador. Em 1872, os bispos de Olinda e de Belém, dom Vidal Maria e dom Macedo Costa, foram presos e condenados por proibir a participação de maçons nas irmandades religiosas, como recomendava o papa. Três anos depois, os dois fo-

ram anistiados, mas a punição deixou claro que haviam dificuldades incontornáveis nas relações de dependência estabelecida entre a Igreja e o Estado. (FIGUEIRA, op. cit., p. 222).

Apesar da original menção de Figueira à existência de uma loja maçônica em 1797 exercendo influência e participando da Conjuração Baiana, a obra não foge à regra. A Maçonaria é introduzida sem qualquer explicação ou contextualização no texto de forma bastante superficial, dificultando a compreensão por parte do leitor da efetiva participação desta instituição nos acontecimentos em tela.

Quanto a Vainfas, o que temos é uma descrição da origem da maçonaria no Brasil, seguida da mesma inserção dos autores anteriores, da maçonaria nos episódios da *questão religiosa*.

A Maçonaria no Brasil. A Maçonaria é uma associação voluntária e secreta que se difundiu na primeira metade do século XVIII, a partir da Inglaterra para a Europa e a América. Seu caráter secreto a envolveu numa aura de mistério. A partir de 1750, a associação passou a ser um espaço de crítica e de discussão sobre a sociedade civil. No Brasil, a primeira Loja Maçônica (local de reunião dos maçons) surgiu, comprovadamente, em 1800, na futura cidade de Niterói, no Rio de Janeiro; era chamada *União*. Logo surgiram outras, em várias regiões. Em 1818, um alvará proibiu o funcionamento das Lojas Maçônicas em todo o Império luso-brasileiro, mas elas não fecharam.

A Loja mais destacada no período de independência foi a *Grande Oriente Brasileiro*, da

qual José Bonifácio de Andrada e Silva foi Grão-Mestre (presidente). Nela ocorreram os debates políticos que influenciaram a separação de Brasil e Portugal. D. Pedro foi iniciado na Maçonaria, recebendo o nome de *Guatimozin*, último imperador asteca. Em 4 de outubro de 1822, foi elevado a Grão-Mestre, e logo membros da Maçonaria propuseram sua aclamação como Imperador do Brasil, fato que ocorreu em 12 de outubro.

A política do governo de D. Pedro I em restringir a liberdade de expressão fez com que esse tipo de associação fosse proibido em 1823. Mas as reuniões prosseguiram clandestinamente. Foram criadas novas lojas, de tendência tanto liberal quanto conservadora, que funcionavam como local de debates políticos. Com a abdicação de D. Pedro I, em 1831, o funcionamento das Lojas Maçônicas foi liberado, mas elas já não tinham o peso político do período anterior. Continuaram a funcionar, mas ligadas a valores não políticos, como a filantropia, a beneficência, a sabedoria e a justiça. (VAINFAS, 2010, p. 153).

À parte do já citado equívoco, ao confundir o nome da agremiação de Lojas Maçônicas com uma Loja única, o autor procura contextualizar historicamente a instituição maçônica no cenário internacional, a partir de sua origem europeia e posterior expansão para as Américas; bem como no cenário nacional, destacando sua importância na construção dos eventos articuladores do processo que culminou com a independência nacional. No entanto, não podemos nos furtar a destacar outra incongruência no texto

acima, quando o autor faz menção, nas linhas finais do parágrafo, a perda do “peso político” da instituição maçônica quando de seu retorno às atividades, em 1831. Como esta afirmação se coaduna com o descrito no texto seguinte a mencionar a ordem maçônica, quando esta, em conflito com a igreja católica, ao final do segundo reinado, aparentemente, demonstra grande peso político? Seria realmente sem peso político uma instituição que possui como grão-mestre, sua liderança maior, o próprio presidente do Conselho de Ministros do Império?

O início da crise começou com um discurso do padre Almeida Martins em uma loja maçônica no Rio de Janeiro, em 1872, homenageando o visconde do Rio Branco, então presidente do Conselho de Ministros e grão-mestre da maçonaria pela Lei do Ventre Livre. Na Europa, a maçonaria era marcadamente anticlerical. Mas, no Brasil, os eclesiásticos faziam parte desta organização, apesar de condenada pelo papa Pio IX desde 1865 como a responsável pela “impiedade do mundo”. Além disso, o *Concílio Vaticano I* (1869) decidiu desencadear uma grande campanha contra a maçonaria, proibindo a participação dos católicos, particularmente os eclesiásticos. O problema é que, no Brasil, diversos padres e governantes pertenciam à Maçonaria.

O discurso publicado na imprensa repercutiu profundamente entre os altos membros da Igreja católica no Brasil. O padre acabou suspenso pelo bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro de Lacerda. A maçonaria reagiu com dureza ao que considerou uma interferência da Igreja de Roma nes-

sa instituição por meio do bispo.

Logo depois, ainda em 1872, outro conflito marcaria a *Questão Religiosa*. O jovem bispo D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, da cidade de Olinda, seguindo orientação de Roma, proibiu a participação de eclesiásticos em lojas maçônicas. Criou um jornal, *A União*, para combater a maçonaria no Brasil, interditou duas paróquias que se recusavam a expulsar os maçons e suspendeu o deão da catedral, simpatizante da maçonaria e líder do Partido Liberal em Pernambuco. Em reação, a tipografia do jornal *A União* foi saqueada e um sacerdote morto a facadas.

As bulas papais a respeito da Maçonaria não haviam recebido a aprovação do imperador D. Pedro II. Portanto, sua aplicação era ilegal.

A Coroa tentou em vão acalmar os ânimos, pedindo a D. Vital que revogasse suas interdições. O bispo manteve-se irredutível, alegando que somente devia obediência ao papa. Foi preso e condenado a quatro anos de trabalhos forçados, em 1874. O mesmo destino foi dado ao bispo do Pará, D. Antonio de Macedo Costa, solidário ao colega de Olinda e também empenhado em combater os maçons. Ambos foram anistiados em 1875, graças a pressões de

Roma e à intervenção do Duque de Caxias, então chefe do gabinete conservador que governava o Império. Mas as relações entre o império e a Igreja católica estavam definitivamente comprometidas. Ao sair da prisão, D. Antonio resumiu as consequências da crise dizendo que a Questão Religiosa abalara o trono, mas deixara o altar de pé. O bispo estava certo. (VAINFAS, 2010, p. 292).

Cremos ser um tanto equivocados, para não dizer incorretos, em um livro didático, o autor emitir em seu texto, juízos de opinião do tipo "certo" ou "errado", em relação a acontecimentos históricos. Infração ao *ritual*³ (FOUCAULT, 1996) da escrita didática, inscrita em certos sistemas de restrição que regulam a forma e a ordem do discurso. Neste caso, ao afirmar que "o bispo estava certo" temos um posicionamento nesta área que não se coaduna com a proposta de um livro didático.

Alguns autores se debruçam sobre a maçonaria no Brasil inserindo-a em outros acontecimentos que não a questão religiosa especificamente. Curioso de assinalar é que, nestas demais obras, a referida *questão* não é associada à ordem maçônica, e sua influência no episódio não é reconhecida. Enfim, quando se trabalha com o tema maçônico em um determinado episódio histórico, apaga-se sua participação em outro, assinalado por outro autor.

Na sequência, portanto, apresentamos as inserções de Pellegrini (2010), Berutti (2010), Azevedo (2010), Nogueira (2010) e Alves (2010).

Sobre o conflito de interesses diante da

³ A troca e a comunicação são figuras positivas que atuam no interior de sistemas complexos de restrição; e sem dúvida não poderiam funcionar sem estes. A forma mais superficial e visível desses sistemas de restrição é constituída pelo que se pode agrupar sob o nome de ritual; o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, de interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciado; define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirige, os limites de seu valor de coerção." (FOUCAULT, 1996, p. 38-39).

permanência de D. Pedro no Brasil, assinala-nos Pellegrini a influência da ordem maçônica na formação, constituição, desenvolvimento e atuação do Partido Brasileiro, força política de acentuada influência no período em questão, assinalando a influência da maçonaria na passagem da Colônia ao Império:

O partido brasileiro, por sua vez, tinha uma formação diversificada, que incluía grandes proprietários rurais, políticos conservadores, liberais radicais, republicanos, membros das camadas médias urbanas, ex-escravos e, também, vários portugueses estabelecidos no Brasil. Muitas dessas pessoas eram adeptas da Maçonaria. Os grupos que formavam o partido brasileiro uniram-se para combater a proposta de recolonização feita pelos deputados portugueses. (PELEGRINI, 2010, p. 238).

Na mesma página, há um destaque, com ilustração, explicando o que é a Maçonaria:

Não existe um consenso sobre a origem da Maçonaria. Muitos estudiosos acreditam, porém, que ela tenha surgido durante a Idade Média, nas corporações de ofício que agrupavam pedreiros e arquitetos (*maçon*, em francês arcaico, significa "construtor"), os quais mantinham em segredo as técnicas de seu ofício. No século XVIII, os maçons passaram a participar ativamente da política, criticando o Absolutismo monárquico por meio da defesa dos ideais liberais inspirados pelo Iluminismo. No Brasil, o pri-

meiro registro de uma loja maçônica, como são chamados os núcleos maçônicos, é de 1801, no Rio de Janeiro. No século XIX eles tiveram um importante papel na Independência do Brasil, combatendo o Absolutismo e o colonialismo. Foi nas lojas maçônicas que aconteceram os principais debates entre os líderes do partido brasileiro, mobilizando as forças políticas responsáveis pela Independência do Brasil. (PELEGRINI, op. cit, ibid)

Apesar de correto, o texto parece "descolado" do restante da obra, por apresentar uma noção bem maior da importância da Maçonaria, do que no restante do livro, onde nada mais é mencionado à respeito da ordem maçônica.

Em outra obra, o autor Flávio Berutti insere a maçonaria em um outro evento, até então não assinalado por qualquer dos autores anteriores, a *conjuração mineira*, demonstrando através da elaboração da bandeira daquele movimento, e posterior pavilhão do Estado de Minas Gerais, a influência do movimento maçônico naquele episódio:

p. 169. Para alguns estudiosos, o triângulo da bandeira da Conjuração Mineira representaria a Santíssima Trindade ou seria uma referência à Maçonaria. Originalmente, a cor do triângulo era verde. Mais tarde, quando se criou a bandeira do estado de Minas Gerais, optou-se pela cor vermelha, que simbolizaria as revoluções e o sangue dos mártires. (BERUTTI, 2010, p. 169).

Nesta obra, nem a independência nem a

questão religiosa retratam a Maçonaria. A única referência em todo o texto é feita quando da descrição do símbolo da conjuração mineira, que daria origem à bandeira do Estado de Minas Gerais. Ainda assim, é colocada uma certa dúvida quanto à origem maçônica da inspiração do desenho da bandeira, que poderia, também, ser de inspiração cristã, ficando no ar a dúvida sobre a efetiva influência da maçonaria nos episódios ali abordados.

Já em Azevedo (2010) encontramos outra referência à influência da maçonaria na história brasileira: A conjuração baiana. Citando maçons de influência política expressiva no período, o autor assinala também, paralelamente, uma das possíveis origens históricas da maçonaria em nosso país:

Em meio a essa tensa situação social e política (A Conjuração Baiana), em novembro de 1796 chegou a Salvador o capitão Antoine René Larcher, que participara da Revolução Francesa de 1789. Durante o tempo em que permaneceu na Bahia, Larcher divulgou intensamente os princípios iluministas, propagando os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Simpatizantes dessas ideias passaram a se reunir com frequência nos arabaldes da capital baiana. Desses encontros participavam inicialmente pessoas ligadas à elite, como o médico Cipriano Barata, o padre Francisco Agostinho Gomes e senhores de engenho da região do Recôncavo. Em 1797, alguns desses membros da elite criaram em Salvador uma sociedade secreta conhecida como *Cavaleiros da Luz*, empenhada em organizar um movimento republicano na Bahia. Para alguns historiadores, esse grupo seria o em-

brião de uma das primeiras lojas maçônicas do Brasil (veja a seção enquanto isso...). (AZEVEDO, 2010, p. 237).

No trecho a seguir, o mesmo autor faz menção a um dos conflitos internos da maçonaria no século XIX mais importantes, no sentido do delineamento da atuação maçônica naquele período. Realmente, através da leitura dos conflitos estabelecidos entre as correntes político-ideológicas dos dois mais expressivos líderes maçônicos de então, José Bonifácio e Gonçalves Lêdo, pode-se elaborar uma compreensão bem mais aprofundada dos eventos e acontecimentos que conformaram o processo de independência do Brasil. Infelizmente, apesar da menção ao fato, o aprofundamento do debate entre estes dois importantes personagens históricos não se fez.

p. 261. Essa questão (A Independência do Brasil) vinha sendo discutida nas lojas maçônicas e passou a ser debatida também nos jornais. O debate deu origem a duas correntes de opinião: a de José Bonifácio, que propunha uma autonomia sem ruptura com Portugal; e a de Gonçalves Lêdo, proprietário do jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*, que defendia o rompimento com Portugal. (AZEVEDO, op. cit. p. 261).

De todo modo, das obras até aqui analisadas, esta é a que mais coerentemente apresenta a Maçonaria em seu texto, fazendo menção, ainda que superficialmente, à participação maçônica em alguns dos eventos revolucionários brasileiros, assinalando as correntes de pensamento díspares que conformavam a atuação maçônica no período e procurando dar uma visão do pensamento maçônico em sua ligação com o Iluminismo. Por fim, há de se destacar a inserção de um *box* ilustrado, na página 240 da mesma obra,

que, ao lado de uma ilustração representando uma iniciação maçônica no século XVIII, reporta um pouco do simbolismo e ritualística próprias daquela instituição.

Outro autor, outra referência. Em Nogueira (2010) encontramos esta única e curiosa associação entre as ordens maçônica e carbonária. Curiosamente, o autor parece utilizar a citação à maçonaria apenas com o intuito de melhor explicar o que seria a carbonária, seu objeto maior de interesse:

A semelhança entre a Maçonaria e a Carbonária incluía o aspecto espiritual e o político, pois ambas combatiam a intolerância religiosa e o Absolutismo. Os carbonários inspiravam-se nos ideais iluministas e na Revolução Francesa; seu lema era "Liberdade, Igualdade, Fraternidade". Embora a Igreja Católica fosse um de seus inimigos, eles tinham um padroeiro, São Teobaldo. Além da Itália, a sociedade secreta dos carbonários também atuou na França, na Espanha e em Portugal. (NOGUEIRA, 2010, p. 287).

Nesta obra, há certa confusão entre a carbonária e a maçonaria por parte do autor. Conflito este explicitado na afirmação de que esta sociedade atuou em vários países, sendo a carbonária uma sociedade revolucionária essencialmente italiana. Outros aspectos que geram confusão: Em outra parte do texto, que ocupa uma página inteira da obra, Garibaldi, o "herói de dois continentes", é citado como carbonário, fato esse que não pode ser questionado, já que há considerável documentação na historiografia italiana que comprova o fato. Entretanto, o que o texto não cita, e seria mais relevante de mencionar em um livro que se dedica a explicar a história do Brasil, é que Giuseppe Garibaldi também era maçom, já que fora iniciado em Loja do Rio Grande

do Sul, quando por aqui esteve. Por fim, um último equívoco por parte do autor não pode deixar de ser mencionado: na ilustração que se apresenta à mesma página 287, o símbolo representado na página, o Compasso, é maçônico, e não carbonário. Esta última baseava sua simbologia não em instrumentos ligados à arquitetura, como os maçons, e sim em instrumentos ligados às florestas e às pedras, como o carvão e algumas espécies da flora das florestas europeias.

Encerrando esta compilação de obras didáticas, deixamos para o final o comentário a respeito da obra de Alexandre Alves (2010), apenas para deixar assinalado que, quanto a este autor, nada foi encontrado nos três volumes que compõem a coleção didática de sua autoria. Não há qualquer referência à Maçonaria em toda a coleção analisada.

Considerações finais: Foucault e a ordem do discurso.

Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo. (FOUCAULT, 1996, p. 44).

Michel Foucault nos alerta para a construção de uma *ordem do discurso*, criada no âmbito da escrita e da construção dos sentidos desta. Analisando as obras didáticas aqui apresentadas, percebemos que uma interdição se manifesta. Ao suprimir da escrita da história a instituição maçônica enquanto *lócus* de atuação de forças políticas em diversos momentos da história nacional, ocorre um apagamento do entendimento político, na acepção original do termo, enquanto assunto da *polis*, através de um sistema de exclusão. Há que se manifestar, nesse sentido, uma *vontade de verdade* que assume a tarefa de resgatar dos porões da História a maçonaria enquanto *sociedade de discurso* (op.cit. p. 40), ela-

boradora de doutrinas transformadoras do social em que historicamente se insere. A Educação é o instrumento pelo qual todo indivíduo pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, rompendo com o que permite e o que impede o acesso ao que a sociedade entende como "o secreto", o *murmúrio das coisas ditas à meia-voz* (op.cit. p. 76).

Tentamos aqui realizar uma reflexão sobre a ciência histórica, visando explicitar seus pressupostos didáticos. Por outro lado, a Didática da História, ao se afastar do processo de pedagogização do ensino e se vincular à Ciência da História, entende o ensino de História como o processo pelo qual se busca ampliar e complexizar o pensar histórico humano. Ela se volta, assim, para os conceitos epistemológicos da História da Educação e para as reflexões sobre a práxis historiográfica, visando ampliar a capacidade dos homens de compreender e explicar, de algum modo, historicamente, a sociedade em que vive.

Enfim, o que se objetivou neste trabalho foi o resgate da participação da instituição maçônica nesta sociedade, com vista a melhor compreender seus acontecimentos históricos. Afinal:

os discursos não podem ser aceitos senão quando providos da função autor (...) De onde ele vem, quem o escreveu, em que data, em que circunstâncias ou a partir de que projeto. O sentido que lhe é dado, o status ou o valor que nele se reconhece depende da maneira com que se responde a essas questões. (FOUCAULT, 2001, p.276).

Encerramos este trabalho não com uma conclusão, mas com uma proposta aos futuros autores didáticos. Consideramos que essa articulação envolve também uma tarefa política situada no campo das relações entre escola e universidade, que poderá ser objeto, inclusive, das discussões a serem travadas no futuro. Citando Ro-

land Barthes, em *O prazer do texto*, propomos aqui uma ideia: *"Ideia de um livro no qual estaria entrançada, tecida, da maneira mais pessoal, a relação de todas as fruições: as da "vida" e as do texto, no qual uma mesma anamnese captaria a leitura e a aventura."* (BARTHES, 1973, p. 176).

Este hipotético livro deveria ter a pretensão, utópica, reconhecemos em princípio, de abarcar os projetos dos diversos grupos, dentre os quais também se insere a maçonaria, que se constituíram na busca pela construção de um novo imaginário social em suas épocas, resgatando uma história "viva" que está, ainda, se escrevendo. Neste percurso, que fique claro, não se propugna pela elaboração de uma história totalizante, mas sim, posicionamo-nos contra o apagamento de uma fatia relevante para o entendimento dos motores da história humana. A busca deste entendimento pode ser caminho profícuo para o intento de compreender o movimento das políticas educacionais e os engendramentos que acusam as permanências e as transformações, que forjam práticas, trajetórias e sujeitos no tempo e espaço historicamente determinados.

Em prol deste entendimento didático melhor elaborado, encerramos com uma reflexão final, ao "estilo maçônico", de Roland Barthes:

Na cena do texto não existe ribalta; não há por detrás do texto ninguém ativo (o escritor) nem diante dele ninguém passivo (o leitor); não há um sujeito e um objeto. O texto prescreve as atitudes gramaticais: é o olho indiferenciado de que fala um autor excessivo, Angelus Silésius: "O olho com que eu vejo Deus é o mesmo olho com que ele me vê. (op. cit., p. 140).

Referências Bibliográficas.

- AGULHON, Maurice, Pénitents et Francs-Maçons de l'Ancienne Provence, Fayard, Paris, 1984.
- ALBUQUERQUE, A. Tenório. *A maçonaria e a grandeza*

- do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Espiritualista, 1959.
- ALVES, Alexandre. *Conexões com a História*. 1ª Ed., SP, Moderna, 2010. 3 Vol.
- AZEVEDO, Gislane Campos. *História em movimento*. 1ª Ed., SP, Ática, 2010.
- BARATA, Alexandre Mansur, *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora, UFJF, 2006.
- BARTHES, Roland. 1973. *O Prazer do Texto*. SP: Perspectiva.
- BERUTTI, Flávio. *Caminhos do Homem*. Curitiba, PR, Base, 2010. 3 Vol.
- CAMPOS, Flávio de. *A escrita da história*. SP, Escala, 2010. 3 Vol.
- CARVALHO, William A. *Maçonaria, tráfico de escravos e o Banco do Brasil*. São Paulo, Madras, 2010.
- CASTELLANI, José. *Manual do Rito Moderno*. São Paulo, Gazeta Maçônica, 1991.
- CASTELLANI, José e CARVALHO, William A. *História do Grande Oriente do Brasil. A maçonaria na história do Brasil*. São Paulo, Madras, 2009.
- COSTA, Frederico G. *Ensaio maçônico. Vol. 1*. Londrina, A Trolha, 2002.
- COTRIM, Gilberto. *História global*. 1ª Ed., SP, Saraiva, 2010. 3 Vol.
- FIGUEIRA, Divalte Garcia. *História em foco*. SP, Ática, 2010. 3 Vol.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. SP, Loyola, 1996.
- _____. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. RJ, Forense, 2001.
- Guia de livros didáticos. PNLD 2012. História*. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.
- HOBBSAWN, Eric. *A era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2012, 25ª ed.
- LEPAGE, Marius. *História e doutrina da franc-maçonaria*. São Paulo, Pensamento, 1993.
- MORAES, José Geraldo Vinci de. *História: Geral e Brasil*. Ensino Médio. 1ª Ed., SP, Saraiva, 2010.
- MOREL, Marco e SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da maçonaria. A história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.
- NOGUEIRA, Fausto Henrique Gomes. *História. Ser protagonista*. 1ª Ed., SP, SM, 2010. 3 Vol.
- PELLEGRINI, Marcos. *Novo olhar. História*. 1ª Ed., SP, FTD, 2010. 3 Vol.
- REVEL, Jacques. *Las construcciones francesas del pasado. La escuela francesa y la historiografía del pasado*. Buenos Aires, Fondo de cultura económica S.A., 2002.
- SANTIAGO, Pedro. *Por dentro da História*. 1ª Ed., SP, Escala, 2010, 3 Vol.
- VAINFAS, Ronaldo. *História*. SP, Saraiva, 2010. 3 Vol.
- VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças*. SP, Brasiliense, 1976.
- VICENTINO, Cláudio. *História geral e do Brasil*. SP, Scipione, 2010. 3 Vol.

O HOMEM QUE QUERIA SER REI: Uma Aventura Maçônica

(THE MAN WHO WOULD BE KING: A Masonic Adventure)

Edgard da Costa Freitas Neto ¹

Resumo

O presente trabalho busca demonstrar a influência da filosofia e do simbolismo maçônico presentes no conto "O homem que queria ser Rei", de Rudyard Kipling, ressaltando as lições maçônicas que se podem extrair daquela obra.

Palavras-chaves: Rudyard Kipling; O homem que queria ser rei; Literatura Inglesa; Filosofia Maçônica.

Abstract

This paper aims to expose the influence of masonic philosophy and symbolism in Rudyard Kipling's short story "The man who would be King", highlighting the masonic lessons that can be learned from that story.

Keywords: Rudyard Kipling; The man who would be king; English Literature; Masonic Philosophy.

¹ Edgard da Costa Freitas Neto é Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz - Ilhéus, BA e Especialista em Direito e Magistratura pelo convênio Escola de Magistrados da Bahia/Universidade Federal da Bahia. Mestre Maçom, é o atual 1º Vigilante da Loja Maçônica "Fraternidade, Auxílio e Verdade" N°. 127 - GLEB. E-mail: edgardcfn@gmail.com

Introdução

A literatura, arte milenar, oferece ao autor múltiplas oportunidades de se fazer entender e ao leitor, múltiplas vias de entendimento. São exemplos dessas obras “A Divina Comédia”, de Dante Alighieri, “O Livro de Jó”, de William Blake, “Paraíso Perdido” de John Milton e a presente obra, o conto “O Homem que queria ser Rei”, de Rudyard Kipling.

Kipling é hoje considerado um dos maiores autores modernos da língua inglesa, ainda que seu legado seja hoje controverso, dada a associação de seu nome ao imperialismo britânico. Nasceu em Bombaim, na então colônia britânica da Índia, em 1865, filho de pai e mãe ingleses. Aos cinco anos, como era costume entre os colonos que possuíam condições para tal, foi enviado para a Inglaterra para viver sob a tutoria de um casal de amigos da família, a fim de receber uma educação propriamente britânica, um período que o marcou negativamente (JAFFA, 2011).

Demonstrando desde jovem talento para as letras, retornou para a Índia em 1882, aos 16 anos, para trabalhar como jornalista, publicando a partir deste período vários contos e poemas, conquistando com o passar dos anos uma sólida reputação, culminando com o Prêmio Nobel de Literatura de 1907.

De espírito cosmopolita, viajou por vários países do mundo, sempre registrando suas impressões sobre as culturas locais.²

Sua carreira maçônica principiou com a sua iniciação na Loja Maçônica “Esperança & Perseverança” nº 782 em Lahore, no atual Paquistão,

no mês de abril de 1885, pelo Ritual de Emulação. Kipling necessitou de uma autorização especial para ser iniciado, posto que contava na ocasião com 19 anos. Após um mês foi passado ao grau de Companheiro Maçom e, em dezembro daquele ano, foi elevado ao grau de Mestre Maçom^{3 4} (JAFFA, 2011).

Sobre este momento, escreveu Kipling:

Ali eu conheci muçulmanos, hindus, sikhs, membros do culto de Araya, Brahmos e um sentinela Judeu, que era sacerdote e açougueiro de sua pequena comunidade. Então um novo mundo se abriu diante de mim.⁵

Apesar de jovem e da rápida carreira pelos graus da maçonaria simbólica, neste período Kipling apresentou dois trabalhos em Loja, um sobre as origens do Grau de Aprendiz Maçom e outro sobre as visões populares acerca da maçonaria, nenhum dos quais chegou aos nossos dias (CARR, 1964).

Kipling foi avançado ao grau de Mestre da Marca⁶ na Loja de Marca “Fidelidade” n. 98 em 14 de abril de 1887, sendo elevado ao grau de Nauta da Arca Real na Loja “Monte Ararat”, ambas na cidade de Lahore, no mesmo dia. Não consta, todavia, que tenha sido maçom do Real Arco.

Em 1887, todavia, diante das necessidade profissionais da sua carreira de jornalista e seu

² Inclusive o Brasil, visitado em 1927 e de onde o autor registrou aspectos do Recife (PE), Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP). Cf. KIPLING, Rudyard. As Crônicas do Brasil. São Paulo: Landmark, 2006.

³ No sistema inglês – bem como no americano – o Companheiro é passado (passed) e o Mestre é elevado (raised).

⁴ Esta data foi apresentada pelo próprio Kipling em sua autobiografia, e repetida pela maior parte dos seus biógrafos. Segundo Carr (1964), entretanto, Kipling se equivocara quanto ao ano, que teria sido 1886, apresentando como prova a transcrição das atas de iniciação, elevação e exaltação de Kipling, esta última lavrada pelo próprio Kipling, Secretário da Loja.

⁵ Carr (1964). Neste artigo Harry Carr nota, entretanto, que a Loja de Kipling não era exatamente uma babel étnico-religiosa, apesar da capacidade de europeus e não europeus possuírem na Loja um espaço para se encontrarem “no nível” ter impressionado a Kipling.

⁶ No sistema inglês, frise-se.

sucesso ascendente como escritor forçaram-no a pedir o afastamento dos trabalhos da Loja, apesar de ter continuado a frequentar trabalhos maçônicos na cidade de Allahabad até 1889, quando se afastou definitivamente das Lojas indianas.

Kipling se destaca entre os maçons famosos pelo fato de a Arte Real ter deixado profundas impressões em seu espírito, e por consequência na sua obra, não sendo apenas uma nota de rodapé na sua biografia.

Referências à Maçonaria – veladas ou expressas – estão presentes em vários dos seus contos e poemas, como em “*Kim*” e um belo poema chamado “À minha Loja-mãe” (CARR, 1964) e em “*Mowgli*” (DILLINGHAM, 2005), além, é claro, de “O homem que queria ser rei”, escrito ainda em 1888, objeto do presente estudo.

A Narrativa de “O homem que queria ser rei”

A história de “O homem que queria ser rei” começa na Índia. Um jornalista, cujo nome não é declinado (provavelmente um alter ego do próprio Kipling) conhece por acaso um outro europeu num trem, e ambos se *reconhecem* como maçons. Seu nome é Peachey Carnegham. É um ex - soldado, veterano de guerra, que vive a vadiar pela Colônia.

Peachey lhe pede um favor, que por conta da fraternidade – e de uma dose de curiosidade – o jornalista assente em cumprir: ele deveria levar um recado cifrado a um terceiro sujeito num entroncamento ferroviário. Eles planejam – Peachey e seu amigo – fingir-se de jornalistas (do mesmo jornal do personagem inominado) para extorquir um Marajá que havia assassinado a viúva de seu pai (os Marajás têm medo da imprensa britânica).

Na data acertada o narrador se dirige ao entroncamento e dá o recado para Daniel Dravot, o amigo de Peachey.

Preocupado, entretanto, com a segurança dos dois, o narrador denuncia suas pretensões às autoridades britânicas, que os deportam antes que cheguem ao Marajá.

O tempo passa e o jornalista não ouve

mais falar dos dois vagabundos do trem. Um dia, entretanto, ambos aparecem de surpresa no seu jornal. Se apresentam propriamente e pedem a ajuda do relutante jornalista. Eles explicam suas pretensões: Tendo decidido que não havia mais espaço para lucrar com a Índia, já tomada pela intervenção estatal da Coroa Britânica, os dois querem seguir rumo ao Kafiristão, um território nunca visitado por europeus (ao menos desde Alexandre, O Grande, 3.000 anos antes) e nem por muçulmanos, sem estado central, com uma população de tribos pagãs em estado permanente de guerra umas com as outras. Lá pretendem oferecer sua *expertise* militar a qualquer dos líderes tribais, montar um exército, ajudá-lo a conquistar o país, para então derrubá-lo em seguida, tornarem-se reis, saquearem o país e voltarem ricos para a Índia.

Para tanto firmam entre si um contrato. Possui três cláusulas, apenas. A primeira, de que ambos serão reis do Kafiristão; A segunda, de que não consumirão álcool ou se deitarão com mulheres até completarem a primeira cláusula; Terceiro, que se portarão com dignidade e discrição, cláusula que, alegavam, conferia *regularidade* ao instrumento.

O jornalista serve de testemunha do contrato, apesar de não levá-los a sério, deixando-os entretidos com mapas e enciclopédias. No dia seguinte, entretanto, ele os encontra no ponto de partida das caravanas, disfarçados de sacerdote e ajudante, entretendo os nativos. Ao encontrá-lo, eles lhe mostram a carga de contrabando: vinte fuzis Martini-Henry, os mais avançados da época, e bastante munição no lombo dos camelos, dissimulados sob quinquilharias.

O jornalista percebe então que eles estão falando sério apesar de todos os riscos. Deseja-lhes sorte, apesar de ter certeza de que morrerão.

Deles tem notícia dez dias depois por meio de uma mensagem escrita. Haviam cruzado, efetivamente, a fronteira entre a Índia e o Afeganistão. O tempo passa, sem notícias deles, até que três anos depois uma figura esfarrapada

e alquebrada aparece no escritório do jornalista suplicando um trago de bebida. Era Peachey, contando que chegara do Kafiristão, onde de fato ele e Daniel foram reis.

Peachey passa a narrar a sua epopeia. Após separarem-se da caravana e seguirem sozinhos em direção ao Kafiristão, Peachey e Daniel enfrentam ladrões e as montanhas até se depararem com duas tribos em guerra. Após tomarem partido da mais fraca – e vencerem a refrega contra a mais forte graças aos fuzis – os dois caem nas suas graças.

O plano se desenvolve como esperado. Qual um dominó as tribos vão caindo, uma a uma, engrossando o exército dos trambiqueiros até que todas as tribos estivessem unificadas sob um comando.

É então que o inusitado acontece. Os dois descobrem que os líderes das tribos conhecem os sinais, toques e palavras dos dois primeiros graus da Maçonaria, e também têm suas marcas gravadas na pedra, apesar de não conhecerem os elementos do Grau de Mestre.

Eles decidem, então, abrir uma Loja. Ordenam a confecção de aventais no padrão e pintam quadrados brancos sobre o piso negro de uma sala, criando um pavimento mosaico.⁷

Mais uma surpresa ocorre quando os heróis se preparam para abrir a Loja. Um dos sacerdotes, um velho que não tirava o olho dos dois, viu a marca distintiva do avental de Venerável Mestre vestido por Daniel e se exaltou, revelando no fundo da pedra que servia de trono de Salomão a mesma marca, convencendo-se e a todos que Peachey e Daniel eram deuses. Os dois são entronados como Reis e Daniel, ainda, como “Grão Mestre da Maçonaria no Kafiristão”.

Eles começam, então, a governar *salomonicamente* o país, utilizando-se dos conhecimentos que possuem da Bíblia, ensinando os nativos a se organizar, a plantar, a estocar os grãos, a

lançarem pontes de corda entre as montanhas, unindo o país.

Nesse ponto o plano dos dois começa a se desfazer. Daniel começa a *gostar* de ser rei do Kafiristão, e resolve se casar, violando o contrato. Peachey é contra, alegando que eles não podem desviar o foco naquele momento. Os dois se estranham.

Os nativos também são contra o casamento, pois não lhes parece próprio de um Deus desposar uma mortal, visto que ela com certeza morreria. Um dos líderes tribais mais fiéis também adverte contra o casamento.

No momento em que Daniel tenta beijar a esposa ela, aterrorizada, o morde, fazendo com que sangre. À vista do sangue os sacerdotes e o público percebem que Daniel e Peachey são, afinal, mortais, e portanto, impostores.

Uma revolta dos nativos toma corpo, e Daniel e Peachey estão cercados e sozinhos, salvo por alguns poucos acólitos, lutando por suas vidas contra uma turba numericamente muito superior.

Percebendo a futilidade da resistência, Daniel se entrega para a turba, que o faz atravessar uma ponte de corda sobre o desfiladeiro, o que o faz com dignidade e altivez, após pedir perdão a Peachey. A ponte é cortada e Daniel mergulha para a morte. Peachey é crucificado, mas tendo sobrevivido, é libertado pelos nativos, conseguindo retornar à Índia após uma longa e exaustiva jornada.

O jornalista permanece incrédulo, até que Peachey lhe exhibe a cabeça coroada de Daniel, última prova de que eles foram um dia reis do Kafiristão.

Peachey está desidratado e sofrendo de insolação, perdendo a sanidade. O jornalista o encaminha para um hospital. Ao visitá-lo, no dia seguinte, descobre que ele não sobrevivera, e que a cabeça coroada do Irmão Dravot desapare-

⁷ A tradução brasileira de Cristina Carvalho Boselli, publicada pela Editora Abril, não consegue, infelizmente, captar e expressar as expressões maçônicas com clareza, fazendo com que o leitor que não conheça de antemão estes detalhes da história passe batido pelas referências explícitas e veladas do texto original.

cera.

O conto se tornou filme na década de 70 do século passado, dirigido por John Huston e estrelado por Sean Connery e Michael Caine, que interpretam Danny e Peachey, respectivamente. O filme traz inovações em relação à narrativa do conto, mas sua condução magistral o eleva à condição de complemento do livro.

Uma Lição Maçônica

"O homem que queria ser rei" narra a história de um fracasso. A chegada da figura estropiada de Peachey ao escritório do jornalista no começo da história já adverte ao leitor que ele *não* foi bem sucedido na sua pretensão de se tornar rei do Kafiristão.

A entronização de Daniel como Rei e Grão-Mestre da Maçonaria se revela um sucesso efêmero: Para ser Rei Daniel tem que se assumir primeiro como um deus, abdicando da sua humanidade. E de nada adianta ser um rei "verdadeiro" sem gozar dos prazeres que se esperavam de tal posto.

De início o papel de deus é relativamente fácil: eles se utilizam do conhecimento que têm da Bíblia e mimetizam o poder divino ao ditar semi-mandamentos e semi-profecias.⁸

Kipling adere na história às correntes, populares desde as Constituições de James Anderson, que atribuíam à Maçonaria origens ancestrais, antediluvianas. No caso do conto Alexandre, o Grande, rei da Macedônia que morreu em 323 a.C. teria sido o introdutor da Maçonaria no Kafiristão.

Neste contexto a Maçonaria aparece como o elemento que liga e une os desconhecidos: o jornalista aos pilantras e depois eles ao povo do

Kafiristão. Eles só conhecem os dois primeiros graus, mas não o terceiro. Aparentemente também conhecem o grau de Mestre da Marca, ou algo parecido com ele, pois Danny nota que eles têm suas marcas gravadas na pedra.⁹

Apesar de não falarem a mesma língua os aventureiros e os nativos se entendem na Loja *ad hoc* montada. A concessão do terceiro grau vira um sinal inequívoco de autoridade, pois todos os chefes de tribo desejam tê-lo. Para não "banalizar" o grau Danny e Peachey conferem-no somente aos líderes mais fieis – entre eles um, apelidado *Billy Fish*, que dá uma prova final de fidelidade quando a farsa cai.

Mas a incapacidade de Danny de *frear suas paixões e controlar seus instintos* põe tudo a perder. Sendo um deus ele não poderia desposar uma mortal. Na interpretação de Peachey tal comportaria, ainda, uma violação do contrato firmado entre eles, ao que Danny dá a entender já estar superado.

Disse Danny:

"Eu não vou fazer uma nação" ele dizia "vou construir um Império! Estes homens não são negros, são ingleses! Veja os seus olhos, veja as bocas. Veja o seu jeito de ficar em pé. Sentam em cadeiras dentro das próprias casas. São as Tribos Perdidas, ou qualquer coisa parecida, e nasceram para ser ingleses(...) Vamos ser imperadores, Imperadores da Terra! O Rajá Brooke vai parecer criança perto de nós. Vou falar com o Vice-Rei de igual para igual. (...) vou escrever pedindo uma Dispensa para a

⁸ Por exemplo: ao determinar que uma tribo se mudasse de Vale Danny lhes disse: "ide arar a terra, e ela dará frutos e os multiplicará" (KIPLING, 2010, p. 32). Em outro momento, mandando cessar o ciclo de violência mimética que punham as tribos em permanente estado de guerra umas contra as outras, vaticinou: "ninguém nunca mais vai levar tiro nem lança se agir com correção" (KIPLING, 2010, p. 39). Esses comandos são bastante similares aos dados por Deus a Noé, na saída da Arca, vide Gen 9: 6-7.

⁹ Tanto no sistema inglês como no sistema americano (Rito de York) o grau de Mestre da Marca é conferido somente a quem tenha o terceiro grau. Entretanto, a história narrada no grau se passa antes da narrativa da lenda do terceiro grau.

Grande Loja pelo que fiz como Grão Mestre (...) Quando tudo estiver no ponto eu entrego a coroa, esta coroa que estou usando agora, de joelhos para a Rainha Vitória e ela vai dizer: levantai-vos Sir Daniel Dravot! Ah, é máximo! É o máximo, estou lhe dizendo! (KIPLING, 2010, p. 40-41)

Só que o inverno se aproxima e Daniel deseja uma esposa. Peachey o adverte: eles estariam violando o contrato. Há muito o que se fazer e não é próprio de um Rei desperdiçar energia com as mulheres. Danny lhe responde:

Quem está falando de mulheres? Eu falei esposa: uma Rainha que dê um Filho ao Rei. Uma Rainha saída da tribo mais forte, que fará de você irmão de sangue deles e que ficará do seu lado dizendo o que o povo acha de você e dos problemas lá deles. É isso o que eu quero. (Idem, p. 43)

Mas o Conselho não gosta da ideia. Danny fica furioso, nas palavras de Peachey:

O Dravot xingou eles todos: 'Que há de errado comigo? Sou um cachorro ou não sou homem o bastante para estas fulanas? Não botei minha mão sobre este país? Quem deteve o último ataque afegão? 'Na verdade fui eu, mas o Dravot estava bravo demais para se lembrar. 'Quem trouxe as armas para vocês? Quem consertou as pontes? Quem é o

Grão Mestre do sinal gravado na pedra?', falou, e bateu a mão no bloco que usava para sentar na Loja e no conselho, já que sempre iniciava os trabalhos feito uma Loja.

Danny não compreende a razão da rejeição e Peachey pergunta a Billy Fish, que o responde francamente e o alerta para a natureza do problema:

Como um homem pode dizer isso a você, que sabe de tudo? Como as filhas de homens podem se casar com Deuses ou Demônios? Não combina.'

'Um deus pode fazer qualquer coisa', falei. 'Se o rei gostar de uma garota, ele não vai deixar ela morrer.'. 'Ela tem que morrer', disse o Billy Fish. 'Nessas montanhas tem todo tipo de deuses e demônios, e de vez em quando uma moça se casa com um e desaparece para sempre. Além do mais, vocês dois conhecem a Marca gravada na pedra. Só os Deuses sabem disso. Acharmos que eram homens até que mostraram a Marca do Mestre.

A estrutura da realidade oferece um limite para a ação. A onipotência, propriedade divina, não é o poder de fazer qualquer coisa, mas o de fazer qualquer coisa que seja possível de fazer.¹⁰

A filosofia maçônica utiliza a alegoria do desbaste da pedra bruta para explicar aos aprendizes o processo de aperfeiçoamento do homem. Através do trabalho a pedra bruta vai sendo burlada e desbastada, até se tornar uma pedra polida pronta para ser utilizada na construção do

¹⁰ Este é o fundamento da resolução do famoso "Paradoxo da Pedra Inamovível", muito invocado por ateus para desacreditar os atributos divinos. Deus não pode criar uma pedra inamovível por que uma pedra inamovível é logicamente impossível, assim como é logicamente impossível criar-se um círculo quadrado e, na visão dos kafirs, um Deus desposar uma mortal.

Templo Universal.

Há correntes na Maçonaria que passam da ideia de perfectibilização do homem para a ideia da perfectibilidade da natureza humana. A perfectibilização é uma possibilidade que se traduz precisamente no reconhecimento das imperfeições naturais do gênero humano e sua atenuação pela civilização. A perfectibilidade, por outro lado, é intangível, pois implicaria na divinização do homem. O homem deve se mirar na perfeição buscando emulá-la, mas ter em conta de que não conseguirá atingi-la, dando-se por satisfeito em ficar o mais perto possível dela.

Dravot, embriagado pelo delírio de onipotência trazido pelo cargo esqueceu-se de respeitar a estrutura da realidade. Sua jovem noiva, horrorizada com a ideia de ser fulminada pelo Deus, acabou arranhando-o. À vista do sangue todos perceberam que eles não eram, afinal, deuses.

A população se revolta. Os soldados fieis da Danny e Peachey são quase todos mortos, até que sobram apenas Billy Fish e mais uns poucos. Nesta hora Dravot dá-se conta do seu erro e se redime com Billy Fish e com Peachey:

‘Foi minha maldita loucura que trouxe você até aqui. Volte, Billy Fish, e leve seus homens. Você já fez o que pôde, agora chega. Carneham, aperte a minha mão e vá embora com o Billy. Talvez não matem vocês. Vou encontrá-los sozinho. Fui eu quem fez isso. Eu, o Rei!’

‘Vai’, falei, ‘vai para o inferno, Dan! Eu estou aqui com você. Billy Fish, você some, e nós dois vamos enfrentar esse povo’.

‘Eu sou um Chefe’, disse Billy Fish calmo. ‘Fico com vocês. Meus homens podem ir.’

Este é o momento da elevação de Danny à nobreza verdadeira, a de caráter. Ele encara a morte de frente, não sem antes pedir perdão ao amigo e irmão, e ser por ele perdoado, antes de ser jogado despenhadeiro abaixo.

Billy Fish é degolado. Peachey é crucificado, mas sobrevive. Já delirando e falando de si na terceira pessoa, Peachey diz:

Foram cruéis ao ponto de lhe darem comida no templo, porque disseram que ele era mais Deus que o velho Daniel, que era homem. Viraram ele para o lado da neve e lhe disseram que fosse para casa, e o Peachey levou bem um ano para chegar em casa, mendigando nas estradas, mas em segurança, porque o Daniel Dravot, ele andava na frente e dizia ‘Vamos embora, Peachey. Temos muito o que fazer’. As montanhas dançavam de noite e queriam cair na cabeça do Peachey, mas o Dan levantou a mão e o Peachey passou por baixo. Ele sempre guardou a mão e a cabeça do Peachey. Eles lhe deram de presente no templo para ele se lembrar e nunca mais voltar, e apesar de a coroa ser de ouro puro, e do peachey estar morrendo de fome, nunca a vendeu. O senhor conheceu o Dravot! O senhor conheceu o Valoroso¹¹ Irmão Dravot! Olhe para ele agora!

¹¹ No original, “*Right Worshipful*”, o que pode ser traduzido como “Mui Venerável”, título comumente usado pelo Grão-Mestre Adjunto e algumas altas autoridades de uma Grande Loja. O título expressa que são uma autoridade maior que um Venerável Mestre da Loja, chamado apenas de “*Worshipful*”. Já o Grão-Mestre é comumente chamado de “*Most Worshipful*”, o que o coloca no topo da cadeia hierárquica, e que poderia ser traduzido como “Muitíssimo Venerável” ou “O Mais Venerável” ou ainda “Mui Venerabilíssimo”. A tradução não atentou a esse detalhe estritamente maçônico.

Peachey exhibe a cabeça "seca, esbranquiçada" de Dravot, coroada, como prova da fantástica narrativa. Após, o narrador o coloca numa charrete e o leva para atendimento médico, onde Peachey, ex rei do Kafiristão, morre.

A morte a "ressurreição", tal como apresentadas na história, oferecem um paralelismo bastante claro tanto à narrativa cristã como à narrativa da lenda do terceiro grau.

Conclusão

É interessante a conclusão dos nativos sobre Peachey, a de que ele seria "mais Deus do que o velho Daniel". A jornada de Peachey e Daniel é efetivamente uma jornada heroica, ainda que tenha redundado no mais absoluto fracasso.

A diferença que se pode observar entre Daniel e Peachey é a de que Peachey logrou vencer suas paixões e subjugar suas vontades, ao passo que Daniel deixou-se seduzir pelo poder ilusório que detinha (já que ele sabia – ou devia saber – que não era, concretamente, um deus), e por esta razão acabou abdicando da autoridade moral que tinha, causando a própria ruína.

O contrato firmado entre Peachey e Danny é uma exemplificação, bastante sucinta e resumida, das *old charges* maçônicas. Serve de guia para os dois, e enquanto eles nele se mantiveram, o plano deu certo.

A jornada dos dois, desta forma, bem pode corresponder à jornada iniciática maçônica, tendo os heróis vencido as dificuldades interpostas, experimentando o gosto da glória e da honra e, ao final, por conta da ignorância dos próprios limites, contemplado a morte e a "ressurreição", ensinando-nos a lição de que ninguém pode ser mestre antes de ser mestre de si.

Referências

CARR, Harry. Kipling and the Craft. *Ars Quatuor Coronati*, v. 77. Londres, 1964.

DILLINGHAM, William. *Rudyard Kipling: Hell and heroism*. Londres: Palgrave Macmillan, 2005.

Fussel Jr, Paul. Irony, Freemasonry, and Humane Ethics in Kipling's "The Man Who Would be King". *ELH*, Vol. 25, No. 3. 1958.

JAFFA, Richard. *Man and Mason – Rudyard Kipling*. Londres: AuthorHouseUK, 2011.

KIPLING, Rudyard. *O homem que queria ser rei e outras histórias*. São Paulo: Abril, 2010.

AS LOJAS UNIVERSITÁRIAS E A MODERNIZAÇÃO DA MAÇONARIA:

Um Estudo no GOB na Primeira Década do Século XXI

(UNIVERSITY BLUE LODGES AND MODERNIZATION OF FREEMASONRY:

A Study of GOB in the First Decade of the XXI Century)

Lucas Francisco Galdeano ¹

Resumo

A criação e desenvolvimento de Lojas Universitárias é algo ainda pouco estudado na literatura maçônica. Por este aspecto ainda existem muitas dúvidas sobre o funcionamento e a finalidade desse tipo de Loja. O presente artigo tem por objetivo classificar e analisar o panorama das Lojas Universitárias no Brasil e a sua contribuição para a modernização da Maçonaria na primeira década do Século XXI. O estudo foi amparado por uma pesquisa de cunho histórico e bibliográfico, além da experiência recente do autor na qualidade de fundador da Loja Maçônica "Universitária-Verdade e Evolução" nº. 3492 em Brasília – DF.

Palavras-chaves: Maçonaria; Lojas Universitárias; Lojas Acadêmicas.

Abstract

The creation and development of University Blue Lodges has still been little studied in the masonic literature. Thus, there are still many doubts regarding the working and purpose of this specific kind of Blue Lodge. This article aims to classify and analyze the panorama of the University Blue Lodges in Brazil and their contributions towards the modernization of Freemasonry during the first decade of 21th Century. The study is supported by a historical and bibliographic research, besides of the author's own recent experience as a founder himself of the Masonic Lodge "Universitária - Verdade e Evolução" nº.3492 in Brasília – DF - Brazil.

Keywords: Freemasonry; University Lodge; Academic Lodge.

¹ Lucas Francisco Galdeano tem Pós-graduação *Lato Sensu* em História da Maçonaria pela Universidade Cruzeiro do Sul / UDF e Grão-Mestre Adjunto do Grande Oriente do Distrito Federal - GODF/GOB (2007-2011/2011-2015). Foi Grande Secretário Adjunto de Educação e Cultura do Grande Oriente do Brasil (1993-2001). E-mail: lgaldeano@gmail.com

Introdução

As Lojas Maçônicas Universitárias e Acadêmicas fazem parte de um intenso programa de modernização da Ordem e de rejuvenescimento de seus quadros e funcionam em todo o Brasil, independentemente de Obediência Maçônica.

Identificado como uma antiga aspiração de maçons brasileiros, esse movimento foi iniciado na segunda metade da década de 90, ganhou força e vigor a partir do ano de 2000 e, num emaranhado de crenças e preconceitos, as Lojas Universitárias conquistaram legitimidade no meio maçônico brasileiro.

O objetivo deste trabalho é analisar em perspectiva histórica a evolução das Lojas Universitárias e Acadêmicas no Brasil, verificando as suas principais características e o cumprimento do seu papel como promotora da modernização da Maçonaria no Brasil. As Lojas Acadêmicas e as Lojas Universitárias propriamente ditas são muito semelhantes umas das outras. Verificamos que a única diferença está no título distintivo que adotam, não existindo diferença consistente entre Maçonaria Acadêmica e Maçonaria Universitária.

O trabalho justifica-se pelo fato de haver uma grande lacuna no debate acerca do papel das Lojas Universitárias na Maçonaria moderna. Ademais, após a etapa de levantamento bibliográfico, verificamos uma grande escassez de literatura, razão pela qual entendemos ser importante o desenvolvimento deste trabalho.

Para construção deste trabalho a pesquisa teve como premissa o método hipotético-dutivo, com dados coletados por observação participativa. Isso foi possível a partir da experiência maçônica do autor, na qual conta em seu currículo o fato de ter sido um dos fundadores da Loja Maçônica "Universitária - Verdade e Evolução" nº. 3.492 do Grande Oriente do Brasil - GOB, situada na cidade de Brasília - DF, da qual foi o primeiro Venerável Mestre eleito, exercendo o cargo por dois mandatos consecutivos: 2003/2005 – 2005/2007.

Da observação do autor construiu-se um arcabouço conceitual de referência a fim de

abordar a questão central deste trabalho: "Qual o papel da Loja Maçônica Universitária na Modernização da Maçonaria no Brasil?". Assim, utilizamos um conjunto de artigos e livros sobre a história da Maçonaria no contexto das Lojas específicas que compõem a Maçonaria Universitária. Também foi elaborado um conjunto de indicadores estatísticos amparados nas informações coletadas pela Secretaria Geral da Guarda dos Selos do Grande Oriente do Brasil (GOB) e do Grande Oriente do Distrito Federal (GODF).

O presente trabalho possui sete capítulos. No primeiro capítulo – a presente introdução – são apresentados os objetivos, justificativa, metodologia e divisão dos capítulos. No segundo capítulo são apresentadas características das Lojas Maçônicas Acadêmicas; no capítulo de número três apresentamos uma evolução histórica das Lojas Universitárias na Europa e nos Estados Unidos, onde se encontra de forma mais representativa; no quarto capítulo apresentamos a situação histórica das Lojas Universitárias no Brasil. No capítulo de número cinco analisamos a constituição das Lojas Universitárias no Distrito Federal e apresentamos as perspectivas futuras a partir do estabelecimento de marcos legais para a constituição de Lojas Acadêmicas. No capítulo de número seis, são apresentadas as conclusões. E o capítulo final expõe as referências bibliográficas.

A Loja Maçônica Universitária: Semelhanças e Diferenças perante as Lojas Tradicionais

A priori, devemos estabelecer um rigor conceitual acerca do conceito de Maçonaria Universitária. Na verdade, não existe uma Maçonaria "diferente" da tradicionalmente conhecida. O que existe são Lojas Maçônicas chamadas de Acadêmicas e Universitárias.

No contexto nacional, as leis que as regem são as mesmas que regem qualquer outra Loja Maçônica, o que não poderia ser diferente. Ressaltando que o propósito era agregar numa mesma Loja, Irmãos com características comuns.

Não obstante, devemos também ressaltar que o movimento de criação de Lojas Universitárias encontrava também conexão com a conjuntura nacional da segunda metade dos anos noventa. Neste período, podemos identificar um crescimento do ensino superior no país. Na verdade, a expansão das Instituições de Ensino Superior -IES foi um dos primeiros sintomas do processo de crescimento da economia advindos do Plano Real, a partir de 1994. Segundo dados do MEC/INEP, o número de IES cresceu em 82% no período 1997/2002, sendo que grande parte da oferta se apresentou através de IES privadas. (INEP, 2008)

No mesmo período, a reboque do aumento do número de IES, observamos o aumento do número de matrículas na educação superior. Os dados do MEC/INEP comprovam que o acesso ao ensino superior aumentou em 54% nas IES públicas e 135% nas IES privadas. Estes números por si só já atestam o crescimento de um grande contingente de jovens universitários e potenciais candidatos a frequentarem as Lojas Universitárias.

Assim, estaríamos reforçando a que, talvez, seja a única diferença entre as Lojas Acadêmicas e Universitárias e as Lojas tradicionais. Essas agremiações privilegiam a iniciação de universitários, de professores e demais candidatos ligados à área acadêmica. Sobre o processo de seleção de maçons, destacamos o que aponta o sitio eletrônico da Loja Maçônica "Fraternidade Acadêmica Ciência e Artes" N° 3685, que estabelece:

O objetivo dessas Lojas [Universitárias e Acadêmicas] é o de iniciar em seus quadros jovens universitários que possam, com sua força e vigor, além de aprender os postulados da Maçonaria, pô-los em prática com maior empenho e

o mais cedo possível, unindo disposição, determinação e atributos dos jovens. **Quando se aprende mais cedo, coloca-se em prática mais cedo esse aprendizado** ²(grifo nosso).

O sitio eletrônico da Loja ainda complementa que:

Não dispensamos com isso a iniciação de homens mais maduros, mas sabemos conscientemente, que é mais difícil tornar a teoria uma prática com o passar do tempo. Quanto aos mais jovens e elucidados, intelectualmente falando, **fica muito mais fácil este processo de assimilar determinada filosofia e por em prática esses ensinamentos** ³(grifo nosso).

Fica evidente para a referida Loja que o maçom universitário trará benefícios à mesma e à doutrina maçônica, reunindo condições de buscar um conhecimento metodologicamente mais aprofundado e com a vertente científica necessária para a consolidação do ensino maçônico.

Ademais, as Lojas Acadêmicas / Universitárias buscam a adequação das atividades em Loja com a vida acadêmica do iniciado. Dessa forma, buscam reunir-se em condições de hora, local e frequência que possibilitem a conciliação das atividades da Ordem Maçônicas com as de estudante ou professor.

Também por esse motivo, não raro ocorre a iniciação de jovens a partir dos 18 anos, idade onde normalmente se iniciam os estudos universitários. Nas demais Lojas, a iniciação normalmente ocorre apenas após os 21 anos, em razão

² C.f. <http://www.facienciaeartes.com.br/universitaria.htm> ; acesso em 12/02/2012.

³ Op cit.

da possibilidade de ingresso nas instituições paramaçônicas (Ação Paramaçônica Juvenil - APJ e Ordem DeMolay), que são mais apropriadas para um candidato nessa idade.

Segundo Maia (2004) os principais argumentos para a difusão das Lojas Universitárias são:

- a) a necessidade de se reduzir a faixa etária média dos maçons;
- b) a implantação e a instituição da Ação Paramaçônica Juvenil e da Ordem DeMolay criaram ambientes favoráveis à Maçonaria por parte dos jovens, com um excedente de candidatos oriundos dessas entidades, que atendem os moços até os 21 anos;
- c) de outra parte, também, o fenômeno da informatização, na última década, que aguçou a curiosidade principalmente dos jovens sobre a Maçonaria, especialmente dos acadêmicos.
- d) a abertura gradual que vem sendo feita pela Maçonaria, principalmente pela Maçonaria Inglesa, considerada como aquela que deu origem a todas as Obediências regulares de todo o mundo e que abre seus Templos à sociedade com eventos culturais e a divulgação de campanhas de toda sorte.⁴

Somando-se a estes argumentos e analisando a minha a experiência como Venerável Mestre da Loja Maçônica "Universitária - Verdade e Evolução" nº 3.492, na cidade de Brasília, pude observar que os jovens maçons apresentam-se comprometidos e motivados, ao passo que o maçom da Loja poderá participar da administração da Oficina e assumir cargos, inclusive o de Venerável, com uma idade inferior a 30 anos, o que prepara o maçom para maiores desafios.

O Tempo de Estudos – uma das atividades comuns a uma Sessão Maçônica – é sempre pautado por temas maçônicos que são cotidianos à vida universitária, motivando o maçom a estudar e se preparar cada vez mais para sua trajetória dentro da Maçonaria. A idade que para alguns maçons é vista como empecilho para crescimento do maçom é atualmente vista por mim, nestes mais de oito anos em Loja Universitária, como um ponto importante e motivador para a busca dos conhecimentos e, sobretudo, para o preenchimento de várias lacunas sobre aspectos simbólicos, filosóficos e históricos que envolvem a Maçonaria.

Sendo uma Loja Maçônica igual à outra qualquer, os Irmãos podem ser convidados para a fundação de uma Loja desse tipo, mesmo se ligados à área acadêmica ou não. Da mesma forma, os candidatos não terão que ser única e exclusivamente oriundos de Instituições de Ensino Superior para compor os seus quadros.

As Lojas Universitárias: Origens e Evolução no Contexto Maçônico

Ao contrário do que imagina o senso comum, as Lojas Universitárias não são novas e nem uma invenção do Grande Oriente do Brasil - GOB. Elas há muito existem em outros países como Inglaterra, Escócia, Irlanda, Estados Unidos, Canadá e Austrália.

A primeira Loja Universitária devidamente constituída foi a "*University Lodge*" nº. 74, da Grande Loja de Londres, fundada no dia 14 de dezembro de 1730 por iniciativa dos maçons da Loja "Urso do Arado" nº. 63, que se reunia na taberna de mesmo nome. Dessa Loja Universitária participou, além de estudantes da Universidade de Oxford e Cambridge, um dos baluartes da Moderna Maçonaria, o Sr. Jean Théophile Désaguliers, considerado o Pai da Maçonaria Especu-

⁴ C.f. <http://www.samauma.biz/site/portal/conteudo/opiniaolu004lojasuniversitarias.htm> acesso em 29/02/2012.

lativa Moderna. (CARVALHO, 2004; HODGKINS, NADEAU, 2010)

A *Westminster and Keystone Lodge* nº. 10 é considerada a segunda do gênero. A Loja foi fundada em 1722 e se tornou Universitária em 1855. A partir de 1873, assim como a *University Lodge* nº. 74, ela também passou a reunir os estudantes de Cambridge e Oxford. (idem)

A Associação da Maçonaria Universitária com duas das mais renomadas universidades Britânicas, quiçá mundiais, também fez com que ingressassem em seus quadros maçons ilustres. Neste período, ingressou nas colunas do templo Oscar Wilde, um dos maiores escritores do século XIX. Wilde ingressou na Loja Universitária Apollo a 23 de fevereiro de 1875 e sendo ele menor de idade. Neste caso iniciaram-no com licença especial. (ibidem)

Com o crescimento das Lojas Universitárias na Inglaterra foram criadas Lojas específicas para a Universidade de Oxford, Loja Apollo, e Cambridge, Loja Isaac Newton, que também apresentavam licença, automaticamente renovada a cada ano, para iniciar candidatos abaixo de 21 anos, aproveitando o ingresso dos candidatos na Universidade.

Segundo Carvalho (2004:8): "A Loja Universitária Apollo era então, como é ainda hoje, uma loja prestigiosa na Maçonaria inglesa. A Loja original Alfred na Universidade de Oxford #455, fundada em 1769, abateu colunas em 1783. Acordou em maio de 1818 e em dezembro constituiu-se como Loja Apollo #711. Um ano depois a palavra Universitária agregou-se ao seu título. A

Loja Universitária Apollo, agora com o número 357, continuou a praticar seu ritual numa maneira tradicional e dentro de seu estilo histórico".

Carvalho (2004) complementa que: "Os ocupantes de cargos usam calças mais curtas à altura do joelho, fraques, gravata-borboleta branca, meias de seda e sapatos rasos e leves, como o fazem há mais de dois séculos". (Idem)

Um traje, como se verá, que deve ter causado uma forte impressão em Wilde pelo seu senso estético e refinamento. Tanto assim que usava o traje em solenidades públicas e não maçônicas. Em 9 de janeiro de 1882, uma semana depois de sua chegada aos EUA para sua série de palestras e conferências, Wilde, já no palco, pela primeira vez, no famoso *Chickering Hall* na 5ª Avenida com a Rua 18, usava o seu traje maçônico da Loja Apollo.

Todos, absolutamente todos, aguardavam ansiosos o discurso inteligente do dândi inglês, já que a capacidade do teatro de 1247 lugares, completamente lotado, rivalizava com os lugares em pé, inteiramente apinhados. O coronel W. F. Morse, o empresário do *tour* de conferências, introduziu Wilde que caminhou lentamente em direção ao pódio usando o traje conspícuo de sua Loja Universitária: calças pelo joelho, meias de seda e sapatos baixos e rasos com fivelas brilhantes.

Figura 1: Oscar Wilde com a vestimenta da Loja Apollo



Photograph of Oscar Wilde taken in America when he appeared on stage dressed in the attire of the Apollo Lodge. The officers of the Lodge still dress the same way to day.

Fonte: Beresiner, 2007

A audiência, atônita, não sabia como reagir. "Alguns dos presentes pensavam que esse traje era uma vestimenta da corte inglesa e ninguém sabia que a última vez que Wilde usara es-

se traje fora na reunião da Loja Apollo, em Oxford." (ibidem, p.9).

Nos Estados Unidos, as Lojas Universitárias mais famosas são as Lojas "Harvard", vinculada a Universidade homônima, e a Loja da Universidade de Boston. Segundo dados do sítio eletrônico da Loja da Universidade de Harvard, esta foi criada em 18 de março de 1922 e considerada a primeira Loja Maçônica Universitária dos Estados Unidos e teve como um dos seus fundadores o ex-presidente norte americano Theodore Roosevelt.⁵ A Loja surgiu de uma associação de maçons que eram então alunos de Harvard, e decidiram então fazer uma Loja com o propósito específico universitário. Algumas outras Lojas ligadas a universidades funcionam no próprio campus e outras são independentes. Existem aquelas que só admitem alunos ou ex-alunos de uma determinada universidade e outras que são abertas, admitindo estudantes e não estudantes, muitas vezes professores. Uma Loja como a *Harvard University* tem aproximadamente 200 membros.

Outra característica é que algumas dessas Oficinas têm apenas seis sessões ordinárias ao longo do ano, exatamente para não comprometer as atividades dos alunos nos seus estudos. No entanto, as Lojas buscam aliar qualidade em detrimento da quantidade, ou seja, há uma profunda discussão a fim de elevar o nível do debate filosófico do maçom participante de Loja Universitária. Segundo ARLS Fraternidade Acadêmica Ciências e Artes⁶:

Para retirar o máximo possível desses candidatos, logo que iniciados, é necessário experimentá-los com muita informação a fim de que saciem sua curiosidade natural, e ao mesmo tempo saibam desde logo quais são os ideais maçônicos, sem poupá-los da verdadeira função da Ordem e

⁵ C.f. dados constantes em: <http://www.harvardlodge.org/index.htm> acesso em 04/10/2012.

⁶ C.f. site A.R.L.S. Fraternidade Acadêmica Ciência e Artes N°. 3685. www.facienciaeartes.com.br/universitaria.htm. Acesso em 15/03/2012.

da realidade de nossos quadros. Não adianta querer passar a ideia de que somos uma associação de moços bondosos ou caridosos. Somos uma escola, com bons e maus alunos, que busca, em seus símbolos, nos ensinar a melhorar, a evoluir, a construir um caráter exemplar. Para atingir esses resultados práticos, é necessário dar-lhes boa quantidade de trabalho, tanto intelectual quanto prático, fazendo-os experimentar desde cedo a responsabilidade com o compromisso. Comprometimento é a palavra que simboliza o combustível que necessitamos para nos motivar sempre. Tolerância e persistência complementam as virtudes necessárias ao sucesso de todo maçom nessa senda de estudos e práticas que elevam a sociedade, desde que sejamos bons exemplos para ela.

Por isso, algumas Lojas brasileiras preferem iniciar os estudantes já nos primeiros anos do curso e com pouca idade para que sejam Mestres Maçons quando se formarem.

As Lojas Universitárias no Brasil

Conforme apresentamos na seção anterior, a Maçonaria Universitária já possui uma posição consolidada no velho continente e nos EUA. No Brasil, embora a Maçonaria estivesse constituída já no século XVIII, o marco inicial da fundação da primeira Loja Universitária ocorreu somente em meados da década de setenta do século XX.

O grande mentor e maior incentivador da “Maçonaria Universitária” em solo brasileiro foi, sem sombra de dúvida, o então, Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil - São Paulo, Irmão Rubens Barbosa de Mattos, que definiu como sendo as Oficinas Universitárias a “Redenção da Maçonaria Nacional”. (GALDEANO, 2007a)

Em 20 de agosto de 1975 foi fundada a primeira Loja Universitária no Brasil sob o título de Loja Universitária nº. 1928, em Bragança Paulista - SP, federada ao Grande Oriente do Brasil. A criação da primeira Loja não impulsionou um aumento de Lojas Universitárias, embora São Paulo tenha tido desde o início do século XX um grande destaque nacional no tocante à quantidade e à qualidade de seus Institutos de Ensino Superior.

No espaço de aproximadamente vinte anos a Maçonaria Universitária se resumiu a duas Lojas. A segunda Loja foi a Fraternidade Acadêmica Piratininga nº. 2862, na cidade de São Paulo, fundada a 20 de abril de 1995, também federada ao GOB. A Fraternidade Acadêmica Piratininga⁷ é patrocinada pela histórica Loja Piratininga “A Fidelíssima” nº. 0140, fundada a 28 de agosto de 1850. (idem)

A partir de então o Grande Oriente do Brasil inicia uma campanha em prol da fundação de Lojas Acadêmicas. Em 2005 a iniciativa obteve como principais frutos a existência de 55 Lojas ligadas à área acadêmica, sendo 37 Lojas denominadas Fraternidades Acadêmicas e 18 Lojas Universitárias.⁸

Percebemos então um cenário completamente diferenciado no tocante à Maçonaria Universitária. Se no espaço de 20 anos (1975-1995) foram criadas duas Lojas; nos 10 anos seguintes (1995-2005) foram fundadas 55 Lojas. Fica claro o esforço do Ir. Barbosa de Mattos e do GOB em prol desse tipo de Oficina.

⁷ Idealizada pelo então Grande Secretário Adjunto de Relações Exteriores do GOB, o Eminentíssimo Irmão Rubens Barbosa de Mattos (*1937 +2003), Grão-Mestre Honorário do Grande Oriente de São Paulo, que exerceu o cargo de Grão-Mestre Estadual no período de 21/06/1991 a 20/06/1995. Esta Loja é considerada, no meio maçônico brasileiro, a primeira Loja genuinamente Universitária.

⁸ C.f. Guarda dos Selos do Grande Oriente do Brasil (2009).

Como complemento dos dados da década, no período 2005-2010, segundo os dados da Grande-Secretaria Geral da Guarda dos Selos do Grande Oriente do Brasil - GOB, foram fundadas mais 19 Lojas, perfazendo um total de 76 lojas do tipo Universitárias e Acadêmicas no período de 1975 a 2010.

Ainda segundo a mesma fonte - Grande-Secretaria Geral da Guarda dos Selos do GOB - no ano de 2007 existiam 76 Lojas Maçônicas Acadêmicas e Universitárias federadas ao Poder Central, assim distribuídas: uma no Acre; uma no Maranhão; duas no Distrito Federal; duas em Goiás; duas em Pernambuco; duas no Rio de Janeiro; duas em Rondônia; duas no Rio Grande do Norte; uma em Tocantins; uma no Mato Grosso do Sul; três no Espírito Santo; três no Paraná; cinco em Santa Catarina, dezenove em Minas Gerais; e trinta no estado de São Paulo.

Das Lojas do tipo Fraternidades Acadêmicas, vinte e duas trabalhavam no Rito Escocês Antigo e Aceito, seis no Rito Francês ou Moderno, quatro no Rito Adonhiramita, quatro no Brasileiro e uma no Ritual de Emulação. Já nas lojas do tipo Universitárias: oito trabalhavam no Rito Francês ou Moderno, sete no Rito Adonhiramita, dezoito no Rito Escocês Antigo e Aceito e seis no Rito Brasileiro. Mais uma vez, convém ressaltar que não existe um rito melhor que o outro e percebe-se que o Rito Escocês Antigo e Aceito é um dos ritos mais utilizados em Lojas Universitárias. Essa correlação deve-se por este ser o mais difundido no Brasil e algumas Lojas funcionarem em Templos Maçônicos que também funcionam com este Rito. (GALDEANO, 2007a)

Sabemos que a Pluralidade de Ritos é uma das maiores riquezas do Grande Oriente do Brasil, como já dizia Álvaro Palmeira⁹:

De fato, é um laurel da Maçonaria Brasileira a Pluralidade de Ritos, porque o exercício de Ritos Regulares faz com que a nossa Obediência abri-

gue, generosamente, as várias correntes Filosóficas e Doutrinárias do Mundo Maçônico, desde o Agnosticismo até o Teísmo. Seria um atentado à História e à Justiça se, em obediência a imposições ilegítimas e alienígenas, criássemos agora obstáculos aos Ritos.

Entretanto concordamos com o Irmão Varella quando ele se refere ao Rito mais apropriado para uma Loja composta por jovens Maçons:

A vantagem do Rito Moderno para Lojas Universitárias está nas características do Rito que são mais adequadas aos jovens: simplicidade, liberdade de expressão, ausência de conteúdo religioso, racionalidade, preservação das ideias iluministas e incentivos à participação na melhoria da sociedade. Trata-se de um Rito que privilegia a razão em detrimento de concepções místicas, de difícil aceitação pela comunidade acadêmica, altamente influenciada pelas ciências.

Ademais, é no Rito Francês ou Moderno que oficialmente trabalham, ou deveriam funcionar, os Grandes Corpos do Grande Oriente do Brasil, se for respeitar a legislação, a história e a tradição. O GOB, desde 1822, ano de sua fundação, se estruturou no Rito Moderno (CASTELLANI, 1993) e, por dever de justiça, pensamos que deveria ter um maior número de Lojas federadas trabalhando no referido Rito.

Considerando os sete Ritos reconhecidos e praticados pelo Grande Oriente do Brasil, ainda não existe nenhuma Oficina, de origem Acadêmi-

⁹ Álvaro Palmeira foi Grão-Mestre Geral do G.O.B. de 1963 a 1968.

ca ou Universitária, trabalhando no Rito Alemão ou Schroeder e nem no Rito Escocês Retificado.

O Panorama das Lojas Universitárias no Distrito Federal e o Atual Cenário

Aqui, na jurisdição do Grande Oriente do Distrito Federal, não se pode falar em Loja Universitária sem mencionar o nome do Eminentíssimo Irmão João Correia Silva Filho, Grão-Mestre de Honra da nossa Obediência Distrital.

O Eminentíssimo Irmão João Correia se tornou o grande responsável pela fundação da ARLS "Universitária-Verdade e Evolução" nº. 3492, do Rito Moderno, primeira Oficina Universitária da Capital da República, fundada a 22 de março de 2003. Disse ele, no primeiro Aniversário de Fundação da Loja:

Conversando com o Irmão Rubens Barbosa de Mattos, Grão-Mestre Honorário do Grande Oriente de São Paulo, hoje falecido, dizia-me ele com entusiasmo, cheio de vaidade, sobre o que chamou na ocasião de "Redenção da Maçonaria Nacional"[...]" (GALDEANO, 2007a)

O Irmão João Correia complementa que, segundo palavras do Irmão Barbosa de Mattos que a Loja Piratininga, na qual deu a titulação de Fraternidade Acadêmica, havia incorporado a ideia e concitou-me a aderir a ela. Segundo João Correia:

Saí daquela Suprema Congregação com o espírito impregnado com a ideia, mas uma coisa me chamava à atenção: o título "Fraternidade Acadêmica" e não "Augusta e Respeitável Loja Simbólica Universitária (...)

Aquilo me perturbava, ainda hoje perturba, pois afronta a

Constituição, que não contempla as "Fraternidades Acadêmicas". Outra coisa me incomodava. Senti, naquela ocasião, que havia no GOB-SP, certa rejeição à ideia, razão pela qual o Irmão Rubens procurava me influenciar para implantá-la no Distrito Federal. Hoje, tenho a certeza de que não estava totalmente errado no meu julgamento. O Irmão Rubens implantou a Fraternidade Acadêmica Piratininga, que serviu de modelo as que lhes seguiram, mas com muita luta e muita oposição. Quem sabe se as "Fraternidades Acadêmicas" ou "Lojas Universitárias" tivessem início por Brasília, às dificuldades para implantá-las nos Estados fossem menores?(...) (idem)

Certamente uma das maiores dificuldades se referia ao aspecto financeiro. Havia, no Grande Oriente do Distrito Federal - GODF, a Lei que isentava os universitários das taxas, mas a referida Lei não era abrangente. O candidato deveria ser filho de Maçom ou Lowton, ter frequentado por pelo menos três anos Instituições Paramaçônicas (APJ, DeMolay, etc.) e outros requisitos que ficava muito difícil a tal isenção.

A verdade é que o Grande Oriente do Brasil, não abria mão das taxas devidas ao Poder Central. Os Grandes Orientes Estaduais, salvo algumas raríssimas exceções, também não. Alguns poucos Grão-Mestres Estaduais, sensibilizados pela causa Universitária, procuravam contemplar os jovens iniciados, mas era a vontade deles e não uma legislação que os amparava. Mudando o Grão-Mestre, mudar-se-ia a sensibilidade também.

Por várias vezes, algumas Lojas, através de seus Deputados Federais ou Estaduais, chegaram a enviar Projetos de Lei para as nossas Assem-

bleias Legislativas Maçônicas (Estaduais, Distrital ou Federal) tentando criar uma legislação que contemplasse os jovens aptos a ingressar na Ordem. Com relação a isso ouvíamos muita discussão sem fundamento, até o cúmulo de dizerem que uma Legislação que isentasse os universitários das taxas iria onerar os cofres da Instituição. Essa questão rendeu acalorados debates nas nossas Casas de Leis, porém os projetos visando esses benefícios eram sempre relegados a um segundo plano.

O importante é que um número cada vez mais crescente de Irmãos fundamentava e demonstrava repetidamente que esse era o caminho para a renovação dos nossos quadros. Era o futuro da nossa Instituição. Com isso, posteriormente, a causa universitária da Maçonaria colheu os seus frutos com a promulgação da nova constituição do Grande Oriente do Brasil, sendo contemplada com a isenção das taxas devidas às Obediências. Uma medida justa, até porque um jovem estudante que se encontra fora do processo produtivo, à procura do conhecimento e da verdade em tempo integral, em geral não tem rendimentos.

Analísado os dados disponíveis à época e feito uma pesquisa informal com os Veneráveis Mestres, segundo o Irmão João Correia conclui-se que era inviável a fundação, em 1995, de uma Loja Universitária, contudo, dentro de 08 a 10 anos, teria o Distrito Federal Maçônico condição de ter uma única Loja voltada para o meio acadêmico, quer docente ou discente. (ibidem)

Investido de suas elevadas prerrogativas de Grão-Mestre do GODF (1995/2003), ele começou a preparar o caminho e, para tanto, tratou de incentivar e criar uma visão positiva dos jovens para com a Maçonaria, trazendo-os para junto da Ordem, tendo como base os filhos de Maçons. (idem)

Outra iniciativa importante para a fundação da "Loja Universitária" no Distrito Federal foi a edição da Lei nº. 05, de 13 de novembro de 1997, que isentava do pagamento de qualquer taxa, contribuição ou rateio devida ao GODF, até

os 24 anos de idade civil, o filho ou Lowton, e os parentes de maçons até o terceiro grau consanguíneo, que fossem propostos antes de completarem 22 anos de idade civil, sendo-lhes exigido que os beneficiários estivessem filiados a, pelo menos, três anos, na Ação Paramaçônica Juvenil - APJ ou na Ordem DeMolay, e que estivessem regulares e efetivamente cursando o ensino superior. Esta lei se destinava a qualquer Loja da jurisdição, sendo o seu primeiro beneficiário o Irmão Jefferson Ferreira de Lima, da Loja "Solidariedade de Ceilândia".

Durante os 06 anos (1996 a 2002) que antecederam a fundação daquela que seria a primeira Loja Universitária do Distrito Federal, o discurso do GODF se pautou no crescimento quantitativo e qualitativo dos quadros das Lojas, fazendo frente a uma cultura existente e resistente àquela proposta, por uma grande maioria dos Irmãos que tinham em mente a fixação de que o que vale é a qualidade e que a quantidade impede a qualidade. Este fato da falta da aceitação da política de crescimento dos quadros das Lojas levou o Grande Oriente do Distrito Federal ao envelhecimento, fato que já vinha ocorrendo em todo o GOB, chegando a uma média etária de 60 anos de idade.

Segundo levantamento feito pela Grande-Secretaria Geral da Guarda dos Selos do Grande Oriente do Brasil, no período de 2000 a 2010, foi constatado que a faixa etária de Maçons do GOB girava em torno de 52 anos de idade, faixa essa reduzida em comparação com estatísticas de períodos anteriores graças às Lojas Maçônicas Universitárias.

Todos os passos traçados anteriormente pelo então Grão-Mestre João Correia, só tinham um desiderato: preparar terreno para que a Loja Universitária se tornasse uma Oficina voltada para a busca, na sociedade juvenil e universitária, de cidadãos de elevado potencial político, que, forjados pela doutrina maçônica, enquanto ainda detentores de idealismo puro e de sonhos, pudessem, no futuro, influir no destino da Maçonaria e da Pátria. Em suma, buscar futuros dirigen-

tes para a Nação Brasileira em geral e para a Ordem Maçônica em particular.

As críticas locais a uma Loja Universitária foram surgindo. Desde o elitismo de contar apenas com membros com formação em andamento ou completa em nível superior, até mesmo a possível falta de maturidade dos jovens para governar uma Loja. As previsões eram catastróficas.

A fundação de uma Loja Universitária na Capital Federal foi discutida e maturada amplamente, em um longo e demorado processo. A Loja "Universitária-Verdade e Evolução" nº. 3492, adotando o Rito Moderno e fundada a 22 de março de 2003, se tornou uma grande realidade e serviu de exemplo a toda Maçonaria Brasileira.

Em 31 de Março de 2007 foi fundada a segunda Loja Universitária jurisdicionada ao GODF, com o Título Distintivo de ARLS "Universitária Ordem, Luz e Amor" nº3848, trabalhando no Rito Escocês Antigo e Aceito.

Com o advento da nova Constituição do Grande Oriente do Brasil, que entrou em vigor no dia 25 de junho de 2007, data da sua publicação, foram designadas comissões de maçons para elaborar o novo Regimento Geral da Federação e os respectivos anteprojetos do Código Disciplinar Maçônico, do Código Processual Maçônico e do Código Eleitoral Maçônico. O Artigo 27 do RGF definiu a idade para ingresso na Ordem Maçônica em 18 anos, definiu também, visando à admissão e após a sua implementação, que estarão isentos do pagamento de taxas e emolumentos estabelecidos pelo Grande Oriente do Brasil, pelos Grandes Orientes Estaduais e do Distrito Federal e pelas Lojas:

Os Lowtons, os DeMolays, e os Apejotistas com dezoito anos, no mínimo, até completarem vinte e cinco anos de idade;

OS ESTUDANTES DE CURSO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO com, no mínimo, dezoito anos de idade e, no máximo vinte e cinco anos, ou até a con-

clusão do curso superior, que **comprovadamente não dispuserem de recursos próprios para sua subsistência** (grifo nosso)

Diante desse grande estímulo, não é necessário ser um bom observador para estar certo de que, com o benefício legalmente criado, com a isenção das taxas, ficou menos árdua as futuras fundações de Lojas Universitárias e o posterior recrutamento de candidatos ligados à área acadêmica.

Estabelecido este parâmetro financeiro, é necessário que a campanha para a criação de Lojas Universitárias seja encampada pelos próprios jovens maçons, com o apoio do GOB e do GODF, a fim de que exista uma difusão cada vez maior deste tipo de Loja Simbólica.

Conclusão

A Maçonaria Brasileira, atualmente, é a terceira maior do mundo, em números absolutos (LIST..., 2013). No entanto, temos plena consciência de que os esforços para atingir o ponto de mutação em que a quantidade se transformará em qualidade ainda carecem de esforços institucionais como, por exemplo, a criação de lojas universitárias.

A Maçonaria Brasileira, em geral, está imersa num imenso país em crise espiritual, moral e cultural. A resultante da crise provavelmente não será a negação das ciências e das liberdades humanas mais fundamentais; não será uma volta ao passado preconceituoso, supersticioso e retrógrado; mas sim a busca de uma nova moralidade, que incorpore as raízes profundas da verdadeira tradição, compatibilizando-a com a liberdade e a ciência. E, neste momento, cremos profundamente que a Maçonaria Universitária terá um papel educacional a desempenhar.

O desafio é grande, mas temos esperança que a Maçonaria Brasileira saberá adquirir a sua plenitude cultural e ética neste terceiro milênio,

para um resolutivo posicionamento que melhor atenda aos interesses nacionais.

O futuro da Maçonaria em geral e da "Maçonaria Universitária", em particular, está em conseguir chegar até a juventude e oferecer a ela uma doutrina calcada em ideais progressistas e solidários, construindo o futuro com base nos alicerces de nossa tradição, e expondo um ideal maçônico contemporâneo, de acordo com a realidade atual e futura do povo brasileiro.

Lembrando sempre que somos no presente os portadores do ideal maçônico, e legar aos nossos sucessores uma Maçonaria cada vez mais organizada é nosso mais sublime dever. Neste contexto, só dependerá de nosso trabalho e habilidade para que transformemos os anseios da comunidade em fulgurante realidade, modernizando a Ordem, sem prejuízo das tradições herdadas de nossos antecessores.

Referências

- A.R.L.S. (Augusta e Respeitável Loja Simbólica) Fraternidade Acadêmica Ciência e Artes N°. 3685. *A Maçonaria Acadêmica*. Disponível em: <http://www.facienciaeartes.com.br/universitaria.htm>; acesso em 15 mar. 2012.
- BERESINER, Yasha, *Oscar Wilde: A University Mason*. Rev. Pietre-Stones – Review of Freemasonry. 2007 disponível em: <http://www.freemasons-freemasonry.com/beresiner8.html>; acesso em 12 jan. 2012.
- CARVALHO, William Dálbio Almeida. *A Vida Maçônica de Oscar Wilde* – Jornal Egrégora – Órgão Oficial de Divulgação da ARLS "Miguel Archanjo Tolosa" n°. 2131, n°. 44, pág. 8 e 9, março-maio de 2004.
- CASTELLANI, José. *História do Grande Oriente do Brasil – A Maçonaria na História do Brasil* - Brasília (DF), Gráfica e Editora do GRANDE ORIENTE DO BRASIL, 1993.
- CONSTITUIÇÃO DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL. Promulgada em 23 de março de 2009. Disponível em: http://www.gob.org.br/downloads/constituicao_.pdf; acesso em 15 mar. 2012.
- GALDEANO, Lucas Francisco. *A Maçonaria Universitária* Rev. Pietre-Stones – Review of Freemasonry. 2007 a. Disponível em: http://www.freemasons-freemasonry.com/galdeano_maconariauniversitaria.html; acesso em 12 jan. 2012
- _____. *A Pluralidade de Ritos Maçônicos no Brasil e no Grande Oriente do Brasil, em Particular*. Rev. Pietre-Stones – Review of Freemasonry. 2007b. Disponível em: http://www.freemasons-freemasonry.com/galdeano_ritos.html; acesso em 12 jan. 2012.
- GUARDA DOS SELOS (GOB). *Dados da Grande Secretaria-Geral da Guarda dos Selos do Grande Oriente do Brasil sobre as Lojas Acadêmicas e Universitárias*. Mimeo. Brasília, 2010
- HODGKINS, James; NADEAU, Paul, *The University Lodge: A History and Case Study* in <http://scottishrite.org/journal/september-october-2010/the-university-lodge-a-history-and-case-study/> 2010; acesso em 04 Nov. 2012.
- INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). *Evolução da Educação Superior – Graduação (1980-1998 e 1991-2007)* Disponível em: <http://censosuperior.inep.gov.br/evolucao-1980-a-2007>; acesso em 01 mar. 2012.
- LIST OF LODGES, Illinois, USA: Ed. Pantagraph, 2013.
- MAIA, Tibério Sá. *Lojas Universitárias*. In Sumaúma – Portal Maçônico. Abril 2004. Disponível em: <http://www.samauma.biz/site/portal/conteudo/opinioao/lu004lojasuniversitarias.htm>; acesso em 29 fev. 2012.
- SILVA FILHO, João Correia. *Trabalho em Homenagem ao Primeiro Ano de Fundação da ARLS "Universitária – Verdade e Evolução" n°. 3492 GODF/GOB*, apresentado em março de 2004.
- VARELLA, João Marcos. *Lojas Universitárias*, publicado na revista "A Ordem Maçônica", Ano III, n°. 13, de janeiro a março de 1976, da autoria de João Nery Guimarães, com dados colhidos no livro *University Masonic Lodges* de Douglas Knoop, editado na Inglaterra em 1945.

PAVIMENTO MOSAICO: Uma Incursão Simbólica pela Cabala Medieval

(MOSAIC PAVEMENT: A Symbolic Incursion through Medieval Kabbalah)

Rodrigo Peñaloza¹

Resumo

Neste trabalho, mostro que a associação do Pavimento Mosaico ao Templo de Salomão é de caráter puramente maçônico e que o Pavimento Mosaico refere-se exclusivamente a Moisés mediante a Lei Mosaica. Além disso, argumento que a interpretação alegórica do Pavimento Mosaico em particular e dos Ornamentos em geral pode apresentar uma coesão hermenêutica mais sólida se passarmos para uma interpretação simbólica com o suporte das concepções cabalistas medievais sobre a Torá.

Palavras-chaves: Pavimento Mosaico; alegoria; símbolo; Torá; Cabala.

Abstract

In this paper, I show that the association of the Mosaic Pavement with the Temple of Solomon is purely Masonic and that the Mosaic Pavement refers exclusively to Moses by means of the Mosaic Law. In addition, I argue that the allegorical interpretation of the Mosaic Pavement and, more generally, of the ornaments may have a stronger hermeneutical cohesion if we make a symbolic interpretation with the support of the medieval Kabbalistic conceptions of the Torah.

Keywords Mosaic Pavement; Allegory; Symbol; Torah; Kabbalah.

¹ Ph.D. em Economia pela UCLA (University of California, Los Angeles, 2002), Mestre em Economia Matemática pelo IMPA (Instituto de Matemática Pura e Aplicada, 1993) e Bacharel em Economia pela UnB (Universidade de Brasília, 1991). É professor adjunto da Universidade de Brasília. Mestre Maçom, é membro da Loja Maçônica "Abrigo do Cedro No. 08" - GLMDF.

Introdução

Neste ensaio apresento uma interpretação do Pavimento Mosaico como um símbolo cabalístico, procurando, assim, extrapolar a mera interpretação alegórica. Com efeito, a interpretação alegórica não fornece, do meu ponto de vista, a necessária coesão hermenêutica para os Ornamentos da Loja. Entendo por coesão hermenêutica a perspectiva segunda a qual as interpretações simbólicas dos Ornamentos fazem parte do mesmo pano de fundo e uma não tem significado sem a outra. Busco, por isso, neste ensaio, sob a ótica da Cabala medieval, um significado mais profundo para os Ornamentos, em especial para o Pavimento Mosaico.

Em primeiro lugar, na seção 2, procuro identificar em que ponto o pavimento do Templo passou a ser associado a Moisés. Essa discussão é relevante pelo simples fato de que essa conexão não existe nos catecismos ingleses do século XVIII, aparecendo somente nos rituais americanos no século XIX, donde derivaram os nossos. Entretanto, mostro que essa conexão existia antes de 1717 em algumas Antigas Obrigações, particularmente, no MS Dumfries № 4. Em seguida, na seção 3, apresento uma discussão quanto a se o Pavimento Mosaico se refere a Moisés ou, como dizem alguns, às Musas, sendo, neste caso, apenas um pavimento adornado. Defendo a tese de que se refere, de fato, a Moisés, mas os motivos que apresento são diferentes dos existentes, principalmente porque não considero convincentes os argumentos comumente apresentados em seu favor. Na seção 4, enveredo pela necessidade de se extrapolar a visão do Pavimento Mosaico como alegoria da dualidade e passar-se a vê-lo como símbolo de algo mais profundo. Essa extrapolação se faz necessária porque, no nível alegórico, não existe coesão hermenêutica na estrutura interna dos Ornamentos. A busca por uma concepção simbólica do Pavimento Mosaico em particular e dos Ornamentos em geral só tem sentido se ela for capaz de fornecer a coesão herme-

nêutica ausente da concepção alegórica. Esse caráter simbólico encontrei-o na Cabala medieval. Na seção 5, com o intuito de justificar o uso histórico da Cabala para a elevação do Pavimento Mosaico ao patamar de símbolo, apresento evidências do caráter cabalístico da Maçonaria especulativa pouco antes de seu nascimento oficial e de sua perpetuação até a união das duas Grandes Lojas da Inglaterra. Na seção 6, apresento finalmente os meus pensamentos quanto ao tema proposto. Com base nas concepções cabalísticas da Torá, que surgiram na Catalunha e na Provença do século XIII e que passaram para a Cristandade renascentista através de Pico della Mirandola, proponho uma interpretação simbólica do Pavimento Mosaico que dá aos Ornamentos uma significação coesa.

Conexão do Pavimento Mosaico ao Templo de Salomão

O Ritual² do Franco-Maçom de Thomas Smith Webb (*Freemason's Monitor*), cuja primeira edição é de 1797, é o ritual sobre o qual se basearam todos os rituais em uso hoje nos Estados Unidos e, por conseguinte, os nossos. Sobre os Ornamentos, diz o Ritual de Webb que:

O Pavimento Mosaico é uma representação do piso térreo do Templo de Salomão; a Orla Dentada, essa bela borda orlada ou franjada que o rodeia; e a Estrela Flamejante no centro comemora a estrela que apareceu para guiar os sábios do oriente ao lugar da natividade de nosso Salvador. O Pavimento Mosaico é um emblema da vida humana, um entrelaçamento de bem e de mal; a bela borda que o circunda, aquelas bênçãos e confortos que nos rodeiam e que esperamos ob-

² O termo em inglês "Monitor" designa o livro contendo o "enredo" dos nossos ritos, ou seja, o ritual, o diálogo entre o Venerável e seus Vigilantes, Secretário, etc. Rito é a natureza do conteúdo. Ritual é o livro que apresenta as práticas do Rito. Prefiro traduzir, assim, por ritual.

ter mediante uma firme confiança na Providência Divina, a qual é hieroglificamente representada pela Estrela Flamejante no centro.³ [Webb, p. 37, edição de 1806] (*grifo nosso*).

A mesma definição é repetida *ipsis litteris* no Ritual de Shaver, publicado originalmente em 1892. Ele apenas acrescenta que:

Enquanto o Pavimento Mosaico está diante de nós, somos instruídos a não nos vangloriar-mos de nada, a ter compaixão e a dar assistência àqueles que estão na adversidade, a sermos corretos e humildes, pois tal é o estado presente de existência, que não há situação na qual não possamos ser colocados; ao contrário, é sujeito a reveses. Hoje nossos pés passem na prosperidade, amanhã cambaleamos sobre os irregulares caminhos da fraqueza, tentação e adversidade. Enquanto caminha sobre esse Mosaico, tenha todo Maçom esses fatos em mente e, à medida que os ditames da razão e da consciência o incitem, viva em amor fraternal.⁴ [Shaver (1907), p. 40] (*grifo nosso*).

A despeito de quais possam ser seus significados alegóricos e simbólicos, o fato relevante é que, nos rituais norte-americanos, o Pavimento Mosaico é associado ao Templo de Salomão, algo que não ocorre nas instruções de Emulação⁵. De acordo com a primeira Instrução de Emulação, o Pavimento Mosaico é simplesmente "o belo piso da Loja", sem quaisquer outros acréscimos [Horne (1972), p. 248].

Pode parecer que a conexão do Pavimento Mosaico com o Templo de Salomão é um puro americanismo, mas existem evidências dessa conexão na Inglaterra já no início do século XVIII, um século antes do ritual de Webb. A evidência documental não está nos rituais do século XIX nem nos catecismos britânicos do século XVIII, mas em manuscritos relativos às Antigas Obrigações (*Old Charges*). Com efeito, no MS Dumfries Nº 4, *circa* 1710, encontramos a seguinte Obrigação:

Servirás ao verdadeiro Deus e cuidadosamente manterá seus preceitos em geral e particularmente os Dez Mandamentos entregues a Moisés no Monte Sinai, como te foram plenamente explicados no pavimento do Templo...⁵ [*apud* Horne (1971), p. 248] (*grifo nosso*).

Nesse trecho, evidencia-se não só uma explícita conexão do Pavimento Mosaico ao Tem-

³ Texto original: The Mosaic pavement is a representation of the ground floor of King Solomon's temple; the indented tessell, that beautiful tessellated border, or skirting, which surrounded it; and the blazing star in the centre is commemorative of the star which appeared to guide the wise men of the east to the place of our Saviour's nativity. The Mosaic pavement is emblematic of human life, chequered with good and evil; the beautiful border which surrounds it, those blessings and comforts which surround us, and which we hope to obtain by a faithful reliance on Divine Providence, which is hieroglyphically represented by the blazing star in the centre.

⁴ Texto original: Whilst the Mosaic Pavement is before us, we are instructed to boast of nothing; have compassion, and render assistance to those who are in adversity; to walk uprightly and with humility; for such is this present state of existence, that there is no situation in which we can be placed, but is subject to reverses; to-day our feet tread in prosperity, to-morrow we totter on the uneven paths of weakness, temptation and adversity. Whilst we tread this Mosaic, let every Mason bear these facts in remembrance, and as the dictates of reason and conscience prompt him, live in brotherly love.

⁵ Texto original: You shall serve the true god and carefully keep his precepts in generall particularlie the ten words delivered to Moses on Mount Sinai As you have them explained in full on ye pavement of the Temple...

plo de Salomão, mas também uma conexão com a Lei Mosaica.

Em *Masonry Dissected*, de Samuel Prichard (1730)⁶, o Pavimento Mosaico é tomado tanto como o piso da Loja quanto como o piso do Templo de Salomão, em duas séries de perguntas e repostas. Em primeiro lugar:

P. Tens algum Móvel em tua Loja?

R. Sim.

P. Qual?

R. O Pavimento Mosaico, o piso térreo da Loja, a Estrela Flamejante no centro e a Orla Dentada, a borda que o rodeia.⁷ [apud Horne (1971), p. 249] (*grifo nosso*).

No curso de uma conversação sobre o Templo de Salomão, encontramos:

P. Quais são as Joias-Mestras?

R. O Pórtico, as Janelas e o Pavimento Quadrado.

P. Explica-os.

R. O Pórtico é a entrada para o Sanctum Sanctorum, as Janelas as luzes do lado de dentro e o Pavimento Quadrado o piso térreo.⁸ [apud Horne (1971), p. 249].

Qualquer que seja a forma do “pavimento quadrado”, certamente refere-se a um pavimento no Templo de Salomão. Na terceira Instrução de Emulação, a terceira joia-mestra (ou ornamento) é definida como “o pavimento quadrado onde caminha o Sumo Sacerdote” [Horne (1971), p. 249].

Portanto, a associação do Pavimento Mosaico ao Templo de Salomão existe aproximadamente desde o nascimento oficial da Maçonaria especulativa e é exclusiva da simbólica maçônica.

Essa associação, no entanto, é arbitrária, pois não possui respaldo histórico, pelo menos no que tange às fontes arqueológicas mais relevantes, a saber, a própria Bíblia, a obra *As Antiguidades dos Judeus* (vide, particularmente, livro VIII, capítulo 3), de Flávio Josefo (A.D. 37 – circa 100), e a obra *De Templo Salomonis*, do Venerável Beda (673-735), considerada a primeira interpretação alegórica do Templo de Salomão. Nem mesmo em obras importantes imediatamente anteriores ao nascimento oficial existe tal associação, como, por exemplo, *Solomon's Temple Spiritualized*, de John Bunyon (1688).

Em todas essas fontes fala-se do pavimento do Templo, mas não do Pavimento Mosaico da forma como é representado em nossos painéis. Horne (1971, p. 251) acredita ser possível que a associação maçônica do Pavimento Mosaico ao Templo de Salomão se deva a uma tradução literal de II Crônicas 3:6 da Vulgata latina:

Cobriu também o pavimento do templo de preciosíssimo mármore, de muita beleza.⁹

⁶ A obra de Samuel Prichard, apesar das circunstâncias nefastas relativas ao seu aparecimento, já que se constituiu numa exposée, numa publicação não-autorizada de um maçom descontente, com o explícito intuito de denegrir a imagem da Ordem, é, todavia, considerada fonte fidedigna da natureza dos trabalhos na Maçonaria da época. Querendo fazer um mal, Prichard acabou por doar à posteridade uma fonte documental inestimável.

⁷ Texto original: Q. Have you any Furniture in your Lodge? / A. Yes. / Q. What is it? / A. Mosaic Pavement, the Ground Floor of the Lodge, Blazing Star in the centre, and Indented Tarsel the Border round about it.

⁸ Texto original: Q. What are the Master-Jewels? / A. The Porch, Dormer and Square Pavement. / Q. Explain them. / A. The Porch the Entering into the Sanctum Sanctorum, the Dormer the Windows or Lights within, the Square Pavement the Ground Flooring.

⁹ Texto original: Stravit quoque pavimentum templi pretiosissimo marmore, decore multo.

A versão da Vulgata latina vem da Septuaginta grega, que, em Paralipômenon II 3:6, traz:

Também adornou a habitação [o Templo] com pedras preciosas para o esplendor (...).¹⁰

Até mesmo n' *As Antiguidades dos Judeus*, a fonte não-bíblica certamente mais consultada pelos inventores da Maçonaria especulativa nos séculos XVII e XVIII, Flávio Josefo apenas comenta o seguinte:

E também aplinou o pavimento do templo com lâminas de ouro.¹¹ [Josephus, AJ, VIII(74), cap. 3].

Como se depreende tanto da Vulgata como da Septuaginta, é plausível afirmar que a simbólica maçônica tenha, de fato, buscado nessa passagem bíblica a associação do Pavimento Mosaico ao Templo de Salomão. Mas a fonte bíblica permite apenas uma associação entre o pavimento e o Templo de Salomão, mas não do Pavimento Mosaico propriamente dito. Daí se conclui que, havendo uma menção ao embelezamento do pavimento ou da fundação do Templo, os maçons especulativos tomaram emprestada essa associação e inventaram o Pavimento Mosaico, associando-o ao Templo de Salomão.

Mas devo analisar mais profundamente essa sugestão de Horne (1971, p. 251), pois existe, na literatura maçônica, uma sugestão alternativa. A Vulgata traz explicitamente o termo "pavimento" (*pavimentum*), enquanto a Septuaginta traz apenas "habitação" (οἶκος, pronuncie "óikos"). Já Flávio Josefo fala do

"pavimento" (ἔδαφος, pronuncie "édafos", que, na verdade, tem o significado mais geral de "fundação"). Se os Maçons especulativos se basearam na Vulgata, então certamente desconsideraram a Septuaginta, talvez se apoiando também em traduções latinas de Flávio Josefo. A sugestão de Horne (1971, p. 251), portanto, só se fundamenta se supusermos que os introdutores do Pavimento Mosaico na simbologia maçônica por alguma razão desconsideraram o texto grego (já que é pouco provável que conhecessem o original hebraico) e preferiram um trecho da Bíblia diretamente relacionado ao tema do Templo de Salomão.

Digo isso porque Mackey (1916, pp. 493-494) sugere uma outra origem bíblica para a adoção da ideia de pavimento, que me parece, do ponto de vista etimológico, mais plausível, mas que requer se pague o preço de não se basear numa referência a Salomão. Mackey (1916, pp. 493-494) sugere que a origem esteja em João, 19:13, que, na versão da Bíblia de King James, traz:

Quando Pilatos, portanto, ouviu o que diziam, trouxe Jesus e sentou-se no assento do julgamento em um lugar que é chamado o Pavimento, mas que em hebraico [é dito] Gabbatha.¹²(*grifo nosso*).

Com relação a esse versículo, a Septuaginta traz o termo λιθόστρωτος (pronuncie "lithóstrotos"), que, na Vulgata, é simplesmente transliterado para *Lithostrotus* (pronuncie "lithóstrotus") e que significa *algo preparado com pedras, pavimento enxadrezado de pedras*. Mackey (1916, pp. 493-494) usa como prova dis-

¹⁰ Texto original: καὶ ἐκόσμησεν τὸν οἶκον λίθοις τιμίαις εἰς δόξαν (...).

¹¹ Texto original: κατέστρωσε δὲ καὶ τοῦ ναοῦ τὸ ἔδαφος ἐλάσμασι χρυσοῦ, (...). O termo κατέστρωσε é a 3ª pessoa do singular do indicativo aoristo ativo do verbo καταστρώννυμι.

¹² Texto original: When Pilate therefore heard that saying, he brought Jesus forth, and sat down in the judgement seat in a place that is called the pavement, but in the Hebrew, Gabbatha.

so o fato de que é esse o significado que Plínio Maior, em sua *Historia Naturalis*, atribui ao termo *lithostrotus*. O problema com a sugestão de Mackey (1916, pp. 493-494) é que, nesse versículo, não há associação do pavimento ao Templo de Salomão, apenas ao templo à época de Jesus. No meu entender, esse é um preço que não deve ser pago. Além do mais, o que tem Moisés a ver com tudo isso?

Portanto, acredito que tanto Horne (1971, p. 251) como Mackey (1916, pp. 493-494) poderiam ter procurado a origem dessa associação em outro lugar.

Musas ou Moisés?

Existe uma controvérsia quanto ao termo Pavimento Mosaico referir-se a um pavimento adornado de mosaicos, justificando-se menção às Musas, entidades do panteão de deuses gregos ligadas às artes em particular e à beleza em geral, ou ao pavimento de Moisés, o que quer que isso signifique.

A confusão começou com a distinção inadequada entre “pavimento mosaico” e “pavimento de mosaicos”.

Aqueles que dizem que o certo é “pavimento de mosaicos” argumentam que *mosaico* se refere, na verdade, ao conjunto de ladrilhos de cores variegadas, de modo que o certo seria “pavimento de mosaicos”, ou seja, “pavimento de ladrilhos de cores variegadas”. O adjetivo *mosaico* não se referiria a Moisés, mediante o adjetivo grego *μοσαϊκός*, mas, na verdade, ao adjetivo *μουσικός*, que, numa primeira tradução, quer dizer *musical*, mas que, numa tradução mais elaborada, levando-se em conta a origem dessa palavra, é um adjetivo que se refere às Musas e, portanto, se refere ao caráter artístico e esteticamente belo da configuração do pavimento. Significaria “digno das musas” e, portanto, “de rara beleza” etc. A razão pela qual *μουσικός* se transformou em *μοσαϊκός*, dando origem a toda essa confusão, é fácil de entender e nem requer comentários adicionais.

Contra a tese de que o certo seria “pavimento de mosaicos”, argumento que *mosaico* é um termo que passou às línguas modernas através do italiano. De fato, *mosaico* é um vocábulo italiano de origem grega que já denota “um pavimento composto de ladrilhos de diversas cores”, de modo que o certo seria falar simplesmente *mosaico*, pois “pavimento de mosaicos” seria uma redundância. Agora, o substantivo de origem italiana *mosaico* certamente ganhou *status* de substantivo por uma simplificação linguística. Assim, o termo italiano *mosaico* na verdade significa “pavimento mosaico”. Desse modo, abraço a ideia de que o correto é “pavimento mosaico”, sendo *mosaico* meramente um adjetivo. Essa percepção linguística do termo também é explicitada por Castellani (2006, pp. 207-208), que chega a dizer que o termo “pavimento de mosaicos” é uma bobagem. Ele argumenta que o substantivo *mosaico* denota o pavimento adornado e que o adjetivo *mosaico* refere-se exclusivamente a Moisés. Com base no que argumentei acima, julgo que a conclusão de Castellani é parcialmente correta, pois seu argumento é errado. O adjetivo *mosaico* também pode se referir às Musas, desde que se entenda a confusão fonética entre os adjetivos gregos *μοσαϊκός* (referente a Moisés) e *μουσικός* (referente às Musas). Se a pronúncia bizantina medieval era mais semelhante à do grego moderno, *μοσαϊκός* seria pronunciado “mossikós”, muito semelhante a “mussikós”, a pronúncia de *μουσικός*. Ao ter passado para o italiano, o termo *mosaico* tornou indistinguível se a referência seria às Musas ou a Moisés.

Eliminada a expressão “pavimento de mosaicos”, resta “pavimento mosaico”. Mas isso não resolve a questão. O problema continua, pois ela pode referir-se tanto às musas quanto a Moisés.

Em primeiro lugar, há os que defendem a ideia de que se refere às Musas. Parece ser essa a opinião de Horne (1971, pp. 249-250), que acredita mais na origem greco-romana da ideia e não na sua origem hebraica. Na arquitetura romana, os pavimentos eram adornados com ladrilhos multifacetados, às vezes formando apenas uma disposição de formas geométricas, outras vezes

figuras de navios, deuses etc. Adornar pavimentos dessa forma não fazia parte da cultura hebraica. Além disso, Moisés andava com seu povo pelo deserto. Esse período nômade da história do povo hebreu não suporta a ideia de pavimento, algo que requer uma construção fixa no espaço. A ideia é que o termo “pavimento mosaico” teria o sentido de pavimento esteticamente belo e não o sentido de pavimento de Moisés. Além disso, a própria interpretação alegórica que encontramos em nossos rituais modernos, a de que o Pavimento Mosaico representa o aspecto dual da vida, a mescla de bem e de mal a que estamos sujeitos, não faz qualquer referência a Moisés. Afinal, o que Moisés tem a ver com a dualidade?¹³

A única ligação do pavimento a Moisés é o fato bíblico de Moisés, durante o Êxodo, ter assentado pequenas pedras coloridas no chão do Tabernáculo (CASTELLANI, 2006, p. 207). É Castellani (2006) quem vai mais longe nessa direção, mostrando que as descobertas arqueológicas confirmam a existência de pavimentos quadriculados alvinegros na Suméria, detalhe arquitetônico que teria se espalhado para o Egito, Creta, Grécia e Roma. Em particular, teria sido de conhecimento dos hebreus da época, embora o pavimento do Templo de Salomão e as pedras coloridas assentadas por Moisés no Tabernáculo não tivessem essa particular configuração geométrica (CASTELLANI, 2006, pp. 206-207). Segundo ele:

Na Mesopotâmia, esse pavimento representava o terreno sagrado, através do qual se tinha acesso ao santuário mais íntimo da religião, e que, normalmente, só era percorrido pelo sacerdote hierarquicamente mais elevado, mediante certas formalidades, nos dias mais importantes do calendá-

rio religioso. Nem todos os demais povos, entretanto, adotaram esse símbolo (os hebreus não o usaram **e ele não existia no Templo de Jerusalém**), ao passo que muitos o adotaram, apenas, como motivo decorativo (caso dos antigos gregos e cretenses). [Castellani (2006), p. 206] (*negrito do autor*).

Nota-se aqui uma contradição nos argumentos de Castellani. Se os hebreus não adotaram esse símbolo (que, em suas próprias palavras, referia-se aos opostos, ao aspecto dual do mundo) e ele sequer existia no Templo de Jerusalém, então a única ligação entre esse símbolo e Moisés é o relato bíblico segundo o qual Moisés teria assentado pequenas pedras coloridas no chão do Tabernáculo. Se assim é, porque referir-se a Moisés e, ao mesmo tempo, dar ao Pavimento Mosaico uma interpretação não-hebraica?

Alegoria x Símbolo

Segundo Figueiredo (2006, pp. 476-477, verbete *simbolismo*), o simbolismo maçônico pode ser dividido em duas categorias: emblemática e esquemática. A primeira transmite, por analogia, um sentido moral; a segunda comporta um significado mais intelectual, filosófico ou científico. A interpretação do Pavimento Mosaico em termos da dualidade é simbólico-emblemática, pelo seu claro caráter moral, na medida em que transmite a ideia de que bem e mal, vícios e virtudes, alegrias e tristezas são polos inerentes à vida e nos convida a uma compreensão, até certo ponto, estoica da aceitação e da necessidade de adaptação a essa polaridade. A interpretação que pretendo dar, se me ativer a essa nomenclatura, enquadra-se no nível simbólico-esquemático, pois comporta um significado que transcende o moral.

¹³ Jules Boucher não ajuda em nada a esclarecer essa questão. Ele se resume a dar as interpretações de Ragon, de Wirth e de Plantageneta (como, aliás, sempre faz) e depois sugere uma analogia parassimbólica com o jogo de xadrez [Boucher (2006), pp. 165-171], que, no meu entender, é inútil.

Entretanto, adotarei uma classificação diferente, fazendo apenas a distinção entre alegoria e símbolo. Alegoria é aquilo que representa uma coisa para dar a ideia de outra através de uma ilação moral. Uma característica importante da alegoria é a sua quase imediata compreensão. Já o símbolo é multívoco, pode dizer muitas coisas, e não é de imediata compreensão, é vago, polissêmico. O símbolo requer uma convenção. Pode, aparentemente, querer dizer uma coisa, mas, na verdade, o que quer dizer é outra. Cumpre ao contemplador do símbolo compreender, praticamente do nada, o que ele significa. Por isso, a compreensão do símbolo é um processo privado e é resultado de uma catarse psíquica.

Minha proposta é extrapolar a interpretação alegórica e buscar uma interpretação simbólica. A interpretação em termos da dualidade é obviamente alegórica. A disposição harmônica de ladrilhos alvinegros remete-nos quase que imediatamente a uma harmonia dos opostos, que é a que encontramos em nossos rituais.

Além disso, devemos ver o Pavimento Mosaico como parte integrante dos Ornamentos. Segundo os nossos rituais, o Pavimento Mosaico representa essa dualidade, a Orla Dentada representa a reunião dos filhos em torno do Pai e a Estrela Flamejante representa a Divindade. Como disse, essa é uma interpretação alegórica dos três Ornamentos, porém ela não estabelece uma coesão hermenêutica convincente, pois, da forma como é exposta, não faz transparecer qualquer conexão lógica entre os Ornamentos. Cada um é interpretado independentemente dos outros dois. A reunião dos filhos em torno do Pai não possui qualquer elo de ligação hermenêutica com a harmonia dos opostos.

Uma interpretação alegórica mais elaborada e que, de certa forma, apresenta uma coesão

hermenêutica muito mais elevada que a de nossos rituais é a de Wilmshurst (1927):

O Piso ou Pavimento da Loja, quadriculado de branco e negro, denota a qualidade dual de tudo que é conexo com a vida terrestre e o fundamento físico da natureza humana (...). O dualismo desses opostos nos governa em tudo e experimentá-lo é-nos prescrito até o tempo em que, tendo aprendido e ultrapassado suas lições, estivermos prontos para avançar a uma condição em que vamos além do sentido dessa existência quadriculada e os opostos deixam de ser percebidos como opostos, mas como uma unidade ou síntese. (...) E essa sublime condição é representada pela Orla Dentada ou borda franjada que circunda o quadriculado alvinegro, ainda que a Presença Divina e a Providência rodeie e envolva nossos organismos nos quais aqueles opostos são inerentes.¹⁴ (WILMSHURST, 1980, pp. 95-96).

Mesmo a interpretação alegórica mais coesa de Wilmshurst (1927) não esclarece a razão pela qual o Pavimento Mosaico se refere a Moisés. Quando, mais adiante (*idem*, p. 97), diz que o Pavimento Quadriculado é o piso sobre o qual caminha o Sumo Sacerdote, ainda assim não se vê qualquer conexão com Moisés.

Acredito que uma interpretação que liga diretamente Moisés ao Pavimento Quadriculado

¹⁴ Texto original: The Floor, or groundwork of the Lodge, chequer-work of black and white squares, denotes the dual quality of everything connected with terrestrial life and the physical groundwork of human nature (...). The dualism of these opposites governs us in everything, and experience of it is prescribed for us until such time as, having learned and outgrown its lessons, we are ready for advancement to a condition where we outgrow the sense of this chequer-work existence and opposites cease to be perceived as opposites, but are realized as a unity or synthesis. (...) And this lofty condition is represented by the indented or tessellated border skirting the black and white chequer-work, even as the Divine Presence and Providence surrounds and embraces our organisms in which those opposites are inherent.

pode ser obtida em um nível simbólico, um nível que, quanto a este tema, só podemos alcançar mediante a Cabala.

Caráter Cabalístico da Maçonaria Especulativa

Na época áurea do desenvolvimento filosófico da Maçonaria especulativa, aquela que viu nascer, na França, os graus filosóficos superiores e que culminaram, entre tantos, nos internacionalmente conhecidos 33 graus do Rito Escocês Antigo e Aceito, encontramos nos catecismos ingleses, especialmente naqueles editados pela Grande Loja dos Antigos, menções ao caráter cabalístico da Ordem. No catecismo *Ahiman Rezon* (1764), Laurence Dermott diz, no prefácio ao leitor, que:

Certo é (continua ele) que a Maçonaria tem existido desde a Criação (embora não sob esse nome); que ela foi um presente divino de Deus; que Caim e os construtores de sua cidade eram desconhecedores dos mistérios secretos da Maçonaria; que só havia quatro maçons no mundo quando o dilúvio aconteceu; que cada um dos quatro, mesmo o segundo filho de Noé, não era mestre da arte; que Nimrod, nem qualquer um de seus pedreiros, sabia alguma coisa do assunto; e que não havia senão pouquíssimos mestres da arte, (mesmo) no templo de Salomão: donde claramente se deduz que todo o mistério era comunicado a muito poucos

naquele tempo; que no templo de Salomão (e não antes), ela recebeu o nome de Franco-Maçonaria, pois os maçons em Jerusalém e Tiro eram então os maiores cabalistas no mundo; que o mistério tem sido, em sua maior parte, praticado no meio dos construtores desde o tempo de Salomão (...).¹⁵ [*Ahiman Rezon*, p. XIII, 1764, 2ª edição] (*grifo nosso*).

Mas uma referência como essa não consta explicitamente das *Constituições* de Anderson, mesmo na edição ampliada de 1738, apenas indiretamente mediante a reprodução do panfleto *Uma Defesa da Maçonaria*, como veremos logo a seguir. Mesmo assim, Anderson devotou uma grande parte das *Constituições* à história judaica, particularmente à construção do Templo de Salomão.

Segundo MacNulty (1998, p. 135), certamente havia atividade especulativa maçônica na Inglaterra em meados do século XVII, pois os primeiros maçons especulativos que foram positivamente identificados são Sir Robert Moray, iniciado em 1641, e Elias Ashmole, iniciado em 1646, ambos intimamente ligados à tradição hermético-cabalista, uma tradição que moldou intensamente a essência intelectual do pensamento renascentista, principalmente a partir de Pico della Mirandola, no século XV.

Mas se apenas considerarmos o período em que as *Constituições* de Anderson foram publicadas, surge o nome de John Byrom, conhecido Maçom de então e cujo círculo de amizades englobava outros proeminentes Maçons, como William Stukeley, Sir Hans Sloane, Martin Folkes e

¹⁵ Certain it is (continued he) that free-masonry has been from the creation (though not under that name); that it was a divine gift from God; that Cain and the builders of his city were strangers to the secret mystery of masonry; that there were but four masons in the world when the deluge happened; that one of the four, even the second son of Noah was not master of the art; that Nimrod, nor any of his bricklayers, knew anything of the matter; and that there were but very few masters of the art (even) at Solomon's temple: whereby it plainly appears, that the whole mystery was communicated to very few at that time; that Solomon's temple (and not before) it received the name of free-masonry, because the masons at Jerusalem and Tyre were the greatest cabalists then in the world; that the mystery has been, for the most part, practised amongst builders since Solomon's time (...).

John Theophilus Desaguliers, o terceiro Grão-Mestre da Primeira Grande Loja. De 1725 em diante, Byrom administrou um *clube de Cabala*, do qual Sir Hans Sloane era um membro [MacNulty (1998), p. 139].

Um importante documento histórico, conhecido como *Livro M*, e que parece ter sido um memorial escrito por um Irmão, diz que uma das principais disciplinas místicas que originaram a Maçonaria foi a Cabala dos judeus.

A mais famosa *exposée* da Maçonaria é a obra de Samuel Prichard, *Maçonaria Dissecada* (*Masonry Dissected*), de 1730. Ainda que as *Constituições* de Anderson não façam explícita referência à Cabala, a edição de 1738 inclui, no entanto, o opúsculo *Uma Defesa da Maçonaria* (*A Defense of Masonry*), publicada pouco tempo após o panfleto de Prichard, com o intuito de ser uma resposta oficial da Maçonaria à detração sofrida. Nessa resposta, a Cabala surge com uma das fontes da filosofia maçônica. Especificamente, lê-se o seguinte:

Os Cabalistas, uma outra Seita, lidavam com Cerimônias misteriosas e ocultas. Os judeus tinham uma grande consideração por essa Ciência e pensavam ter feito descobertas incomuns por seu intermédio. Eles dividiam seu Conhecimento em Especulativo e Operativo. David e Salomão, eles dizem, eram singularmente habilidosos [em Cabala]; e ninguém, num primeiro momento, ousava pô-la por escrito: Mas a Perfeição de sua habilidade consistia no que o Detrator [i.e., Prichard] chama de seu enletramento ou a ordenação das Letras de uma Palavra de uma

maneira particular.¹⁶ [*A Defense of Masonry* (1730), *apud Anderson's Constitutions* (1738, p. 221)].

A história oficial da Maçonaria especulativa começou em 1717, mas em seu primeiro século não foi uma história linear. Na década de 1740, um outro corpo maçônico veio à tona, a chamada Antiga Grande Loja (*Antient Grand Lodge*), formada basicamente por maçons imigrantes irlandeses. O fato é que era uma outra Grande Loja, que se dizia anterior à fundação da Grande Loja oficial em 1717. A Antiga Grande Loja teria preservado a doutrina especulativa original do século XVII, de natureza muito mais mística e cabalística.

Ao longo de todo o século XVIII, a rivalidade entre as duas Grandes Lojas foi acirrada, ao ponto de a Grande Loja oficial, fundada em 1717, passar a autodenominar-se Grande Loja Moderna, como forma de contraposição à Grande Loja de Antiguidade.

O catecismo *Ahiman Rezon* (nas suas edições de 1756, 1797 e 1807) é ligado à Antiga Grande Loja. A ela pertencia, supostamente, o autor de *Uma Defesa da Maçonaria*, inserida nas *Constituições* de Anderson em 1738. Figuras eminentes como John Byrom eram ligados à Grande Loja Moderna. O próprio Laurence Dermott, autor de *Ahiman Rezon*, que exerceu influência na Grande Loja de Antiguidade durante toda a segunda metade do século XVIII como Grande-Secretário, dominava o idioma hebraico [Costa (2006), pp. 155-156] e, sem dúvida, teria conhecimento dos textos cabalistas medievais.

Somente a partir da década de 1790, as divergências começariam a diminuir, como consequência de um esforço conjunto pela unificação, o que finalmente culminou na unificação das

¹⁶ Texto original: The Cabalists, another Sect, dealt in hidden and mysterious Ceremonies. The Jews had a great regard for this Science, and thought they made uncommon discoveries by means of it. They divided their Knowledge into Speculative and Operative. David and Solomon, they say, were exquisitely skilled in it; and nobody at first presumed to commit it to Writing: But (...) the Perfection of their skill consisted in what the Dissector calls lettering of it, or by ordering the Letters of a Word in a particular manner.

duas Grandes Lojas da Inglaterra em 1813. A Grande Loja Unida da Inglaterra teve, como seu primeiro Grão-Mestre, o Duque de Sussex¹⁷, sabidamente uma pessoa de caráter bastante místico e religioso, além de dedicado estudante do idioma hebraico. No catálogo oficial de sua biblioteca, consta uma enorme coleção de livros sobre a história judaica e muitos manuscritos, em hebraico, sobre a Cabala. Entre as obras cabalísticas de sua biblioteca estão o *Zohar*, numa edição do século XVII, em dois volumes, contendo as partes referentes aos comentários de Simon ben Yochai ao *Genesis* e ao *Exodus*; uma obra intitulada *Interpretatio Nominis Dei*, do século XV; uma edição do século XIII da Bíblia Sacra Hebraica com os sinais massoréticos; o volume *Pentateuchus Hebraicus et Chaldaicus cum Quinque Megiloth et Haphtaroth*, do século XIII, além de vários comentários de cabalistas ao Pentateuco, datados dos séculos XIV e XV [MacNulty (1998), pp. 147-149].

É natural que os rituais modernos, a começar pelo Ritual de Webb, pelo menos nos graus simbólicos, apresentem interpretações alegóricas mais singelas. A influência cabalista mais forte ficou relegada aos graus superiores. E um óbvio exemplo disso é o fato de no R\E\A\A\ haver 33 graus. Sendo o 33º apenas um grau honorário, os 32 restantes, os graus simbólicos e os filosóficos, correspondem ao número 32 conforme apregoado pela Cabala, aquele número que contém os 32 caminhos sagrados, simbolizados pelas 22 letras do alfabeto hebraico mais as 10 letras correspondentes ao números.

Junte-se a tudo isso o fato de que, no decorrer do século XVIII, assim que a Maçonaria se fez presente na França, quando proliferaram os graus superiores, estes eram o refúgio dos intelectuais hermetistas, como, por exemplo, Mirabeau e, principalmente, Andrew Ramsay, discípulo

de Fénelon, e um dos criadores do Rito Escocês.¹⁸

Uma interpretação cabalista do Pavimento Mosaico

De acordo com as Instruções do Primeiro Grau, ele representa a variedade do solo, as diferenças de opinião, raças etc. É, além disso, a imagem do Bem e do Mal que permeiam o caminho da vida. Por ser formado pela junção de ladrilhos brancos e pretos, é dito que representa a variedade de raças e de crenças em relação às quais o Maçom deve ser equânime, não devendo essa variedade ser motivo para quaisquer tipos de discriminação. Também é dito representar a imperfeição humana, essa mescla de vícios e virtudes, de bem e de mal. A orla dentada é dita representar a reunião dos filhos em torno do Pai, ou seja, a confraternização dos Maçons em torno do Livro da Lei etc. Observe que a interpretação moral da Orla Dentada não tem qualquer ligação exegética com o Pavimento Mosaico em si.

Essa é a interpretação alegórica que podemos encontrar em nossos rituais e possui um nítido caráter moral. Em camadas exegéticas mais profundas, podemos encontrar uma interpretação concernente à alma, ao mundo e à Divindade.

MacNulty (1998, pp. 133-205) oferece uma interpretação cabalista dos três primeiros graus e do grau de *Royal Arch*, mas, em particular, interpretando o Painel do Grau 1, sua interpretação cabalista gira em torno da *Árvore Sefirótica*, que não é a interpretação que pretendo dar.

O que proponho é ligar o Pavimento Mosaico à Torá.

Ora, o Pavimento Quadriculado é o piso sobre o qual deve caminhar o Sumo Sacerdote. Essa informação consta de nossos rituais, mas

¹⁷ Um dos primeiros atos do Duque de Sussex como Grão-Mestre foi a criação da Loja de Reconciliação, composta de Irmãos das duas ex-Grandes Lojas. Sabe-se que seu assistente de confiança, o brasileiro Hipólito José da Costa, era membro dessa Loja.

¹⁸ Basta ler o seu discurso Equinox Vernal. Vide Lobingier, C. (1931), *Ancient and Accepted Scottish Rite of Freemasonry*, cap. 3.3, p. 49.

surge descontextualizada. O fundamento do caminhar do Sumo Sacerdote deve ser a Torá, tanto a Torá escrita como a Torá oral¹⁹, formada, na sua maior parte, pelo *Midrash* (investigação ou penetração nos mistérios ocultos). O objetivo da Torá oral é o desenvolvimento de verdades, ditos ou fatos dados ou ocultos na Revelação. O *Midrash* é dividido em duas categorias: Halahá e Haggadá. Halahá é uma asserção sobre modos de comportamento no sentido das prescrições legais da Torá; Haggadá é, literalmente, uma *afirmação*, ou seja, uma afirmação da Escritura que diz algo que transcende o sentido literal.

A Torá também é conhecida desde a Antiguidade como Lei Mosaica. A Torá foi dada por Deus a Moisés para que servisse de fundamento para a ação e o pensar de seu povo. Diz-se, nos meios cabalistas, que tudo está bem enquanto o homem justo caminhar segundo a Torá, ou seja, enquanto obedecer a Lei Mosaica. Com efeito, segundo o Zohar [*apud* Idel (2000), p. 278], o cumprimento dos mandamentos (ou da Lei Mosaica) é a ponte entre o *Ein Sof*, o Criador além de todo entendimento, e o mundo. Num comentário a Levítico 26:3, o autor do Zohar²⁰ esclarece:

“E os cumprirdes”. Porque está escrito “E os cumprirdes” depois de “Se andardes nos meus estatutos e guardardes os meus mandamentos”? (...) A resposta é: todo aquele que cumpre os mandamentos da Torá e caminha segundo eles é considerado como se tivesse feito O que está acima. [*Zohar* III, fol. 113^a, *apud* Idel (2000, p. 278)].

Idel (2000, p. 278), comentando essa pas-

sagem do Zohar, explica que “o cumprimento dos mandamentos provoca a união entre duas forças divinas e, desta forma, a perfeição do nome divino, o que é equivalente a fazer Deus²¹ nas alturas”. Interpreto sua posição como querendo dizer que, relativamente a si mesmo, o Homem é como um Deus criando seu próprio universo interior, sendo ele, assim, feito à imagem e semelhança do Criador.

Convém, agora, relembrar a passagem supracitada do MS Dumfries № 4, *circa* 1710, no qual encontramos a Obrigação:

Servirás ao verdadeiro Deus e cuidadosamente manterá seus preceitos em geral e particularmente os Dez Mandamentos entregues a Moisés no Monte Sinai, como te foram plenamente explicados no pavimento do Templo... [*apud* Horne (1971), p. 248].

Os maçons especulativos que escreveram o manuscrito Dumfries № 4, pouco antes de 1717, não apenas tinham conhecimentos da Cabala, certamente através dos renascentistas, mas também deviam ter tido acesso direto ao Zohar, pois o Pavimento Mosaico é, aqui, nitidamente associado ao cumprimento da Lei Mosaica, ou seja, à Torá.

Essa sugestão estabelece um elo bem mais forte entre o adjetivo *mosaico* e o Pavimento. Na verdade, estabelece uma identificação total a Moisés, não à pessoa, mas à Lei Mosaica, ou seja, à Torá.

Mas, antes, é preciso explicar como o quadriculado alvinegro se insere nessa interpretação.

O alfabeto hebraico é composto de con-

¹⁹ O termo Torá oral já era comum no século I da era cristã [vide Scholem (2008), *Conceptos Básicos del Judaísmo*, p. 79].

²⁰ Supostamente, Simon ben Yochai.

²¹ “Fazer Deus” é definido, segundo Idel (2000, p. 282), como “um processo que determina a disposição das Sefirot e sua união”.

soantes. Modernamente, as vogais são caracterizadas por sinais diacríticos apostos às consoantes, mas, na Antiguidade, a leitura da Torá deveria ser feita com a participação ativa da fala do leitor, acrescentando as vogais de modo a produzir fonemas que proporcionassem significado às palavras. Assim, o texto escrito da Torá só teria vida pela introdução das vogais. A vogal é um som emitido que é essencialmente um sopro, ou seja, as vogais desde o **A** aberto até o **U** fechado, podem ser pronunciadas mediante um sopro através da boca aberta, variando-se apenas a vibração de onda e a posição de abertura dos lábios. O sopro sempre foi sinônimo de espírito, o princípio sem o qual a matéria é inerte, seja na língua hebraica ("רוּחַ", *ruach*), grega (πνεῦμα, *"pneuma"*) e mesmo no latim (*spīritus* e *anīma*). Sem as vogais, a sequência de consoantes no texto da Torá não tem significado, nada diz, não possui vida. O alfabeto hebraico, então, está munido de um caráter bastante simbólico, porquanto a matéria só tem vida pela ação do espírito. Ler a Torá em voz alta é símbolo da Criação.

Essa ideia teve sua origem no Rabi Jacó ben Scheschet, importante expoente da Cabala catalã no final do século XIII. Ele dizia que o texto da Torá não poderia ser vocalizado, a fim de que pudéssemos interpretar cada palavra de acordo com todos os significados possíveis [Idel (2000), p. 315]. Ela se transformou num conceito cabalístico bem estabelecido e passou para a Cabala cristã graças às *Teses* de Pico della Mirandola. Um fato é certo: se Pico della Mirandola incluiu essa concepção em suas *Teses*, então ela era de conhecimento dos maçons especulativos dos séculos XVII e XVIII, pois as *Teses* de Pico eram leitura obrigatória para qualquer um que expres-

sasse predileção pelo hermetismo, o que era muito comum na época. Era, na verdade, como a "onda", a moda de então. Relativamente a esse ponto, Pico della Mirandola (1486) diz:

Pelo modo de ler sem pontos (sem os sinais diacríticos ou massoréticos das vogais) na Lei, mostra-se-nos tanto o modo de escrever as coisas divinas como o conteúdo universal pela [abertura] indeterminada [do] compasso das coisas divinas.²² [Pico della Mirandola (1486), *900 Theses*, 11:70, in Farmer (2008), p. 550].

O que Pico della Mirandola está dizendo é que é pela adjunção das vogais às consoantes da Lei, ou seja, da Torá ou lei Mosaica, que se evidencia o modo correto pelo qual as coisas divinas são escritas na Torá e que se intui o conteúdo universal da Lei ou sua totalidade como se as coisas divinas fossem aquelas abarcadas pela abertura indeterminada do compasso. Finalmente, logo em seguida, outra tese de Pico della Mirandola diz que é pela Cabala que se deve ler a Torá:

Assim como a verdadeira astrologia nos ensina a ler no livro de Deus, do mesmo modo a Cabala ensina-nos a ler o livro da Lei.²³ [Pico della Mirandola (1486), *900 Theses*, 11:72, in Farmer (2008), p. 552].

²² Texto original: "*Per modum legendi sine punctis in lege, et modus scribendi res divinas, et unialis continentia per indeterminatum ambitum rerum divinarum, nobis ostenditur.*" Pensei em traduzir o adjetivo *unialis* por unitário, seguindo o caminho de Farmer (2008), que traduziu para o inglês *unial*, que, até onde sei, não existe no léxico inglês. Parece ter sido uma anglicização do termo *unialis*, dando a ideia de unicidade. O texto latino de Farmer é o mais fidedigno e nele também me baseei, mas estou bastante propenso a crer que o original latino tenha vindo com um erro tipográfico, apresentando *unialis* no lugar de *universalis*. Como, até que me provem o contrário e mostrem-me que *unialis* faz parte do léxico latino, talvez do léxico latino medieval, prefiro ater-me à ideia de que o texto de Pico della Mirandola refere-se ao conteúdo universal da Lei. Além disso, traduzi *ambitum* por compasso, em conformidade com o significado original do termo latino, que é o particípio do verbo *ambio*, que significa andar em volta de, rodear.

²³ Texto original: *Sicut vera astrologia docet nos legere in libro dei, ita Cabala docet nos legere in libro legis.*

Se ele fala da verdadeira astrologia, então é porque existe uma falsa. A falsa é certamente a literal. A verdadeira astrologia é simbólica. Desse modo, por exemplo, as afirmações da astrologia quanto às posições relativas dos astros no cinturão zodiacal não devem ser interpretadas literalmente, mas simbolicamente, tendo em vista o princípio hermético da correspondência, segundo o qual a natureza visível é um espelho da natureza interior do Homem. De fato, o que ele chama de livro de Deus nada mais é que a Natureza, o maior símbolo divino. Se a verdadeira astrologia ensina-nos a ler o livro de Deus, então é porque a verdadeira astrologia ensina-nos a interpretar corretamente a Natureza, sendo que o advérbio *corretamente* significa que a interpretação astrológica correta é aquela consistente com a aspiração humana do autoconhecimento, da mesma forma que a Alquimia, a Cabala e, inclusive, a Maçonaria Simbólica. Esse *modus legendi* aplica-se também à Cabala, pois esta nos ensina a ler corretamente o livro da Lei, ou seja, a Cabala nos ensina a proceder a uma interpretação simbólica da Torá.

Segundo a Cabala, o texto da Torá tem leituras diversas conforme o mundo espiritual em que é lido. Tanto é assim, que uma das questões que os cabalistas da Idade Média levantaram era quanto à leitura da Torá no futuro. Em um mundo superior, a Torá revelaria verdades sobre a Criação que, em nosso mundo, estão ocultas entre as letras da Torá. Os cabalistas medievais afirmavam, simbolicamente, que as verdades da Criação estavam no branco do pergaminho sobre o qual eram impressas as figuras negras das consoantes da Torá, significando que a imersão do Homem na matéria obscureceria o entendimento dessas verdades ocultas. É claro que não podemos levar ao pé da letra essa questão. Se as consoantes simbolizam a matéria sem vida, então é evidente que as verdades reveladas pela Torá serão tanto maiores quanto maior for o grau de evolução espiritual, pois o que dá sentido ao texto escrito com letras negras é o sopro ou o espírito que, sendo feito à imagem e semelhança de Deus, refletiria o branco oculto sob as letras.

Com efeito, de acordo com Gershom Scholem (1989, p. 157), a forma extrema dessa concepção cabalística, com origens anteriores ao século XIII, afirma que a Torá, antes da Criação, foi escrita em fogo preto sobre fogo branco, sendo que o fogo branco conteria o texto verdadeiro da Torá, ao passo que o texto em fogo preto seria a lei oral mística.

Kaplan (1997, p. 238), ao comentar sua tradução do *Sepher Yetsirah* 6:1 diz que a Torá da qual se está falando não é a Torá escrita comumente conhecida, mas a “Torá primeva, que foi escrita com fogo preto sobre fogo branco, que os cabalistas associavam a Zeer Anpin ou Microprosopus, personificação das seis Sefirot, de Chessed a lessod. Zeer Anpin é simbolizado por um homem jovem branco de cabelos negros. Nesta imagem, cada letra da Torá é considerada como um cabelo da barba de Zeer Anpin, que são os canais através dos quais a Sabedoria de Deus emana de sua cabeça, analogamente ao óleo precioso que desce pela barba, pela barba de Aarão... Na Cabala, o fogo é o terceiro passo na iniciação da revelação. Na visão de Elias, os três passos foram vento, som e fogo (I Reis, 19:11-12). Nesse versículo, Deus fala em meio do fogo. Mas em Deuteronômio 5:20, Deus fala no meio das trevas. O Zohar afirma, entretanto, que este último fogo é o fogo da escuridão, “o desejo que surge da total anulação do pensamento. Isto é também associado ao fogo negro com o qual foi escrita a Torá primeva” [Kaplan (1997, p. 241)].

Dessa forma, com base na teologia hebraica da Cabala, o Pavimento Mosaico pode simbolizar que a imersão do Homem na matéria restringe a capacidade do espírito de apreender verdades maiores. Nesse ponto, a orla dentada possui uma interpretação correlata, o que não é o caso quando da interpretação meramente moral. Note que os triângulos brancos da orla dentada apontam para fora e os triângulos negros apontam para dentro. Isso simboliza que o espírito deve ter uma expansão que transcende a restrição imposta pela matéria. Essa interpretação vai além do caráter meramente moralista de vícios e virtudes ou de diversidade cultural e de

raças, e mostra-nos algo concernente ao papel do espírito frente à matéria.

Se nos restringirmos à Torá propriamente dita, não será demais afirmar que a Orla Dentada simboliza o fato de que o espírito, na leitura da Torá, deve transcender a matéria, ou seja, que o fogo branco, que contém a verdadeira Torá, requer uma interpretação bastante acima da lei oral, que é o fogo preto. A união de todas as sete cores é o branco; a ausência das sete cores é o preto. Se a Torá oral é representada pelo quadrado preto e sendo este a ausência de cores, então a Torá oral é a ausência de forma, ou seja, ela permite uma infinidade de formas potenciais, a saber, outras leituras, outras interpretações, conforme a natureza espiritual do leitor, justamente a ideia cabalista desenvolvida na Catalunha medieval, o centro cabalista por excelência. Esse fogo preto, ainda de acordo com o Zohar denota o requerimento da anulação do pensamento como forma de meditação mística para a compreensão da Torá ou da Lei Mosaica, a cópia discursiva, mediante o Logos, da Lei de Deus.

Os livros clássicos da Cabala, a saber, o *Sepher Yetzirah*, o *Sepher ha Bahir* e o *Zohar*, são enfáticos em afirmar que a Torá existia antes da Criação, o que significa que as Verdades da Criação precedem a Criação propriamente dita. Da mesma forma, citando novamente o que diz Laurence Dermott, no catecismo *Ahiman Rezon* (1764):

[A] Maçonaria tem existido desde a Criação (embora não sob esse nome); (...) que no templo de Salomão (e não antes), ela recebeu o nome de Franco-Maçonaria, pois os maçons em Jerusalém e Tiro eram então os maiores cabalistas no mundo; que o mistério tem sido, em sua maior parte, praticado no meio dos construtores desde o tempo de Salomão (...).” [*Ahiman Rezon*, p. XIII, 1764, 2ª edição].

Dessa forma, o Pavimento Mosaico simboliza que o Maçom deve estar ciente de que, além de qualquer compreensão que venha a ter sobre a Divindade, o espírito e o mundo, seja mediante a observação direta, seja mediante interpretação simbólica, sempre haverá uma Verdade oculta, porquanto o infinito do Universo ainda é um Nada em relação ao Infinito Absoluto do Criador. A Orla Dentada, com seus triângulos brancos apontando para fora, simboliza, para completar, que essa Verdade oculta é espiritual e transcende o quaternário do Piso, ou seja, transcende a Matéria.

Meir ben Gabai, na obra *Abhodat ha-Kodesh*, redatada em 1531, diz, a propósito da voz divina, que ela é a mediadora entre a Torá oral e a escrita:

Aquela grande voz é a porta e a passagem de qualquer outra voz, e este é o sentido do discurso sobre um “cercado da unidade” e a isto se refere o verso do Salmo “Esta é a porta de Deus”, segundo o qual a porta é a doutrina oral que leva a Deus, que é a Torá escrita vigiada pela Torá oral. Este é o motivo dos cercados e limitações que os doutores da Lei erigiram em torno da Torá. [Meir ben Gabai, *Abhodat ha-Kodesh*, Lemberg, 1857, parte I, caps. 21-22 e parte III, caps. 20-24, *apud* Scholem (2008, pp. 93-94)] (*grifo nosso*).

A Torá permite infinitas leituras, dela se tiram as permissões e as proibições. Entretanto, em nenhuma haveria erro, pois provêm da mesma voz fundamental. O que numa geração era proibição e permissão, noutra é permissão e proibição. A Torá apresenta um rosto para cada indivíduo. Esse caráter dinâmico da Torá e sua infinita polissemia apresenta uma estabilidade fundamentada na voz de Deus, o substrato primordial da Torá oral e da escrita. A Torá oral vigia a Torá

escrita. O fundamento desse equilíbrio que mantém os opostos numa coesão unitária é simbolizada, na Cabala, por uma cerca em torno da Torá, no sentido de que a própria voz de Deus, ou seja, Sua Vontade, mantém os opostos e a dualidade a que estamos sujeitos por natureza em um equilíbrio justo e perfeito. O mal se manifesta na justa medida em que proporciona o bem; o vício de um é a virtude de outro. A cerca em torno da Torá simboliza a justiça entre os opostos, a justiça inerente à Vida e ao Cosmo. A Orla Dentada assume, assim, um significado consistente com a estrutura dos Ornamentos.

O terceiro Ornamento é a Estrela Flamejante, que obviamente representa a Divindade. Mas não é só isso. Ela representa a Divindade em seu aspecto de Logos ou de Verbo Divino. O adjetivo *flamejante* denota os raios ondulados emanados pelo fogo da Estrela. A Estrela Flamejante é símbolo do Verbo, do Logos, do Pensamento Ativo [Boucher (2006, p. 72) e Chevalier & Gheerbrant (2006, p. 392)]. Com efeito, λόγος vem originariamente do verbo λέγω, que significa “eu falo”, tendo, por conseguinte, o sentido de *fala, linguagem*. A linguagem é a expressão do pensamento e desde de Pitágoras e Platão, λόγος corresponde àquela parte da alma caracterizada pela faculdade mental superior, pela inteligência conceitual e raciocinante, nesse caso denominada especificamente de νοῦς. O termo latino correspondente é *ratio*, que significa *razão*. A forma ondulada dos seus raios representa a ondulação do fogo, que é o símbolo da vibração do espírito. O Logos faz gerar o mundo ordenado e belo (cosmo) a partir da matéria-prima. É desse fogo emanado em Logos, em razão, em discurso racional, como o arbusto em chamas na presença de Moisés, que se escreveu a Torá com fogo preto sobre fogo branco, conforme a interpretação cabalista.

A força criadora concentrada no Nome de Deus, na visão dos cabalistas, constitui um absoluto que, descansando em si mesmo ou moven-

do-se em si mesmo (donde o símbolo ☉), “emite seus raios a tudo que busca forma e expressão em todos os mundos possíveis. A Torá é, pois, um entretecido dos nomes de Deus” [Scholem (2008), p. 89]. A imagem preferida dos cabalistas para ilustrar que a Torá está construída a partir desse nome é dizer que a Torá é tal qual um edifício que se constrói dando artísticas formas aos silhares²⁴, que são todos, afinal, de um só material originário.

Citando novamente um trecho de *Uma Defesa da Maçonaria*, reproduzido na edição de 1738 das Constituições de Anderson:

Os Cabalistas, uma outra Seita, lidavam com Cerimônias misteriosas e ocultas. Os judeus tinham uma grande consideração por essa Ciência e pensavam ter feito descobertas incomuns por seu intermédio. Eles dividiam seu Conhecimento em Especulativo e Operativo. David e Salomão, eles dizem, eram singularmente habilidosos [em Cabala]; e ninguém, num primeiro momento, ousava pô-la por escrito: Mas a Perfeição de sua habilidade consistia no que o Detrator [i.e., Prichard] chama de seu enletramento²⁵ ou a ordenação das Letras de uma Palavra de uma maneira particular. [A *Defense of Masonry* (1730), *apud Anderson's Constitutions* (1738, p. 221)] (*grifo nosso*).

A ordenação de uma Palavra de uma maneira particular, habilidade cabalística de David e Salomão, nada mais quer dizer que o grande Nome de Deus. Na opinião do cabalista Josef Gicattilla (discípulo do famoso cabalista Abraão Abulafia e autor de *Guinat Egoz* em 1274), a Torá nada

²⁴ Silhares são pedras lavradas e quadrangulares que se assentam sobre paredes e pisos.

²⁵ Traduzi lettering por enletramento, um neologismo que creio transmitir a ideia do autor.

mais é que o grande Nome de Deus. Essa concepção era bem conhecida dos cabalistas renascentistas e, por conseguinte, muito provavelmente pelos primeiros maçons especulativos. Vale a pena, aqui, citar o que diz Gershom Scholem sobre essa concepção:

Nela [o branco do pergaminho] está o tecido vivo fabricado com o Tetragrama, em uma sutil e infinita malha de permutações e combinações de suas consoantes [o fogo preto], que, por sua vez, se tece uma e outra vez *ad infinitum* em ulteriores processos de combinações, até que finalmente nos chega na forma das frases hebreias da Torá. Isso significa que as palavras que lemos na Torá escrita, as que constituem a "palavra de Deus" perceptível e contém uma comunicação compreensível, são, na realidade, mediações nas quais se representa a palavra absoluta, para nós incompreensível. (SCHOLEM, 2008, p. 89)

A interpretação alegórica baseada na dualidade também encontra eco na interpretação cabalista. Ao final do século XVIII, o mestre hassídico Rabi Moisés Hayim Efraim disse que "a Torá é [constituída] de 248 mandamentos do que deve ser feito e 365 interdições" [*apud* Idel (2000), p. 357]. É evidente que esses números são simbólicos. Por exemplo, o número 365 refere-se

aos dias do ano hebreu, que é lunar e tem 355 dias, mais 10, que talvez se refiram às 10 Sefirot da Árvore da Vida, que simbolizam as formas da manifestação divina e de sua emanção. Isto possui um caráter cíclico físico e espiritual, no sentido de que sempre haverá restrições sobre o que pode ser feito. Juntos, 365 e 248 somam os 613 preceitos da Lei.²⁶

Idel (2000), citando o cabalista José de Hamadan, diz que:

Tudo na Torá deve ser interpretado de acordo com setenta aspectos de impureza e de pureza, como está escrito: "Deus fez tanto este como aquele". [José de Hamadan, MS Paris, BN 841, fol. 267b, *apud* Idel (2000, p. 337)].

Os setenta aspectos de impureza referem-se aos infinitos aspectos do Mal ou dos vícios e os setenta aspectos de pureza aos infinitos aspectos divinos do Bem ou das virtudes. Conforme a citação, essa doutrina é fundamentada em Eclesiastes 7:14, na versão da Septuaginta grega:

No dia do benefício, vive no Bem; e no dia do malefício, contempla! Também, pelo menos, Deus fez similarmente isto em harmonia com aquilo, de acordo com o que se comenta, para que o homem não descubra nada depois dele.²⁷ [Ecl 7:14, Septuaginta].

²⁶ Note que tanto 365 como 248 reduzem-se ao 5. De fato, $248 \rightsquigarrow \{2+4+8=14\} \rightsquigarrow \{1+4=5\}$ e, similarmente, $365 \rightsquigarrow \{3+6+5=14\} \rightsquigarrow \{1+4=5\}$. Além disso, $613 \rightsquigarrow \{6+1+3=10\} \rightsquigarrow \{1+0=1\}$. Assim, ainda que os números de mandamentos e interdições difiram, ambos são expressos pelo mesmo número, 5, símbolo do homem completo. Juntos, perfazem uma unidade em equilíbrio, conforme expresso pelo número 1 ao qual se reduziu o 613.

²⁷ Texto original: ἐν ἡμέρᾳ ἀγαθῶν ζῆθι ἐν ἀγαθῷ καὶ ἐν ἡμέρᾳ κακίας ἰδέ· καὶ γε σὺν τοῦτο σύμφωνον τούτῳ ἐποίησεν ὁ θεὸς περὶ λαλιᾶς, ἵνα μὴ εὖρη ὁ ἄνθρωπος ὀπίσω αὐτοῦ μηδέν. O termo λαλιᾶς na expressão περὶ λαλιᾶς (com preposição de genitivo), é o genitivo de λαλιά, -ᾶς, que significa conversação, loquacidade, dialeto, mas também rumor. Traduzi, então, περὶ λαλιᾶς por de acordo com o que se comenta, que julgo transmitir a ideia do texto. Na versão da Vulgata latina, o trecho corresponde a Eclesiastes 7:14-15, que aqui reproduzo: 14 *considera opera Dei quod nemo possit corrigere quem ille despexerit* 15 *in die bona frui bonis et malam diem praecave sicut enim hanc sic et illam fecit Deus ut non inveniat homo contra eum iustas querimonias.*

Segundo Idel (2000, p. 338, rodapé 126), esse versículo é *locus probans* para a doutrina cabalística de que Bem e Mal sejam partes integrantes da Criação. É essa perspectiva que culminou na interpretação alegórica do Pavimento Mosaico como o enxadrezado de Bem e de Mal, de dia e noite, de vícios e virtudes, dualidade cósmica inescapável para a criatura. Ainda neste caso, essa concepção é proveniente da interpretação do Pavimento Mosaico como símbolo da Torá, pois essa dualidade é inerente à conjunção da Torá escrita com a Torá oral.

Conclusão

Associei o Pavimento Mosaico à Lei Mosaica, ou seja, à Torá. Essa interpretação fornece uma justificativa objetiva para a inclusão do adjetivo *mosaico*.

O quadriculado alvinegro é símbolo da ideia cabalista de que a Torá foi escrita com fogo preto sobre fogo branco, ou seja, a Torá oral ou midráshica sobre a Torá escrita. Essa dualidade, representando a Lei Mosaica, aponta para aquilo que constitui propriamente a Lei: o que pode ser feito e o que não pode ser feito, ou seja, as 613 prescrições da Lei. Na tradição cabalista medieval, essa dualidade alvinegra caracterizava o espírito dinâmico da hermenêutica da Torá. Como as vogais são sopradas pelo leitor, o texto da Torá ganha a vida que o leitor lhe der mediante o seu sopro, uma nítida alusão à Criação divina, que deu vida ao barro através do sopro.

Há um caráter de extrema tolerância nessa visão cabalista, pois ao contrário do que comumente se pensa, a leitura da Escritura é mutável, havendo, na verdade, infinitas possibilidades, uma indeterminada polissemia. A meditação seria uma forma de elevar a compreensão da Lei, o que é simbolizado, ainda segundo a Cabala, pelo fogo preto, ou seja, a anulação do pensamento racional, discursivo e finito, em favor do conhecimento intuitivo, num primeiro estágio, e místico, num estágio mais profundo, a tão buscada *unio mystica*.

A Orla Dentada, com seus triângulos bran-

cos apontando para fora e negros para dentro simbolizam que a Torá escrita possui uma interpretação que a transcende e que a Torá oral requer um mergulho místico para dentro do próprio ser. Além disso, o fato de que a Orla Dentada circunda o quadriculado alvinegro significa que a dualidade inerente à vida se manifesta segundo uma Justiça maior, que limita a disposição de Bem e de Mal. Uma concepção importante da Cabala é que a cerca que limita a Torá escrita e a Torá oral é mutável, dinâmica. Indo às últimas consequências lógicas desse pressuposto, toda a análise que fizemos é aplicável a qualquer ente, seja indivíduo, natureza ou universo.

A Estrela Flamejante é o Logos divino, a voz primordial que constitui o substrato da Torá escrita e da Torá oral, ou seja, a Lei Mosaica e as interpretações que dela fazemos.

Pelo Logos divino (Estrela Flamejante), fomos dada a Lei Mosaica (Pavimento Mosaico) e nos foi permitido interpretá-la conforme nossa capacidade e entendimento, mas nos foi exigido cumpri-la (o caminhar do Sumo Sacerdote sobre o Pavimento Mosaico). Pela Lei Mosaica, sabemos que o Homem está sujeito à dualidade, à dor e à alegria, ao Bem e ao Mal, mas essa dualidade é limitada por uma Justiça Maior (Orla Dentada), que mantém o equilíbrio dos opostos.

A Estrela Flamejante é o Logos divino, é a manifestação racional divina na ordem natural do Cosmo. Seus raios ondulados simbolizam que a razão divina sustenta a ordem cósmica, assim como a razão sustenta o discurso inteligível.

Ao voltar seus olhos, pela primeira vez inquietos e admirados, para a natureza do mundo e do cosmo infinito, o homem percebeu a dualidade básica do dia e da noite, do frio e do calor, da vida e da morte. Deus conta, pelo caráter cíclico e restaurador dos opostos, de que à dualidade subjaz uma justiça ordenadora, que delimita, que cerca, que harmoniza os pólos duais. À dualidade do calor e do frio subjaz a justiça manifestada pelo caráter cíclico das estações. Os seres nascem e morrem, tudo na Natureza vem e vai, porém a Natureza sempre se repete a si mes-

ma e continua sendo: Natureza.

O cosmo é o grande discurso racional do Criador. Mas ao discurso divino basta a enunciação do próprio nome de Deus, que é ao mesmo tempo o Verbo. A Natureza é o livro de Deus, no qual Deus se manifesta como Verbo. O Tetragrama, o nome de Deus, é também o Verbo primordial: "Eu sou aquele que sou, que foi e será".

A narração bíblica do recebimento da Torá por Moisés no topo do Monte simboliza que o homem tem que se elevar rumo à Divindade para entender que o universo moral, o universo interior do homem, é análogo à Natureza. A esse universo moral subjaz a dualidade natural decorrente do Logos que há em cada homem. Mas saiba ele que o universo moral é delimitado, cercado, harmonizado por uma Justiça maior, cuja função é equilibrar os opostos, é permitir o sofrimento na justa medida de sua contribuição para a felicidade, é ceder à necessidade do Mal para conceder necessidade ao Bem. A Torá (ou Livro da Lei) é o símbolo da revelação do universo moral do homem, universo sustentado pelo Logos, pelo Pensamento humano, e regido pela Justiça.

A fonte sustentadora é a Estrela Flamejante. O universo moral representado pela Torá (não o texto como o conhecemos, mas a Lei moral que ele simboliza) é o Pavimento Mosaico. A Justiça que rege a dualidade é a Orla Dentada. Tanto para o universo exterior como para o universo interior, a estrutura simbólica dos Ornamentos apresenta uma fabulosa coesão. Embora os Ornamentos tenham sido desenhados para representar essa estrutura coesa do universo moral humano, eles são um exemplo patente de como os cabalistas adotaram profundamente o Princípio hermético da Correspondência, ideia tão bem sintetizada na Tese 11:72 de Pico della Mirandola.

A literatura cabalista medieval, principalmente a que se desenvolveu na Catalunha e na Provença medievais, valeu-se de imagens bastante semelhantes aos Ornamentos da Loja de Aprendiz, uma semelhança forte demais para ser apenas casual. O que me parece bastante plausí-

vel é que os inventores da Maçonaria especulativa no século XVII e primeira metade do século XVIII, herdeiros e cientes que eram dessa literatura, introduziram esses símbolos tendo a Cabala em mente, embora talvez tivessem por objetivo algo menos místico e teosófico, porém não menos importante para o equilíbrio social: a educação e o burilamento moral dos membros da Ordem.

Bibliografia

- ANDERSON, J. *The New Book of the Constitutions of the Antient and Honourable Fraternity of Free and Accepted Masons*. Printed for Brothers Caesar ward and Richard Chandler, York. *Reprint* do original por Kessinger Publishing, 1738.
- BEDA VENERABILIS (c. 729-731): *De Templo Salomonis*. Venerabilis Bedae Opera quae Supersunt Omnia, volume VIII, pp. 262-359, London, 1844.
- BOUCHER, J. *A Simbólica Maçônica*. São Paulo: Editora Pensamento, 2006.
- CASTELLANI, J. *O Rito Escocês Antigo e Aceito: História – Doutrina – Prática*. Londrina: Editora A Trolha, 2006.
- COSTA, W. *Maçonaria: uma Escola de Mistérios*. São Paulo: Madras, 2006.
- FARMER, S. Syncretism in the West: Pico's 900 Theses (1486). *Medieval and Renaissance Texts and Studies*, Vol. 167, Tempe, Arizona, 1998.
- FIGUEIREDO, J. *Dicionário de Maçonaria*. 14ª edição. São Paulo: Editora Pensamento, 2006.
- HOLY BIBLE. King James Version, Master Mason edition. Kansas: Heirloom Bible Publishers, Wichita, 1991.
- HORNE, A. *King Solomon's Temple in the Masonic Tradition*. Northamptonshire: The Aquarian Press, 1972.
- IDEL, M. *Cabala: Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
- JOSEPHUS, Flavius (sec. I d.C): ἱστοριῶν τῆς ἰουδαϊκῆς ἀρχαιολογίας (*Antiquitates Judaicae*). Texto grego disponível no sítio eletrônico *Documenta Catholica Omnia* (www.documentacatholicaomnia.eu). Acesso em: 13/03/2012.
- KAPLAN, A. *Sefer Yetzirah: The Book of Creation in Theory and Practice*. revised edition. San Francisco:

Weiser Books, 1997.

LOBINGIER, C. *Ancient and Accepted Scottish Rite of Freemasonry*. Reprint por Kessinger Publishing, 1931.

LORENZ, F. *Cabala: a Tradição Esotérica do Ocidente*. 16ª edição. São Paulo: Editora Pensamento, 2007.

MACKEY, A. G. *An Encyclopedia of Freemasonry and its Kindred Sciences*. New York and London: Published by the Masonic History Company, 1916.

MacNULTY, W. K. "Kabbalah and freemasonry". *Heredom (The Transactions of the Scottish Rite Research Society)*, 7: 1998, p.133-205.

PAPUS. *A Cabala: Tradição Secreta do Ocidente*. 2ª edição. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix, 2007.

SCHOLEM, G. *Cabala*. Coleção Judaica. Rio de Janeiro: A. koogan Editor, 1989.

SCHOLEM, G. *As Grandes Correntes da Mística Judaica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.

SCHOLEM, G. *Conceptos Básicos del Judaísmo*. 3ª edição. Madri: Editorial Trotta, 2008.

SEPTUAGINTA ou Vetus Testamentum Graece iuxta LXX interpretes. Deutsche Bibelgesellschaft, Stuttgart: editada por Alfred Ralphps, 2006.

SHAVER, W. *Shaver's Masonic Monitor*. 10a. edição. Topeka, Kansas: William Shaver Compiler and Editor, 1907.

TORÁ. Edição bilíngue hebraico-português revisada e ampliada da obra *A Lei de Moisés e as Haftarót*. Tradução e comentários de Meir Matzliah Melamed. Editora e Livraria Sêfer, Rio de Janeiro, RJ, 2001.

VULGATA ou Bíblia Sacra Vulgata. Deutsche Bibelgesellschaft, Stuttgart: Editada por Robert Weber, 2007.

WEBB, T. S. *Freemason's Monitor or Illustrations of Masonry*. Salem, MA: Cushin & Appleton, 1816.

WILMSHURST, W. *The Meaning of Masonry*. Reprint da 5ª edição. Rider, London: Crown Publishers, 1980.

Resenha da Publicação:

REDMAN, Graham F. **Rito de York Atualizado: Trabalho de Emulação e Aperfeiçoamento.**
São Paulo: Editora Madras, 2011. 157 Páginas.

Antônio Jaimar Gomes ¹

Introdução

A editora Madras tem feito um esforço muito benéfico à Maçonaria Brasileira no sentido de trazer obras originais de autores renomados e bem respaldados da Inglaterra e outros centros Maçônicos respeitados, contribuindo para trazer ao Maçom dedicado ao estudo, fontes originais e de uma Maçonaria mais antiga e próxima de sua origem.

O livro *O Rito de York Atualizado* de Graham Redman é um exemplo bem claro disto. Ao longo dos anos temos visto debates e mais debates e insistentes tratados sobre o Inominado Rito Inglês praticado no Brasil (Emulação ou York?) e poucos tinham acesso a algo além dos Rituais editados pelas três Obediências Regulares no Brasil, em especial pelo Grande Oriente do Brasil. Mas Redman é membro Sênior da Comissão de Preceptores da famosa *Emulation Lodge of Improvement*, responsável desde 1823 por ensinar e padronizar o ritual aprovado pela Grande Loja Unida da Inglaterra de 1816, além de integrante da Grande Secretaria da GLUI e uma fonte das mais seguras para o estudo do mais praticado ritual inglês.

A obra é claramente definida pelo autor

como um manual para ser usado junto ao ritual para auxiliar os Irmãos que veem diferenças e adaptações desnecessárias, ora por excesso de zelo ou ora falta dele. O escopo do livro é basicamente oferecer, não um roteiro exaustivo, mas apontar divergências, dirimir dúvidas e ainda fornecer um modelo bem explicado do que é o trabalho ritualístico da *Emulation Work*. E não somente do trabalho Ritualístico como também dos aspectos históricos e dos usos e costumes dos Irmãos Ingleses que frequentam a célebre Oficina.

O que é digno de nota, é que já no início, há um prefácio do revisor técnico visando explicar a escolha do título adaptado da obra em detrimento da tradução exata do título original *Emulation Working Today* (Trabalho de Emulação Atualizado) ou uma adaptação mais sutil (Trabalho de Emulação nos dias de Hoje). Cezar Alberto Mingardi alega que nenhum título traduziria melhor o Rito que está sendo tratado na obra, embora esteja amplamente difundido, até mesmo nos Rituais do GOB, que o termo York é incorreto e que todos os praticantes sabem disto, como se ainda não bastasse a já mencionada abundância de trabalhos no sentido de esclarecer está confusão. Há, na verdade, um esforço por

¹ Antônio Jaimar Gomes é Professor Universitário Especialista em Ensino de Língua Inglesa e Literatura Inglesa e Norte-Americana. É Iniciado na Loja "Dr. Antônio Gentil Fernandes" Nº 4 – GLERN e Mestre Maçom da Loja "Bento Gonçalves" Nº 11 – GLOMERR; Maçom do Real Arco do Capítulo "Luz Sobre Trevas" Nº 8 - Supremo Grande Capítulo de Maçons do Real Arco do Brasil; e Mestre Escolhido do Conselho Amazonas do Grande Conselho de Maçons Crípticos do Brasil; Sênior DeMolay, Chevalier, Presidente da Comissão de Ritual e Liturgia do SCODRFB (2011-2013 e 2013-2015).

perpetuar o erro, mesmo diante de tantas provas cabais do equívoco como, por exemplo, o termo York não ser citado no decorrer do trabalho do Irmão Redman,

Começando com um relato histórico sobre o Trabalho de Emulação no primeiro e uma explanação sobre seus objetivos no segundo, o livro segue com mais 25 pequenos capítulos onde há a descrição do trabalho de cada cargo, informações para melhorar o desempenho das funções dividindo-se em três partes, sendo uma introdutória, outra relativa aos deveres dos Oficiais Regulares e outra aos Oficiais assistentes, depois encerra com dois índices sobre pronúncia ou formas de realizar o trabalho de cor.

Parte I: Emulation Lodge of Improvement

No primeiro Capítulo, o autor traz um relato bem sucinto, contudo claro e eficaz sobre como surgiu a Loja Emulação de Aperfeiçoamento no ano de 1823 sem entrar em detalhes das rusgas pré-1813. Seus fundadores são originários da Loja de Instrução Stability, bem como da Burlington e Perseverance, adicionando à sua prática de Ritual, as demonstrações feitas nestas e também em outras conhecidas Lojas tais como a Grand Stewards, tendo por base o Ritual já praticado por esta e pela Loja Reconciliation, a mais famosa destas.

Este primeiro relato é breve, visto que a História não é o objetivo do livro, mas clarifica aos menos afeiçoados a este modo Inglês de praticar ritualística. Ainda assim, suas palavras nos levam a entender que a Emulation Lodge é fruto da união de vários Irmãos para praticar em forma de estudo o ritual aprovado pela GLUI recebendo de cada Loja usos e costumes para ensino e preleção.

O encerramento deste Capítulo se dá com um panorama do Trabalho de Emulação nos dias de hoje. Podemos ver a compunção do autor em relatar que apesar dos trabalhos ainda acontecerem regularmente com afinco e precisão, o número de Irmãos tem diminuído e o que foi vaticinado pelo Ilustre Irmão Colin Dyer, de que o de-

créscimo dos membros seria passageiro, prova-se incorreto. As causas para tal quadro, segundo Redman, são [...] *pressões sociais entre outras que, nos últimos anos, atrapalharam a frequência regular semanal e não há sinal no presente de diminuição dessas pressões.* (p. 29)

O objetivo deste livro

Neste Capítulo, o objetivo do livro é esmiuçado bem como a metodologia usada e os assuntos abordados. O autor ainda expressa sua tentativa em ser o mais descritivo quanto possível, embora não se escuse de pontuar suas opiniões quando julga necessário.

Uma constatação é feita por Redman:

A maior quantidade de detalhes mostrados na rubrica do ritual encorajou [...] os Irmãos a acreditar não haver mais necessidade de frequentar uma Loja de Instrução para aprender o método de trabalho correto. Enquanto é possível [...] aprender as palavras do ritual com um livro as ações são outra história. Para elas não há substituição para o tipo de experiência obtida na Loja. (p. 27)

Com isto, embora considere que os rituais cada vez mais detalhados sejam por demais autoexplicativos, ainda é indispensável frequência assídua à Loja para um trabalho mais apurado.

Parte II: Considerações gerais

Os pontos levantados neste Capítulo são essenciais para a compreensão do livro e para o desenrolar de todo o restante, evitando repetições desnecessárias ao explicar previamente os deveres comuns dos Oficiais e o comportamento daqueles que não estão assumindo cargos.

Uma contribuição que merece destaque é a distinção entre ritual e procedimento. O pri-

meio diz respeito às [...] *formas das palavras e as ações associadas usadas nas várias cerimônias demonstradas no Ritual de Emulação publicado* [...] (p. 31). Enquanto isso, os procedimentos são as partes que não necessariamente estão escritas no ritual comum, mas que [...] *por sua natureza precisam ser conduzidos com certa formalidade.* (p. 31)

Há outra distinção entre cerimonial e ritual. Neste caso palavras estão para ritual como ação está para cerimonial. Ou, [...] pode ser utilizada em contraste a procedimento, abrangendo o conjunto completo de palavras e ações [...] (p.31). Cerimonial ainda se aplica às cerimônias conduzidas pela Grande Loja Unida, pelas Metropolitanas, Provinciais ou Distritais.

O assunto do capítulo passa a ser a prática do ritual e alguns pontos de divergência e precisismo como a exagerada pompa para se fazer o sinal, a má interpretação de sinais como o de Reverência e Fidelidade que se confundem pela simples posição do polegar. O mesmo se aplica para outras dúvidas que atingem Lojas que vão além mesmo do Trabalho de Emulação, como é o caso do juramento de fidelidade ao final dos trabalhos. Segundo Redman, não se trata de sinal algum, mas da repetição de um gesto com a mão direita, visto que [...] *a Loja está neste momento fechada e, por isso, qualquer sinal é inapropriado.* (p. 32) Este ensinamento deveria ser aplicável a outros Ritos usados em potências brasileiras, onde sinais são dados depois que a Loja está fechada.

Em uma dessas partes ressaltamos a habilidade do tradutor e sua honestidade em manter as formas das palavras que servem de opção aos leitores anglófonos. Ao invés de traduzir tudo e deixar o leitor na dúvida sobre como palavras distintas como enquanto e durante podem ser deslize de pronúncia, manteve o original e após sua tradução em colchetes, deixando bem claro quando lemos *while* e *whilst*, por exemplo.

O encerramento das considerações gerais se dá com um belo ensinamento: *Ficamos todos propensos a presumir que a forma como agimos*

em nossa Loja seja a única, ou a melhor forma. No entanto, apenas porque uma Loja faz algo diferente, não devemos nos precipitar em julgá-la errada. (p. 35)

Abre-se então a descrição dos deveres ritualísticos e cerimoniais de cada cargo com seus procedimentos e até mesmo normas de etiqueta Maçônica que são assunto de outra obra do mesmo autor, mas são levemente mencionadas na obra.

Quem abre a lista dos Oficiais é o Cobridor cujo padrão em algumas Lojas é que seja um funcionário remunerado e o faça, por vezes, em mais de uma Oficina. Já o Guarda Interno, que vem em seguida é o primeiro cargo eletivo de um Irmão que visa chegar um dia ao posto mais elevado de uma Loja.

Os Diáconos ocupam três Capítulos do livro: um para instruções comuns aos dois cargos e um separado para cada. Isto se justifica tanto pela eliminação de repetições quanto pela importância deles no trabalho ritualístico que não é pouca. Eles podem tanto transformar uma cerimônia na mais bela experiência ou arruinar a primeira impressão de um iniciático. Tudo depende de seu afinco no estudo e execução dos rituais.

No Capítulo seguinte, o conteúdo refere-se aos poucos deveres do Secretário nas matérias ritual e procedimentos. Aliás, seguindo a linha do autor, há muito mais do segundo que do primeiro. Ele tem deveres Cerimoniais limitados à leitura de dos deveres do Venerável Mestre na Instalação, o restante diz respeito aos procedimentos regulares e à administração.

A menção ao Tesoureiro é puramente uma forma de privilegiá-lo. Não há funções cerimoniais ou procedimentais. Até mesmo a parte administrativa, nos costumes ingleses eram desempenhados pelo Secretário até bem pouco tempo.

Na Emulation Lodge, os vigilantes não têm muitas funções, sequer são eleitos. Os cargos eletivos são os de Venerável Mestre, Tesoureiro e Guarda Interno, sendo todos os demais nomeados. O motivo para isto, segundo Redman é [...] *aprender o trabalho do Venerável Mestre.*

(p.73)

Ritualisticamente, suas funções são de ajudar a abrir e fechar a Loja, bem como ajudar no terceiro grau na forma usual. Eles ainda são responsáveis pelo encerramento naquele Grau, apresentando os sinais substitutos do Mestre, que mostram sua ligação com o Santo Arco Real, complemento daquela parte da cerimônia.

No que se refere ao Mestre Eleito, o capítulo é um manual para a Instalação. Poderia fazer parte do Capítulo do 1º Vigilante ou do Venerável Mestre, mas Redman achou por bem fazê-lo em separado, evitando mais uma subdivisão do Capítulo. O autor explica com detalhes os procedimentos para a Instalação, quando podemos notar a simplicidade e praticidade dos rituais ingleses. Quando um Mestre Instalado é reconduzido ou assume algum outro posto, subentende-se que ele conhece sua função e as partes descritivas são omitidas ou abreviadas como forma de dar fluidez e celeridade à Cerimônia. Contudo, esta praticidade não acontece no Trabalho de Emulação, que tem por princípio exemplificar o trabalho por completo.

O Capítulo mostra-se bem útil para que o Mestre Eleito não fique perdido e a Cerimônia não seja prejudicada por dúvidas de última hora ou com a troca das fórmulas na instalação dos Oficiais, pois os Vigilantes são seus, enquanto o Secretário e o Tesoureiro são da Loja e assim por diante.

O Venerável Mestre recebe do autor uma atenção bem maior, condizente com a importância e responsabilidade da função. Assim, Redman aconselha que o Venerável Mestre atenha-se bem às suas funções ritualísticas antes de chegar ao cargo porque uma vez nele, seu tempo se voltará muito mais para seus afazeres administrativos.

Como não é o escopo do livro tratar da administração, o Capítulo ficou dividido em cinco partes, sendo que a primeira faz uma introdução às funções e à responsabilidade do Venerável Mestre e as demais partes trazem processos mnemônicos e o comportamento do Oficial nas

Cerimônias, abertura e encerramento dos trabalhos e nos banquetes.

O que se refere ao banquete é muito mais um manual de etiqueta do que de procedimentos em si, onde lemos a marcação do momento de liberar os Irmãos para fumarem ressalvadas as normas de saúde e segurança, algo impensável no Brasil seja qual for o Rito, Ritual ou Obediência.

A seguir o autor faz uma descrição tão detalhada quanto possível dos trabalhos de Instalação do Venerável Mestre apontando as diferenças se o Mestre Eleito é um Mestre Instalado ou não e as variações advindas disto. Este detalhamento torna o Capítulo bem mais extenso, mas se for usado juntamente com o Cerimonial de Instalação para uma leitura prévia, certamente garantirá uma boa performance.

Notamos que na Emulation Lodge, o costume é que o Past Master Imediato faça a Instalação de seu sucessor, com a cessão deste dever e privilégio a outra pessoa sendo uma exceção ou deferência a alguma autoridade ou feita por ausência do Past Master Imediato. O costume é tão antigo quanto possível e infelizmente não tem servido de exemplo a alguns Irmãos no Brasil.

O Past Master Imediato

O início do Capítulo já traz advertências pertinentes a todo bom Past Master Imediato. O fim dos deveres de Venerável Mestre não querem dizer o fim de todo trabalho ou o momento de sair de cena. Este momento exige um delicado trabalho,

Se cabe ao Venerável trabalho difícil ao administrar a Loja e conduzir, ou pelo menos presidir suas cerimônias, o Past Master Imediato tem um ainda mais exigente, pois precisa zelar pelo seu sucessor, aconselhá-lo, orientá-lo e até, se possível, prever todos os seus erros durante a sessão. (p. 115)

Redman dedica um Capítulo para transmitir os usos e costumes e como funcionam as sessões à cada sexta-feira com o intuito de ajudar àqueles que aspiram fazer parte daquela Oficina, ganhar o prêmio da Caixa de Fósforos de Prata, concedido aos que realizam as Cerimônias de cor, ou apenas conhecer basicamente como a sessão acontece.

O encerramento da segunda parte é um conjunto de dicas e processos mnemônicos para as preleções, que são as instruções formais repassadas aos membros da Loja. As preleções são em número de três, sendo uma para cada Grau e dividem-se em sete seções para o primeiro, 5 para a segunda e três para o terceiro. Elas seguem o estilo perguntas e respostas descrevendo o cerimonial do Grau e algo mais como simbolismo e os ensinamentos atinentes ao grau.

Parte III: Capítulos Adicionais

Esta parte traz oito capítulos versando sobre os cargos adicionais, a saber, o Capelão, o Diretor de Cerimônias, o Esmoler, o Mestre de Caridade, o Assistente do Diretor de Cerimônias, o Organista, o Assistente do Secretário e o Mestre de Banquetes.

Estes cargos são adicionais pois não são essenciais ao trabalho regular e outros Oficiais podem fazer suas partes, porém, ganharam Capítulos a parte porque têm sua importância na ajuda aos Oficiais regulares e podem facilitar os trabalhos.

Alguns têm características bem peculiares como o Capelão que deve ser privativamente um clérigo e na falta de um, o próprio Venerável Mestre desempenhará suas funções.

Já o Diretor de Cerimônias tem tantos deveres que seu Capítulo dividiu-se em três partes relativas a cerimônias e aos banquetes e tem um assistente que o ajudar nestas funções. Seus deveres podem ser exercidos pelo Past Master Imediato, pois se referem à orientação sobre os procedimentos e rituais, bem como às escoltas.

O Organista é sempre alguém que sabe fazer uso do piano ou do teclado, fato que não é tão comum quanto necessário. Assim, até mesmo pessoas de fora da Loja podem exercer esta função. cremos que por isto ele não seja instalado juntamente com os demais e apenas receba o colar das mãos do Venerável. Seu maior atributo deve ser a descrição e o bom gosto na escolha do que tocar (ou não tocar) nos momentos devidos.

Os Mestres de Banquetes tem como função servir as bebidas e a comida nas refeições o que não se encaixa no assunto do livro. O mesmo se aplica ao Assistente do Secretário, ao Mestre de Caridade e ao Esmoler. Estes dois últimos, responsáveis pelo bem estar dos membros e dependentes são de escolha obrigatória bem recentes.

Os dois apêndices relativos à pronúncia e aos processos mnemônicos e dicas de estudos encerram o livro. O último destes traz seis dicas de como memorizar o ritual e aconselha enfaticamente que mais importante que apenas recitar suas partes é importante compreendê-la.

Comentário Final

A obra em questão mostra-se um material importante para ser empregado juntamente com o Ritual e sua riqueza de detalhes certamente podem ajudar qualquer Maçom a se tornar um ritualista proficiente nos costumes ingleses referentes Emulação. Se, no entanto, levarmos em conta que outros trabalhos têm sido feitos neste sentido e até são mais usados no Brasil, o outro aspecto do livro assume importância igual ou maior. Ele é escrito por alguém que não somente tem mais de trinta anos de prática regular, como os ensina diretamente da fonte. cremos que isto seja o suficiente para que suas informações gozem de maior respeitabilidade e aceitação.

É notável ainda que apesar destas contribuições trazidas por este livro, sua flagrante destinação aos Maçons do Grande Oriente do Brasil, constitui-se um desleixo ao desconsiderar as Lojas das demais obediências que praticam o Ritual, além da insistência em denominar um Ritual

como Rito e ainda atribuir-lhe o nome York sem que haja aparente motivo para isto, além da vontade de alguns. Tais considerações não são suficientes para torna-lo menos recomendável à leitura, o que propõe-se que seja feito juntamente com o ritual em mãos para um melhor compreensão. A simples leitura de qualquer resenha será insuficiente para traduzir a riqueza do material, visto que esta reside nos detalhes que seriam impraticáveis e indevidos de se reproduzir em uma resenha.

Sobre a Revista

Foco e Escopo

A Revista "Ciência & Maçonaria" é a primeira revista acadêmica no Brasil dedicada a contribuições acadêmicas em um campo de pesquisa cada vez mais estudado: a Maçonaria. Seu formato é exclusivamente eletrônico e com publicações semestrais. Sua finalidade é publicar produção multidisciplinar relacionada à Maçonaria de especialistas, professores e alunos de diversas universidades. O objetivo é disponibilizar conhecimento sobre Maçonaria e democratizar a produção acadêmica sobre esse objeto de pesquisa: a Maçonaria.

A Revista "Ciência & Maçonaria" destina-se à publicação de textos inéditos na modalidade de artigos, ensaios e resenhas. Trata-se de um espaço aberto para professores, pesquisadores e estudantes que desejam publicar suas análises, reflexões e resultados de pesquisas realizadas. A revista também está aberta ao público maçônico em geral para suas contribuições. Considera-se ainda, como principal requisito para publicação na Revista "Ciência & Maçonaria", que a produção apresente conteúdo analítico-interpretativo, de maneira coerente com rigor científico na área de estudo das ciências humanas e sociais.

Os artigos podem ser das seguintes CATEGORIAS: teórico, empírico, ensaio ou resenha bibliográfica:

Artigo Teórico

O artigo teórico deverá basear-se em questões maçônicas ligadas a uma das ciências humanas e sociais e apresentar uma reflexão/interpretação crítica dos fenômenos observados, sustentado por referências bibliográficas relevantes.

Artigo Empírico

O artigo empírico deverá fundamentar-se em procedimentos metodológicos relevantes, na tentativa do desenvolvimento de análises e interpretações que produzam avanço ou conhecimento na área.

Ensaio

O ensaio trata-se de uma forma livre de análise e interpretação de fenômenos relacionados à Maçonaria, apresentando novas perspectivas e enfoques sobre temas relevantes; contribuindo assim para o avanço da produção científica.

Resenha

A resenha consiste em análise crítica de livros, teses, dissertações e monografias, publicadas no Brasil e no exterior sobre Maçonaria.

Processo de Avaliação pelos Pares

O processo de avaliação da Revista Ciência & Maçonaria consiste nas seguintes etapas: O artigo original será analisado pelo editor responsável da revista, de modo a se analisar se cumpre com os requisitos temáticos e metodológicos e definir a área de avaliação o qual será direcionado. Com a etapa de definição, o artigo será enviado a dois avaliadores externos, preservando o anonimato dos autores e entre os avaliadores (peer blind review), que por sua vez, procederão de acordo com os critérios:

1. Publicar sem alterações;
2. Publicar com pequenas alterações, efetuadas pelos avaliadores;
3. Retornar ao autor com orientações de correções a serem efetuadas, podendo ser publicado posteriormente;
4. Retornar ao autor com a reprovação do artigo, sem publicação posterior.

Periodicidade

A Revista "Ciência & Maçonaria" apresenta volumes anuais com periodicidade semestral; sendo dois números por ano. A RC&M apresenta-se em formato digital, onde o leitor pode facilmente efetuar buscas por temas, títulos, autores, além de possibilitar salvar os artigos em formato ".pdf" quando necessário, sem a necessidade de autorização prévia. Os volumes serão divididos em:

N.1: Jan/Fev/Mar/Abr/Mai/Jun/ - publicado em Julho

N.2: Jul/Ago/Set/Out/Nov/Dez - publicado em Janeiro

Política de Acesso Livre

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

Seções

A Revista Ciência & Maçonaria é dividida nas seguintes seções, nas quais os artigos a serem submetidos devem ser enquadrados:

1. Linguística, Filosofia e Simbologia.
2. História.
3. Sociologia, Antropologia, Administração, Ciência Política, Pedagogia e Direito.
4. Teologia.
5. Psicologia e Pedagogia.

Diretrizes para Autores

A submissão de trabalhos deverá ser feita por meio do *website* da revista e seguindo estritamente o formato exigido pela mesma, respeitando ainda as condições para submissão e de acordo com os termos relativos a direitos autorais publicados no website: *www.cienciaemaconaria.com.br*

Atenciosamente,

Conselho Editorial

C&M



Revista Ciência & Maçonaria

Parceiros



PKP
PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT